



**Ângela Mara  
Duarte Galante**

**As Zonas Económicas Especiais Chinesas em  
África**





**Ângela Mara  
Duarte Galante**

## **As Zonas Económicas Especiais Chinesas em África**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor Nelson José dos Santos António, Professor Catedrático do Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.



Dedico este trabalho às pessoas mais importantes na minha vida: a minha mãe e o meu namorado.



## **o júri**

presidente

**Professor Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues**  
Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do  
Território da Universidade de Aveiro

**Professor Doutor Álvaro Augusto da Rosa**  
Professor Auxiliar do Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral do ISCTE – Instituto  
Universitário de Lisboa

**Professor Doutor Nelson José dos Santos António**  
Professor Catedrático do Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral do ISCTE –  
Instituto Universitário de Lisboa





## **agradecimentos**

À minha mãe, por todo o apoio, carinho e ajuda em todas as circunstâncias, ao longo da elaboração desta dissertação;

Ao meu namorado, por ter estado presente sempre que precisei, fosse por dúvidas, sugestões ou porque precisava de desabafar;

Aos meus professores e, mais particularmente, à Professora Doutora Virgínia Trigo (ISCTE), que mostrou toda a disponibilidade e prontidão em responder a uma entrevista subordinada ao tema da minha dissertação; à professora Wang Suoying (Universidade de Aveiro), que me facultou contactos úteis para o desenrolar desta dissertação e ao Professor Doutor Carlos Rodrigues (Universidade de Aveiro), por ter acedido responder também a uma entrevista;

A todos os outros estudiosos que colaboraram nesta dissertação através da cedência de entrevistas subordinadas ao tema fulcral da mesma, nomeadamente ao Doutor Lu Yang; ao Doutor Moisés Fernandes e à Doutora Liliana Silva;

Às minhas amigas Madalena Silva e Isabel Mouta, por toda a ajuda, disponibilidade e paciência para comigo;

Ao Doutor Énio de Souza, do Centro Científico e Cultural de Macau, pela pronta disponibilidade, simpatia e amabilidade na cedência de contactos;

Ao Doutor Pedro Rui e à Doutora Sandra Bastos, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, por todos os esclarecimentos em relação à entrega de documentação necessária;

Ao meu orientador, Professor Doutor Nelson António, pelas correções feitas ao longo do presente trabalho, bem como a sugestão de contactos úteis para a concretização da metodologia adotada nesta dissertação.



**palavras-chave**

Zonas Económicas Especiais, China, África, *Soft Power*, Organização Mundial do Comércio, *Going Global*.

**resumo**

Depois da abertura da economia chinesa ao mercado mundial e da sua união à Organização Mundial do Comércio a China, na sua procura por energia e recursos, orientou os seus esforços para uma estratégia de *Soft Power* no Continente Africano, numa tentativa de colmatar as suas necessidades.

No seguimento da criação das Zonas Económicas Especiais na China e do seu relativo sucesso na implementação e crescimento de pequenas e médias empresas alocadas nas mesmas, a China implementou a mesma ideologia empresarial, com a criação de Zonas Económicas Especiais em África, que criaram condições especiais para a introdução de empresas do setor energético e de exploração de recursos que pode, ou não, estar a explorar, indiscriminadamente, o território, com a formulação de leis especiais e exclusivas para estas zonas de operação empresarial. Sendo a China um país com ideologias e necessidades únicas, foram implementados reforços estratégicos, numa tentativa de minimizar qualquer prejuízo causado ao Continente Africano, com ajudas humanitárias e sociais, que diminuem o impacto causado pela construção destas Zonas Económicas Especiais.

Esta dissertação debruça – se sobre a dúvida lançada por muitos estudiosos do tema e que é: Estará a China a aproveitar – se dos países subdesenvolvidos africanos? Esta é uma questão que lança sérias dúvidas sobre a legitimidade da criação das Zonas Económicas Especiais em África, apesar de todos os benefícios sociais e económicos criados pelas mesmas.

Como tal, foram revistos estudos diversos e realizadas entrevistas, das quais foram retiradas as informações relevantes que constam desta dissertação.



**keywords**

Special Economic Zones, China, Africa, *Soft Power*, World Trade Organization, *Going Global*.

**abstract**

After the opening of the Chinese economy to the world market and China's membership in the World Trade Organization, the country, in its quest for energy and resources, headed towards a strategy of *Soft Power* in the African Continent in an attempt to fulfill its needs.

In the aftermath of the creation of the Special Economic Zones in China and their relative success in the implementation and growth of small and medium-sized enterprises located in those zones, China implemented the same corporate ideology with the creation of Special Economic Zones in Africa, that created special conditions for the introduction of energy and resource exploration companies, which with the creation of special and exclusive laws to these zones of corporate operation, might, or might not, be exploring the territory indiscriminately. Being a country with unique needs and ideologies, China felt the need to implement strategic reinforcements in an attempt to minimize any damage caused in the African Continent. These strategic reinforcements took the form of humanitarian and social help, which have dwindled away the impact caused by the implementation of the Special Economic Zones.

This thesis emphasizes the question that many experts have already set forth: is China taking advantage of Africa? This is a question that launches serious doubts about the legitimacy of the creation of the Special Economic Zones in Africa despite all the social and economic benefits brought by them.

To fully complete this thesis, many studies were reviewed and interviews were made, from which the relevant information that is reported in this thesis was taken.



## Índice

Capítulo I – Introdução.....	20
1.1 – Relevância do tema escolhido.....	20
1.2 – Estrutura da dissertação.....	21
1.3 – Metodologia .....	22
Capítulo II – Revisão da literatura .....	23
2.1 – As Zonas Económicas Especiais Chinesas .....	23
2.2 – Estratégia de “ <i>Going Out</i> ” .....	25
2.3 – Contextualização – uma breve história.....	25
2.4 – A China na Organização Mundial do Comércio .....	34
2.5 – Zona Económica Especial de Shenzhen.....	40
2.6 – Zona Económica Especial de Xiamen – Introdução.....	45
2.6.1 – Xiamen – Uma aposta de risco com resultados positivos.....	48
2.6.2 – Uma economia transformadora: a China no mundo .....	50
2.7 – Zonas Económicas Especiais, uma luta de titãs.....	52
2.8 – Quadro – síntese comparativo das cinco Zonas Económicas Especiais .....	59
2.9 – Zonas Económicas Especiais Chinesas em África .....	60
2.9.1 – Definição de <i>Soft Power</i> .....	60
2.9.2 – Relações Sino – Africanas: o sucesso do <i>Soft Power</i> .....	60
2.9.3 – A China e a Zâmbia .....	64
2.9.4 – A China e a Etiópia.....	67
2.9.5 – A China e a Nigéria .....	71
2.9.5.1 – Zona de Comércio Livre de Lekki, estado de Lagos.....	73
2.9.5.2 – Zona de Ogun – Guangdong.....	77
2.9.6 – A China e as Ilhas Maurícias .....	79
2.9.7 – A China e a Argélia.....	83
2.9.8 – A China no Egito – uma história de sucesso.....	84
2.9.9 – As Zonas Económicas Especiais Chinesas num contexto africano .....	88
2.9.10 – Seis países, sete projetos e um sem número de ideias.....	89
2.9.11 – Conclusões: China – África, ajuda franca ou presente envenenado? .....	92
Capítulo III – Metodologia.....	98
3.1 – Entrevista com a Professora Doutora Virgínia Trigo .....	99

3.2 – Entrevista com o Professor Doutor Carlos Rodrigues .....	100
3.3 – Entrevista com o Doutor Lu Yang .....	102
3.4 – Entrevista com o Doutor Moisés Silva Fernandes .....	103
3.5 – Entrevista com a Doutora Lílíana Silva .....	105
3.6 – Análise de conteúdo das entrevistas.....	106
3.6.1 – Frequência dos dados.....	111
3.6.2 – Tratamento dos dados .....	111
Capítulo IV – Conclusões .....	113
Bibliografia .....	116
Webliografia.....	118
Anexos.....	122



## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Percentagem do PIB <i>per capita</i> na Zona Económica Especial de Shenzhen .....	41
Tabela 2 – Tamanho e densidade populacional das Zonas Económicas Especiais .....	52
Tabela 3 – Percentagem de empregados na população total .....	56
Tabela 4 – Tabela comparativa das Zonas Económicas Especiais.....	59
Tabela 5 – Principais marcos no planeamento e implementação da Zona de Comércio.....	75
Tabela 6 – Estrutura de detenção de direitos estruturais por parte do consórcio chinês para a Zona .....	76
Tabela 7 – Principais marcos da Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing .....	86
Tabela 8 – Tabela comparativa das Zonas Económicas Especiais por países.....	91
Tabela 9 – Fatores de localização dos seis países africanos com Zonas.....	97
Tabela 10 – Quadro – resumo das entrevistas .....	106
Tabela 11 – Análise de conteúdo das entrevistas .....	111
Tabela 12 – Análise da frequência dos dados .....	111

## Lista de Figuras

Figura 1 – Zonas Económicas Especiais Chinesas estabelecidas em 1979.....	24
Figura 2 – 14 cidades costeiras chinesas criadas em 1984 .....	24
Figura 3 – Liberdade de casamento, felicidade e boa sorte, 1953 .....	26
Figura 4 – Transformem a China num país socialista próspero, rico e fortemente industrializado .	27
Figura 5 – As comunas são boas, a felicidade irá durar mais de dez mil anos, 1954.....	28
Figura 6 – Afasta o velho mundo, constrói um novo mundo.....	29
Figura 7 – A entrada para a China.....	30
Figura 8 – Longa vida para a República Popular da China .....	31
Figura 9 – Amado camarada Xiaoping – A Grande Muralha de Ferro .....	32
Figura 10 – A cerimónia de assinatura da entrada da China na Organização Mundial do Comércio .....	35
Figura 11 – Hu Jintao – President of P.R. China and Chairman of the Communist Party of China	37
Figura 12 – Zona Económica Especial de Shenzhen .....	40
Figura 13 – Zona Económica Especial de Xiamen .....	45
Figura 14 – Modelo de projeto de cidade auto – sustentável .....	51
Figura 15 – Zona Económica Especial de Hainan .....	53
Figura 16 – Zona Económica Especial de Zhuhai .....	54
Figura 17 – Zona Económica Especial de Shantou .....	57
Figura 18 – Mapa de visitas de dignatários chineses a África.....	63
Figura 19 – Chambishi .....	65
Figura 20 – Lusaka.....	66
Figura 21 – Etiópia .....	68
Figura 22 – Nigéria.....	72
Figura 23 – Fachada frontal do prédio administrativo da Zona de Livre Comércio de Lekki.....	74
Figura 24 – Ogun .....	78
Figura 25 – Ilhas Maurícias .....	79
Figura 26 – Argélia .....	83
Figura 27 – Canal do Suez.....	84
Figura 28 – Ajuda Chinesa.....	96



## Capítulo I – Introdução

### 1.1 – Relevância do tema escolhido

Tendo em conta que esta dissertação se foca nas Zonas Económicas Especiais Chinesas em África, é de todo pertinente apresentar uma definição sobre as mesmas. Desta forma, segundo Farole (2011:17) «Zonas Económicas Especiais (ZEEs) são áreas de espaço delimitado dentro de uma economia que funciona com regimes administrativos, regulatórios, e muitas vezes, fiscais diferentes (tipicamente mais liberais) do que os da economia doméstica.». A China adotou esta prática a partir de 1979, com a criação de quatro Zonas Económicas Especiais que tiveram a sua quota de sucesso. Depois da Política de Portas Abertas implementada por Deng Xiaoping e da criação destas Zonas Económicas Especiais, a China tornou – se o segundo maior importador de energia e recursos naturais. Aliado a este facto, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio obrigou o Império do Meio a reorganizar a sua imagem perante o mundo. A solução encontrada para ambos os problemas foi a criação de Zonas Económicas Especiais em África apoiando, humana e monetariamente, países em vias de desenvolvimento e conseguindo, ao mesmo tempo, tratados que beneficiavam as empresas energéticas chinesas.

O tema desta dissertação gera controvérsia, pois se por um lado há quem defenda que a China, ao criar as Zonas Económicas Especiais em África, o fez por motivos humanitários, proporcionando melhor qualidade de vida a nível económico, social e cultural do povo africano aproveitando para retirar dividendos, por outro lado há quem defenda que a ajuda prestada é meramente de cariz materialista, já que o objetivo primordial da China é ir ao encontro da sua necessidade de recursos energéticos que é, assim, facilitada com a criação das Zonas Económicas Especiais atrás mencionadas.

Já que o tema desta dissertação é controverso, há que ter um conhecimento, o mais profundo possível, sobre o mesmo. Segundo Sousa, M. & Baptista, C. (2011) «A palavra “conhecimento”, do latim *cognitio* designa a ação de aprender e “Aprender”, por sua vez, é o propósito de qualquer investigador que tenta desvendar e entender a natureza dos fenómenos e de si mesmo. O conhecimento distingue – se da mera informação porque está associado a uma intencionalidade. O conhecimento é informação que tem um propósito ou uma utilidade.» Por outro lado, e ainda segundo Sousa, M. & Baptista, C. (2011) «O tema selecionado deve referir – se a um assunto pertinente, ou seja, atual, de interesse geral (...) Deve desviar – se de assuntos pouco específicos, que não despertem a atenção nem o interesse do público, assim como assuntos cuja informação seja escassa (...) A escolha do problema deve ser feita de acordo com o interesse pessoal do investigador, tendo de ser um tópico com significação, ou seja, tem de ser algo de inovador, tem de ter um sentido de oportunidade e um valor académico e prático.». Corroborando esta ideia, Eco (2007) afirma que «A pesquisa deve ser útil aos outros. A pesquisa deve fornecer os elementos para a confirmação e para a rejeição das hipóteses que apresenta e, portanto, deve fornecer os elementos para uma possível continuação pública. Este é um requisito fundamental.».

De facto se, por um lado, a presente dissertação se baseia em informações e estudos de variados autores sobre as várias Zonas Económicas Especiais, por outro lado as informações referentes à questão controversa a que esta dissertação reporta, estará ou não a China a explorar economicamente África, são escassas e não há concordância de opinião entre os estudiosos, tal como já foi anteriormente referido. Por outro lado, sendo a China um país fechado a nível interno e com as políticas de informação do Comité Central Chinês bastante austeras, torna – se difícil encontrar dados fidedignos sobre qualquer que seja o objeto de estudo chinês. No entanto, tal como Eco (2007) afirmou «... não só forneci as provas da minha hipótese, mas procedi de modo a que outros possam continuar a procurar, seja para a confirmar seja para a pôr em causa.».

Desta forma, esta dissertação apresenta não só uma questão académica interessante, mas também tenta aprofundar as duas correntes atuais sobre as Zonas Económicas Especiais Chinesas em África e responder à questão atualmente em debate para a divulgação de informações pertinentes e posterior utilização por outros investigadores.

## **1.2 – Estrutura da dissertação**

Esta dissertação encontra – se dividida em capítulos, sendo o primeiro dedicado à Introdução; o segundo à Revisão da Literatura; o terceiro à Metodologia e análise de conteúdos e o último às Conclusões.

No segundo capítulo, começaremos por fazer uma introdução à definição e às próprias Zonas Económicas Especiais, logo seguida pelo conceito de *Going Global*, já que este permitiu à China e às suas empresas, sobretudo as de menor porte, alcançar o mercado exterior, política esta que foi iniciada por Deng Xiaoping após a morte de Mao Zedong, que se pautava por uma economia fechada ao mundo.

Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 1987, foram adotadas regras e legislações com o intuito de aumentar o nível de oferta ao investimento estrangeiro, o que se veio a concretizar.

Também com o intuito de abertura ao investimento estrangeiro, por um lado, e funcionando como “laboratórios”, tal como referiu António (2008:23), verificou – se a criação das Zonas Económicas Especiais Chinesas. Dado que estas surtiram o efeito desejado foram, posteriormente, criadas Zonas Económicas Especiais Chinesas em África, que se desenvolveram graças a uma política de *Soft Power*.

Finalmente, será debatida, através da apresentação de diversas opiniões, a questão fulcral desta dissertação, que é controversa.

### **1.3 – Metodologia**

Para ajudar a responder à questão fulcral desta dissertação, recorreremos à elaboração de entrevistas direcionadas a estudiosos capacitados a responder às questões colocadas sobre este tema.

Após a análise das entrevistas atrás mencionadas e da respetiva análise de conteúdos onde serão apresentadas as ideias mais pertinentes, iremos proceder à elaboração de conclusões sobre os resultados obtidos nas mesmas.

Ainda para a análise de conteúdos, iremos elaborar uma tabela onde serão clarificados os pontos fulcrais das entrevistas. Nessa tabela irão ser apresentadas as principais questões e as respostas dadas às perguntas que foram colocadas. Desta mesma tabela serão retiradas as percentagens apresentadas na tabela de frequência de dados. Estas percentagens irão ser a base para um melhor entendimento do texto conclusivo, apresentado posteriormente, da presente dissertação.

## Capítulo II – Revisão da literatura

### 2.1 – As Zonas Económicas Especiais Chinesas

Para que se proceda ao estudo das Zonas Económicas Especiais Chinesas em África, há que recuar algum tempo atrás e focarmo – nos, em primeiro lugar, na história das Zonas Económicas Especiais propriamente ditas.

Remontemos, então, a 1979. Foi nesta data que o Império do Meio estabeleceu quatro Zonas Económicas Especiais<sup>1</sup> no litoral Sudeste do país, nomeadamente em Shenzhen (深圳), que se localiza nas proximidades de Hong Kong; Zhuhai (珠海), na zona setentrional macaense; Shantou (汕头) e Xiamen (厦门), diante de Taiwan, sendo uma quinta zona acrescentada, posteriormente, na Ilha de Hainan (海南省) (**Figura 1**). De acordo com António (2008:23) «As ZEE mais não eram que laboratórios, caso a experiência corresse mal, fechavam – nas. Caso corresse bem alargavam a área destinada às ZEE e replicavam noutras regiões (...)» Desta forma, não só a China, que pôde proceder a reformas económicas (Bräutigam e Xiaoyang, 2011), mas também o investimento estrangeiro, que visa alcançar lucros económicos significativos, usufruíram da criação das Zonas Económicas Especiais, já que o referido investimento encontrou mão – de – obra disponível e a baixo custo, embora inapta para o desempenho de cargos superiores.

Segundo FIAS 2008; Graham 2004; Knoth 2000, citados por Bräutigam e Xiaoyang (2011), «(...) o território chinês é a história de maior sucesso do mundo no uso de Zonas Económicas Especiais para a construção da capacidade industrial»<sup>2</sup>.

Na sequência do seu pensamento, Bräutigam e Xiaoyang (2011) referiram que «Em 1984, 14 cidades costeiras chinesas criaram zonas de desenvolvimento industrial e tecnológico, muitas das quais serviram de ensaio, tendo como alvo algumas indústrias em particular. Mais de cem zonas de vários tipos foram agora estabelecidas por todo o país, oferecendo taxas baixas e infraestruturas com padrões internacionais. Estas zonas tornaram – se num dos principais meios com que o Governo Chinês, a nível local, provincial e nacional, forneceram políticas preferenciais para o encorajamento do desenvolvimento tecnológico e industrial.»<sup>3</sup> Dalian (大连), Qinhuangdao (秦皇岛), Tianjin (天津), Yantai (烟台), Qingdao (青岛), Lianyungang (连云港), Nantong (南通), Xangai (上海), Ningbo (宁波), Wenzhou (温州), Fuzhou (福州), Guangzhou (广州), Zhanjiang (湛江) e Beihai (北海) foram as 14 cidades costeiras chinesas criadas em 1984 (Enciclopédia Verbo Luso – Brasileira de Cultura, 1998) (**Figura 2**).

---

<sup>1</sup> Segundo Farole (2011:17) «Zonas Económicas Especiais (ZEEs) são áreas de espaço delimitado dentro de uma economia que funciona com regimes administrativos, regulatórios, e muitas vezes, fiscais diferentes (tipicamente mais liberais) do que os da economia doméstica.» (Tradução própria)

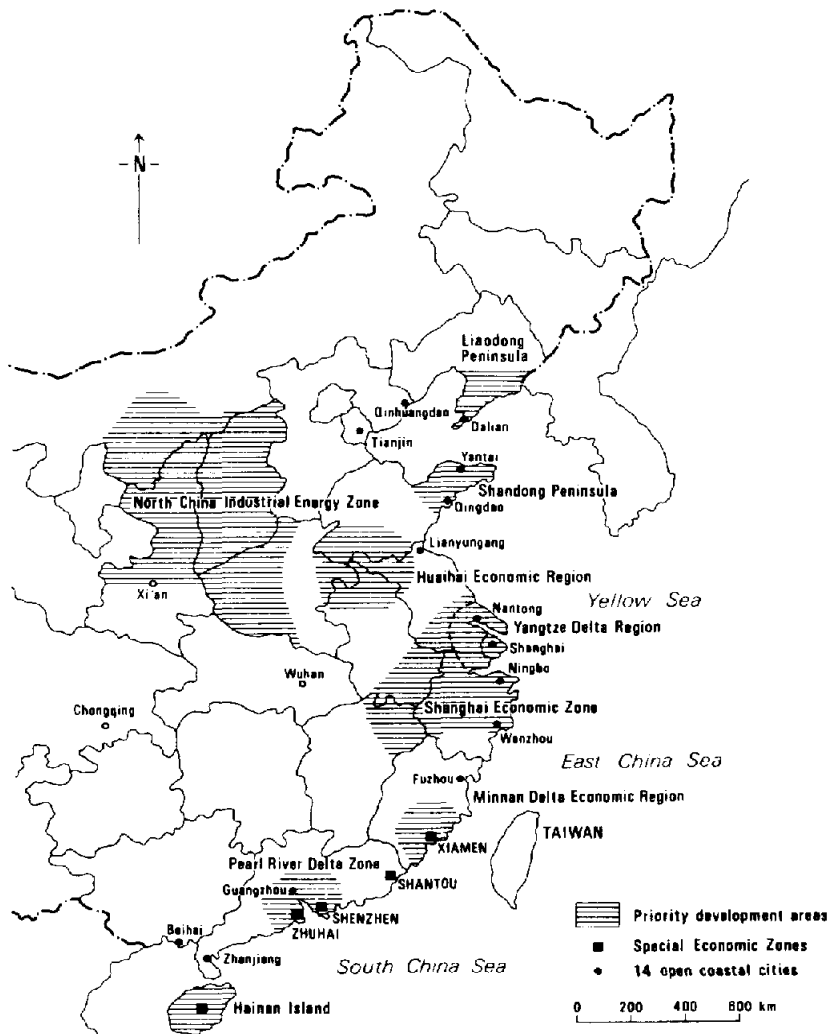
<sup>2</sup> Tradução própria.

<sup>3</sup> Tradução própria.



**Figura 1** – Zonas Económicas Especiais Chinesas estabelecidas em 1979  
 Fonte: BBC News. (2006). Quick guide: China's economic reform. (documento online em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/5237748.stm>, Acedido em 2013-10-18)

De facto, «O investimento estrangeiro direto depressa se tornou substancial, especialmente graças às empresas de Hong Kong. Com ele foram introduzidas não apenas novas tecnologias mas também novas práticas cambiais e de gestão.» (Roberts, 2011).



**Figura 2** – 14 cidades costeiras chinesas criadas em 1984  
 Fonte: United Nations University. Globalization and the urban system in China. (documento online em: <http://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/uu11ee/uu11ee0p.htm#introduction>, Acedido em 2013-10-18)



## 2.2 – Estratégia de “Going Out”

É importante referirmos que a República Popular da China apostou fortemente, durante muito tempo, não só na formação do seu capital, mas também no progresso tecnológico e reforma do mercado, proporcionados pelo “*Bringing In*” (yin jinlai) de investimento estrangeiro que, posteriormente, foi acompanhado por uma estratégia de “*Going Out*” (走出去) ou “*Going Global*”. De acordo com Bräutigam e Xiaoyang (2011) «A estratégia de “*Going Global*” envolveu encontrar novos mercados para os bens e serviços Chineses, criar marcas Chinesas de renome e o aumento do próprio investimento Chinês no estrangeiro.»<sup>4</sup>

Desta forma, as Zonas Económicas Especiais ajudam a promover os equipamentos de origem chinesa e a sua venda fora das fronteiras do Império do Meio, ajudando a evitar as pesadas barreiras impostas à China na remessa dos seus produtos para o exterior contribuindo, como tal, para a reestruturação e desenvolvimento industrial da China e das suas empresas, sobretudo as de menor porte, para que estas consigam alcançar o mercado exterior. Finalmente, o Governo Chinês acredita que as Zonas Económicas Especiais destinam – se também à promoção do sucesso chinês nos territórios estrangeiros que adquiram os seus produtos (The World Bank, 2011).

Corroborando com esta última ideia do The World Bank (2011), Kim (2013) acredita que a troca de experiências positivas entre a economia chinesa e os outros países pode ser proporcionada pela criação das Zonas Económicas Especiais que estabelecem uma cooperação entre os governos chinês e africano.

A nível interno, o Governo Chinês adotou uma estratégia de encorajamento industrial para fortalecer a competitividade internacional que Beijing tinha já autorizado e dado concessões para investimento estrangeiro. Na mesma linha de diretrizes, as Embaixadas e os Consulados Chineses receberam ordens para aumentarem os seus serviços de apoio às empresas chinesas dispostas a investir no mercado estrangeiro e a compreender as suas regras de investimento tão estranhas para os chineses, assim como auxiliar no ensino das vantagens e desvantagens do investimento no estrangeiro. A ideia atrás referida é corroborada por Kaplinsky *et al.* 2006, citado por António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011), que afirmam que «Em 2001, o governo chinês iniciou a sua estratégia de “*Going Out*” de forma a que o seu setor empresarial fosse encorajado a investir no estrangeiro.»<sup>5</sup>

## 2.3 – Contextualização – uma breve história

Para que consigamos entender a estratégia do “*Going Out*”, é necessário que façamos uma contextualização política, económica e social do ambiente que se vivia na época.

---

<sup>4</sup> Tradução própria.

<sup>5</sup> Tradução própria.

Líder adorado pelas massas, porém também odiado por muitos, Mao Zedong (毛泽东) subiu ao poder a 21 de setembro de 1949, sendo a fundação da República Popular da China datada de 1 de outubro desse mesmo ano.

Segundo Dorling Kindersley (2006), «As novas leis procuram mitigar as injustiças do passado, promovendo a redistribuição das terras e conferindo direitos às mulheres.»

Desta forma, Mao começou por dar importância à reforma agrícola e, em 1950, com a Lei da Reforma Agrária, houve não só uma revitalização da agricultura, mas também uma redistribuição da riqueza, isto é, retiraram – se terras pertencentes aos mais privilegiados para as conceder aos mais necessitados acabando, apesar desses esforços, por a redistribuição não ter sido a suficiente para colmatar todas as necessidades.

A nível cultural, Mao promulgou, em 1950, a Lei do Casamento, que trouxe uma grande revolução à vida das pessoas, na medida em que as mulheres eram livres de escolher com quem casar e havia direitos iguais para ambos os sexos no que concerne ao divórcio, à custódia dos filhos e à propriedade (**Figura 3**).



**Figura 3** – Liberdade de casamento, felicidade e boa sorte, 1953  
Fonte: Chinese Posters. New Marriage Law (1950). (documento online em: <http://chineseposters.net/themes/marriage-law.php>, Acedido em 2013-11-30)

Outro ponto fulcral ao nível cultural diz respeito à educação, nomeadamente através da promulgação de leis que incentivassem as pessoas que tinham interrompido os estudos, no período mais conflituoso da história chinesa, a retomá – los de uma forma intensiva.

No respeitante ao nível económico, há a referir uma série de medidas com vista ao desencorajamento de greves e às tentativas de negociação de aumentos regrados de salários por parte do governo, pois por um lado, com a ausência do investimento chinês, bem como o dos estrangeiros, verificou – se um grande prejuízo no setor económico da China, uma vez que as

empresas destes industriais ficaram sob a alçada estatal e, segundo Dan (2001:17), «...o povo chinês vivia num reino isolado do mundo exterior. Sendo um país com um quinto da população mundial, o seu volume total de exportação não atingia 1% do conjunto da soma mundial. Num mercado com mais de 1 bilião de consumidores, não se encontravam produtos estrangeiros; no enorme domínio interno da produção, não havia muitos equipamentos e capitais estrangeiros.» por outro lado, a transformação em património nacional chinês dos bens estrangeiros iniciou – se em abril de 1951. Nesse mesmo período, iniciaram-se três campanhas, sendo uma delas contra os capitalistas ricos que usurpavam a classe social economicamente mais carenciada e contra os quaisurgia tomar medidas drásticas, através da aplicação de multas avultadas e da perda de autonomia das suas empresas que, tal como foi supracitado, ficaram sob a alçada do poder estatal chinês.

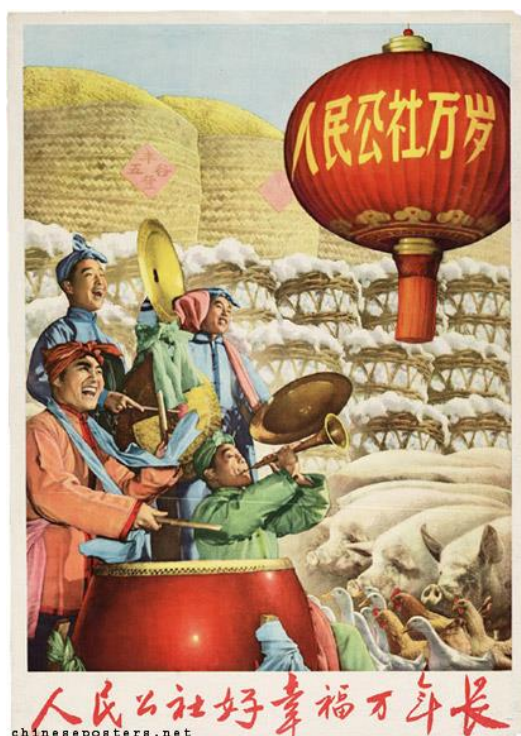
Durante o período de liderança e influência soviética, uma vez que foi apenas esta quem se dispôs a ajudar economicamente a China na transição do comunismo para o socialismo, procedeu – se não só à reorganização dos estabelecimentos de ensino chineses à imagem dos soviéticos, e em que os alunos universitários mais carenciados não tinham que suportar o encargo do pagamento de propinas e recebiam um subsídio de manutenção, mas também ao desenvolvimento e expansão da indústria chinesa para o interior do seu território e à reforma agrária (**Figura 4**).



**Figura 4** – Transformem a China num país socialista próspero, rico e fortemente industrializado sob a liderança do Partido Comunista e do Presidente Mao, 1954

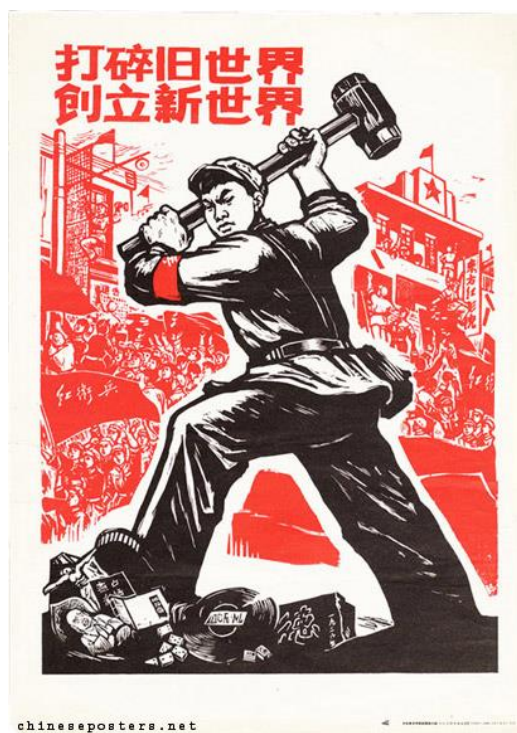
Fonte: Chinese Posters. The Mao Cult. (documento online em: <http://chineseposters.net/themes/mao-cult.php>, Acedido em 2013-11-30)

Após a reforma agrária, Mao Zedong apelou, de forma veemente, à coletivização da agricultura, com base na qual os trabalhadores agrícolas inscritos nas cooperativas eram remunerados pelo seu trabalho e o conceito de propriedade privada era banido. Tendo em conta que a reforma agrária anterior foi um fracasso, Mao lançou, em 1958, a campanha designada por Grande Salto em Frente (大跃进). Através da criação de comunas agrícolas exploradas conjuntamente por todos os proprietários de pequenas quintas, o conceito de coletivização atingiu o seu auge (**Figura 5**). Uma das consequências desta campanha foi a migração massiva a que os agricultores rurais eram sujeitos, obrigando – os a abandonar as suas terras natais, o que fomentou o descontentamento e criou ideais de revolta contra a medida anteriormente referida. A nível industrial, Mao tentou construir polos industriais gigantescos com a ajuda de todos, colocando a meta de crescimento industrial anual numa fasquia de tal modo elevada que, mesmo mobilizando trabalhadores aos milhões, a agricultura ficou com um número insuficiente de agricultores para assegurar as colheitas anuais. Por outro lado, devido às cheias e secas anormais, as produções agrícolas deterioraram – se, fazendo com que o resultado fosse a pior fome de sempre. O desfecho desta reforma foi o decréscimo dos resultados industriais e agrícolas para metade dos habituais índices dos anos anteriores, bem como o rompimento definitivo da relação comercial entre a União Soviética e a China. Esta lenta agonia prolongou – se até 1966, altura em que Mao propôs a grande Revolução Cultural (文化大革命).



**Figura 5** – As comunas são boas, a felicidade irá durar mais de dez mil anos, 1954  
Fonte: Chinese Posters. Great Leap Forward (1956-1960). (documento online em: <http://chineseposters.net/gallery/e16-40.php>, Acedido em 2013-11-30)

O principal objetivo desta Revolução Cultural era extinguir o crescente descontentamento das massas trabalhadoras e da nova burguesia, que iam contra os ideais comunistas que Mao proclamava, chamando a si a juventude, criando as tão conhecidas Guardas Vermelhas, que teriam um impacto dramático no desenrolar desta medida. Durante esta Revolução designada por Cultural, Mao aproveitou para afastar todos os dissidentes políticos e todos os seus adversários internos no partido. Em cinco anos (de 1966 a 1971) de Revolução Cultural, procedeu – se à tentativa de restaurar quatro velhos objetivos, nomeadamente a ideologia, a cultura, os costumes e os hábitos, tornando a vida académica insuportável, destruindo toda a literatura litúrgica, bem como todos os símbolos alheios à doutrina comunista. Por outro lado, nem os oficiais do governo escapavam a esta depuração ideológica onde foram exterminados milhões de revolucionários e livres – pensadores. Esta mortandade só teve o seu término aquando da morte de Mao, em 1976, e a subida ao poder de Deng Xiaoping (邓小平) (**Figura 6**).



**Figura 6** – Afasta o velho mundo, constrói um novo mundo  
Fonte: Chinese Posters. Cultural Revolution (1966-1968). (documento online em:  
<http://chinese posters.net/gallery/d29-184.php>, Acedido em 2013-11-30)

Segundo Teo (acedido em 2013-11-30)<sup>6</sup>, com Mao «A porta do país estava fechada e nem sequer se ouvia falar de investimento estrangeiro.»<sup>7</sup> Já com Deng Xiaoping, a China não se encontrava isolada do resto do mundo como aquando da era de Mao, uma vez que o Império do Meio se abriu ao investimento estrangeiro direto (**Figura 7**). Corroborando esta afirmação,

<sup>6</sup> Chinese On The Go. (2008). From Closed – Door to Powerhouse. Retirado a 30 de novembro de 2013, a partir de <http://www.chineseonthe go.com/culture/prc.html>

<sup>7</sup> Tradução própria.



segundo Farndon (2008) «Sob a liderança de Mao, o comércio da China com o resto do mundo fora quase inexistente. Deng alegou que, se a China quisesse prosperar, tinha de começar a interagir com países estrangeiros. “Se nos isolarmos e fecharmos de novo as portas”, disse ele em 1978, “ser – nos – á absolutamente impossível atingir o nível dos países desenvolvidos dentro de cinquenta anos.”». Tal como referido por Santiago, A. (2012). Cultura Empresarial Chinesa: sua influência nos negócios. (Tese de Mestrado). Universidade de Aveiro., a China «Desde a criação das suas ZEE - Zonas Económicas Especiais – transformou – se na “Fábrica do Mundo” e agora assume – se também cada vez mais como “Mercado do Mundo”. Isto quer dizer que assume nas negociações, quer o papel de vendedor, quer o papel de comprador, fator que conduziu à implementação da sua “Going Out Strategy” (走出去).»



**Figura 7 – A entrada para a China**

Fonte: Chinese Posters. Special Economic Zones. (documento online em: <http://chinese-posters.net/themes/special-economic-zones.php>, Acedido em 2013-11-30)

Foi em maio de 1973 que Deng Xiaoping deu início a uma série de reformas que incluíam a redução de efetivos do exército e a implementação da política das Quatro Modernizações, nomeadamente a agricultura, a ciência e tecnologia, a indústria e a defesa, iniciada por Hua Guofeng na sua Política de Portas Abertas e incorporada, posteriormente, nestas modernizações (Figura 8).



**Figura 8** – Longa vida para a República Popular da China

Fonte: Chinese Posters. Modernization (1978-1988). (documento online em: [http://chinese-posters.net/gallery/e13-492\\_493.php](http://chinese-posters.net/gallery/e13-492_493.php), Acedido em 2013-11-30)

Saliente – se que Deng Xiaoping não foi a primeira escolha de Mao para seu sucessor, que deu primazia a Hua Guofeng (华国锋) que, para Mao, era a personificação da Revolução Cultural. Politicamente, esta escolha não foi, de modo algum, pacífica, tendo como opositores Jiang Qing (江青), Zhang Chunqiao (张春桥), Yao Wenyuan (姚文元) e Wang Hongwen (王洪文), mais conhecidos como «O Bando dos Quatro». O descontentamento destes quatro elementos originou manifestações que os radicais sugeriam estar, de alguma forma, ligadas a Deng Xiaoping, que foi forçado, pelo presidente em exercício, a sair da política chinesa. Aquando da morte de Mao, a 9 de setembro de 1976, julgou – se que a continuidade da política comunista chinesa seria entregue a um dos membros do Bando dos Quatro mas, numa reviravolta inesperada, foi Hua Guofeng o escolhido para presidente do Partido Comunista Chinês que, para se autoproteger, ordenou, de imediato, a prisão do Bando dos Quatro. Outra das medidas imediatas tomadas pelo novo presidente foi o pedido feito a Deng Xiaoping para voltar a ingressar as fileiras do Governo Chinês (Figura 9).



**Figura 9 – Amado camarada Xiaoping – A Grande Muralha de Ferro**  
Fonte: Chinese Posters. Beloved comrade Xiaoping. (documento online em:  
<http://chinese-posters.net/posters/e13-982.php>, Acedido em 2013-11-30)

Deng iniciou as suas funções com a tentativa de reabilitação das vítimas inocentes da Revolução Cultural de Mao indo, assim, contra as diretrizes do atual presidente, que seguia as medidas tomadas pelo antigo ditador e foi, em 1979, que Deng se autoproclamou presidente da República Popular da China relegando, para primeiro – ministro, Hua Guofeng. A partir desta data, Deng orientou a China em todos os capítulos até 1987 e a sua influência prolongou – se até à data da sua morte, em 1997. Apesar de não ser um defensor democrático, aceitou mudanças políticas significativas que restauraram o poderio chinês a nível mundial. Desta forma restaurou, em 1980, as eleições congressionais em, pelo menos, dois mil condados. Por outro lado, foram criados comités ligados às relações externas, economia e minorias, tendo como principal objetivo o abandono da coletivização e a adoção da ocidental economia de mercado. Nos dez anos seguintes, Deng criou medidas para revolucionar a agricultura e maximizar o potencial económico desta prática, fazendo com que o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto da China aumentasse até uns estonteantes 9,2%, tendo até experienciado um progresso económico e industrial nunca visto na China. Segundo António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011) *China and Portuguese Speaking Africa: Business Approaches and Management Models in China, Mozambique and Cape Verde*. Lisboa: Edições Sílabo «A reforma e a abertura da economia Chinesa começou em 1978.»<sup>8</sup> Ainda segundo Hussain *et al.* 2006, citado por António, N. *et al.* (2011), estas reformas «identificaram três características salientes do

---

<sup>8</sup> Tradução própria.



desenvolvimento institucional chinês: a descentralização, as reformas da economia rural, e o transformar das empresas velhas em novas. Quando a reforma económica da China começou, perto de oitenta por cento dos trabalhadores Chineses trabalhavam em áreas rurais. Quando a privatização da agricultura Chinesa foi introduzida, o seu retorno económico subiu drasticamente. Conforme a receita rural aumentava, o mercado para empresas rurais expandiu – se e a industrialização rural tornou – se extensa como nunca antes visto em nenhum outro local – aldeias e empresas locais foram importantes elementos de crescimento nos anos oitenta e no princípio dos anos noventa.»<sup>9</sup>

Havia, porém, o reverso da medalha, que consistia num controlo rigoroso, por parte do governo, de todo o planeamento e crescimento industrial e, embora as reformas aplicadas tivessem dado abertura para um mercado internacional, também fez crescer a inflação e a preocupante corrupção dos membros dos comités criados para o controlo destas reformas. Só em 1978 foi possível ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial entrar na China, que começou a aceitar a ajuda económica e a aplicação de capitais estrangeiros. Para que esta prática fosse uma realidade foram criadas, em 1979, quatro Zonas Económicas Especiais, tal como foi mencionado anteriormente. Nestas zonas, os investidores estrangeiros não se limitavam a fornecer todo o avanço tecnológico que possuíam, mas também retiravam excelentes benefícios, possuíam operários mal remunerados e locais adequados para a construção de infraestruturas.

Outra das reformas constituídas por Deng foi o reconhecimento das cinquenta e cinco minorias nacionais, dando – lhes liberdade económica e política, mas não o direito de secessão à filiação do Partido Comunista, o que originou ressentimentos e revoltas no seio destas minorias que, juntas, se tornavam um perigo político.

Com todas estas reformas, era natural que algumas delas não fossem recebidas com popularidade tanto a nível interno, como a nível da opinião pública internacional, tal como a implementação da política de um filho por família.

Outra das medidas controversas de Deng foi a invasão do Tibete pelo Exército de Libertação em 1950, com massacres abomináveis, destruição de templos budistas e o repúdio de toda a comunidade internacional dificultando, assim, as relações Sino – Ocidentais. Deng era visto como um líder com dois ideais e duas faces tanto aderindo à literatura e às artes, como foi o caso da Campanha das Mil Flores, como cometendo atrocidades ao seu próprio povo. Deng teve de solucionar o problema dos milhões de Guardas Vermelhos regressados das suas campanhas, iniciadas por Mao, que se sentiram traídos, privados da educação e porque a causa pela qual tinham lutado ter sido abandonada pelo atual líder chinês criando, assim, as raízes de um movimento revolucionário democrático, em 1978, com as primeiras manifestações a serem organizadas em Pequim e culminando com a célebre manifestação na praça de Tiananmen por parte de estudantes e protestantes democratas. Na noite de 3 para 4 de junho, Deng autorizou o avanço das tropas na praça e o uso de força letal para a dispersão dos manifestantes. Estima – se

---

<sup>9</sup> Tradução própria.

que oitocentas pessoas terão morrido neste ato bárbaro. No seguimento desta tragédia, Deng foi responsabilizado e Zhao Ziyang (赵紫阳) foi demitido por não ter debelado a campanha estudantil antes da manifestação. Estes acontecimentos endureceram as tensões dentro do partido, fornecendo argumentos para a luta pelo poder entre conservadores e conformistas, que acabou por não dar frutos quer num lado, quer noutro. O certo é que todos os ativistas políticos chineses foram presos e mortos e o repúdio ocidental foi tal que a China teve que conceder regalias políticas e económicas para poder voltar ao palco da economia mundial, tornando Deng um adepto duma China com uma economia socialista de mercado, que implicava o fim do controlo estatal das empresas e dos preços, criando bases para a iniciativa privada e para a entrada de capital estrangeiro e de empresas multinacionais. Deng morreu aos 92 anos, em fevereiro de 1997, e deu término a um período marcado pela política extremista do Partido Comunista Chinês.

#### **2.4 – A China na Organização Mundial do Comércio**

Apesar de todas as tentativas de abertura da China ao comércio internacional e de todas as reformas de facilitação às empresas estrangeiras para o investimento no território chinês, quer com o chamado “*Going Out*”, na época de 70, com Deng Xiaoping à frente do movimento, quer com a criação das chamadas Zonas Económicas Especiais, formadas na década de 80, que tinham como principal objetivo facilitar a criação de empresas e a contratação de mão – de – obra chinesa, a China não estava, no entanto, preparada para o enorme fracasso que, quer uma reforma quer a outra acabaram por ser, principalmente, na época de 80 em que se apostava, largamente, nas Zonas Económicas Especiais como uma salvação para o crescimento económico e industrial do país. Estes fracassos foram, maioritariamente, devido não só a problemas internos como a corrupção, a falta de regras industriais e de tabelas de ordenados, mas também à inexistência de regras e de tabelas aduaneiras fixas. Foi principalmente este último motivo que desmotivou as poucas empresas que se apresentavam como candidatas à entrada para as respetivas Zonas Económicas Especiais a prosseguir com o seu investimento. Era, por isso, urgente regulamentar as tabelas e as regras industriais para aumentar o nível de oferta ao investimento estrangeiro. Essas regras estavam bem patentes na Organização Mundial do Comércio e a China propôs – se fazer parte deste grupo e adotar as suas regras e legislações. A primeira proposta para a entrada da China na Organização Mundial do Comércio foi em 1987, decorrendo quinze anos de negociações até à entrada efetiva em 2002 (**Figura 10**).



**Figura 10** – A cerimónia de assinatura da entrada da China na Organização Mundial do Comércio  
Fonte: World Trade Organization. China in the WTO: Past, Present and Future. (documento online em: [http://www.wto.org/english/thewto\\_e/acc\\_e/s7lu\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/s7lu_e.pdf), Acedido em 2013-12-02)

Necessitamos, primeiramente, de definir Organização Mundial do Comércio. Segundo World Trade Organization. Who we are. (documento online em [http://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/who\\_we\\_are\\_e.htm](http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm). Acedido em 2013-12-02) «Há várias maneiras de olhar para a Organização Mundial do Comércio. É uma organização para a abertura do comércio. É um fórum para os governos negociarem acordos comerciais. É um sítio para eles decidirem disputas comerciais. Opera um sistema de regras comerciais. Essencialmente, a Organização Mundial do Comércio é um local onde membros de governos tentam resolver os problemas comerciais que encontram entre eles.»<sup>10</sup> Esta organização foi estabelecida a 1 de janeiro de 1995 e tem sede em Genebra, na Suíça. A 2 de março de 2013 contava com 159 países membros, um acréscimo de dois países comparando com o ano transato. De acordo com Dan (2001) «A Organização Mundial do Comércio é o alicerce legal e institucional do sistema de comércio multilateral. Regula a legislação interna sobre o comércio e a execução das políticas comerciais através das obrigações contratuais. Promove, de igual forma, as relações comerciais por meio de discussão, de negociação e de julgamento coletivo. A estrutura da Organização Mundial do Comércio compreende a Conferência Ministerial, o Conselho Geral e vários Comitês e outros órgãos (...) Enfim, por um lado, a Organização Mundial do Comércio poderá ser de especial importância para países fora de qualquer bloco ou que tenham dificuldades em ter um mecanismo eficaz de resolução de conflitos; por outro, ela vincula a economia interna de todos os membros, exerce influências sobre as estratégias de desenvolvimento, as elaborações das políticas comerciais, industriais e fiscais bem como no processo de reforma económica de um país. (...) Somente a adesão à Organização Mundial do Comércio garante o tratamento não discriminatório do comércio internacional (...) O conjunto das normas da

<sup>10</sup> Tradução própria.

Organização Mundial do Comércio cria condições para os países em vias de desenvolvimento adotarem uma estratégia de abertura. Os objetivos desta instituição são reduzir os direitos aduaneiros e obstáculos não pautais ao comércio, eliminar todos os tratamentos discriminatórios, explorar mais eficazmente os recursos mundiais e reforçar a interligação das relações comerciais internacionais. (...) As regras da Organização Mundial do Comércio obrigam os países em vias de desenvolvimento a adotar as políticas do livre – cambismo em vez do protecionismo. O princípio de benefício mútuo exige que os países membros em vias de desenvolvimento assumam obrigações de liberalização do comércio, enquanto disfrutem dos benefícios do livre cambismo. (...) Contudo, a Organização Mundial do Comércio não é uma instituição a nível mundial em sentido real sem a participação da China. (...) Nas negociações de adesão, a China pagou um preço elevado pelo bilhete de entrada (...) a adesão da China à Organização Mundial do Comércio significou a perda da soberania económica da China. (...) Entre os interesses de longo prazo e os benefícios imediatos, muitas pessoas pensam que a China não vai receber benefícios imediatos e optam por se opor à adesão à Organização Mundial do Comércio.» Como se pode verificar, a Organização Mundial do Comércio estabelece um conjunto de regras que promovem as relações comerciais entre os países, mas não privilegia as políticas de protecionismo.

Desta forma, tendo em conta as modificações necessárias à economia chinesa para a entrada na Organização Mundial do Comércio, não é de espantar que altas vozes do Partido Comunista Chinês se oponham a esta estratégia de abertura ao comércio internacional. Só o simples facto de implicar a perda de parte da soberania nacional incomoda bastante os altos dignatários chineses, que tudo fizeram para que a entrada da China nesta organização não implicasse essa perda. No entanto, os benefícios de abertura industrial e comercial, a regulamentação das regras, tabelas e o possível crescimento económico – industrial precedente desta união aos países desenvolvidos fizeram com que essas vozes se tornassem menos intensas e fossem perdendo valor dentro do Comité Central do Partido Comunista Chinês. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio é não só uma necessidade, mas uma obrigatoriedade histórica e uma oportunidade que não pode escapar ao sistema económico chinês. É, talvez, a última oportunidade de total abertura económico – industrial da China ao investimento estrangeiro depois das duas tentativas frustradas das duas políticas económicas anteriormente citadas.

De facto, e de acordo com António (2008:23), «A recente adesão da China à Organização Mundial do Comércio simboliza (...) o início da abertura completa da China ao investimento estrangeiro.» o que significaria a queda das restrições ao uso do yuan para fins comerciais (Serra, 2003).

Também de acordo com as palavras proferidas pelo presidente Hu Jintao (胡锦涛) (**Figura 11**) no 10º aniversário da entrada da China na Organização Mundial do Comércio, que enfatizou o otimismo com que a China encara esta nova etapa da sua história, «A adesão da China à Organização Mundial do Comércio é um marco na reforma e abertura Chinesa, levando – nos até uma nova era de abertura. Juntar – se à Organização Mundial do Comércio foi uma decisão maioritariamente estratégica baseada na nossa análise compreensiva da situação doméstica e

estrangeira de modo a impulsionar a reforma e abertura Chinesa e conduzir à modernização socialista.»<sup>11</sup>



**Figura 11** – Hu Jintao – President of P.R. China and Chairman of the Communist Party of China  
Fonte: China Today. China's Who's Who. (documento online em:  
<http://www.chinatoday.com/who/h/hujintao.htm>, Acedido em 2013-12-02)

Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, deu – se início a uma série de reformas que esta organização obrigou a China a implementar, desde a reforma do sistema económico, para a atração de capital estrangeiro, conjuntos de leis trabalhistas para regular o mercado de trabalho e, principalmente, a regulamentação das taxas aduaneiras que aliciaram o investimento estrangeiro e a importação e a exportação de produtos, que atinge já 50% do investimento estrangeiro direto. A remoção de barreiras aumentou o fluxo de entrada de materiais e serviços estrangeiros, tornando a China e o seu enorme potencial económico um atrativo para a maior parte das empresas destinadas a serviços e comércio. De facto, a China só teve a ganhar com a entrada na Organização Mundial do Comércio e com a conseqüente abertura aos mercados internacionais, trazendo vantagens económicas, sociais e industriais, como conquistar novos mercados; satisfazer, em condições vantajosas, as necessidades dos operadores económicos chineses; promover a diminuição das dificuldades ao comércio dos produtos chineses; participar, ativamente, na execução das regras da Organização Mundial do Comércio que, anteriormente, penalizavam as suas trocas comerciais ou permitir uma mudança estrutural, através da modernização tecnológica. Em contrapartida, os restantes membros da Organização Mundial do Comércio retiraram vantagens através do aumento do acesso ao gigantesco mercado chinês e ganharam um ambiente mais previsível e estável nas trocas

---

<sup>11</sup> Tradução própria.

comerciais e no investimento estrangeiro na China (Soares, E. (2012). A Entrada da China na OMC – Ameaça ou Oportunidade: O caso da Indústria Têxtil e de Vestuário no Norte de Portugal. Tese de Mestrado). Universidade do Minho.

Foi durante a 41ª Reunião do Fórum Económico Mundial, onde se marcou o 10º aniversário da entrada da China na Organização Mundial do Comércio, que o Ministro do Comércio Chinês Chen Deming exibiu números concretos sobre uma década de comércio aberto no seu país. Para Chen Deming e para Pascal Lamy, Secretário – geral da Organização Mundial do Comércio, a entrada da China na Organização foi o passo mais importante jamais dado pela mesma. Segundo o Ministro do Comércio Chinês, a abertura do seu país para o comércio estrangeiro foi fulcral para a reforma mais importante na China desde 1978, ano em que o seu país decidiu escolher o caminho do desenvolvimento. Como foi referido anteriormente ao longo desta dissertação, a China aceitou, mesmo tendo dificuldades e desafios inimagináveis, as regras do comércio multilateral a que foi obrigada aquando da sua entrada na Organização Mundial do Comércio quando se comprometeu a mudar regras e atitudes em várias áreas, tais como a indústria, agricultura e artes. No entanto, numa revisão desta década de compromisso, a China superou todas as dificuldades, viabilizando – se como um parceiro a ter em conta e responsável a nível administrativo, revisando leis e regulamentos com regras de mercado e abrindo áreas de serviços. Uma das suas maiores conquistas foi a descida da sua tarifa aduaneira de 15,3%, há dez anos, para 9,8%, hoje. De facto, e se verificarmos os dados concretos apresentados durante esta reunião anual, os investimentos chineses no estrangeiro que não chegavam a um bilião de dólares há dez anos aproximam – se, agora, dos sessenta biliões. O Ministro do Comércio Chinês apontou ainda que, no futuro, a China irá continuar aberta às regras multilaterais e, segundo ele, o Império do Meio soube aproveitar a aceitação da grande família da Organização Mundial do Comércio, pela qual fica extremamente agradecido, salientando que a política adotada foi a mais correta e que a priorização do desenvolvimento comum e do benefício multilateral irá ser o caminho que a China irá percorrer para uma maior aceitação do seu país a nível mundial. Do mesmo modo, Pascal Lamy enfatiza as influências que a Organização Mundial do Comércio trouxe a todos os setores da indústria chinesa, aproveitando ainda para afirmar que «Dez anos atrás, muita gente duvidava da entrada da China na OMC. Mas agora, passados dez anos, os factos mostraram que a China tem ganho e o Mundo tem ganho. Trata – se de um caso típico de benefício recíproco.»

No entanto, foi a China quem mais ganhou com a entrada na Organização Mundial do Comércio e isso reflete – se na sua posição nos rankings mundiais da economia, onde a China se encontra em primeiro lugar como exportador de *merchandising*; em segundo lugar, como importador de *merchandising*; em quarto lugar, como exportador de serviços comerciais e, em terceiro lugar, como importador de serviços comerciais. Para isso, a China teve que modificar mais de três mil leis, regulamentos administrativos e regras de departamento; teve que abrir um *website* governamental; publicar leis, regulamentos e outras medidas relacionadas com a economia estrangeira chinesa e criar uma legislação pública desde 2005. Desde então, a China devotou –

se, firmemente, para um sistema de trocas multilaterais e participou ativamente em todo o tipo de atividades da Organização Mundial do Comércio e tem feito o seu melhor para ajudar outros países quer multilateral quer bilateralmente. Além disso, baixou o seu nível de tarifas, aumentou a pressão às multinacionais para importações significativas e aumentou a pressão interna para desenvolver o território no âmbito da criação de infraestruturas que facilitem a implementação de empresas estrangeiras.

Só para se compreender melhor o nível de empenhamento da China na abertura comercial e industrial note – se que, desde 2009, esta se tornou o maior exportador de LCDs e o maior parceiro económico de países em vias de desenvolvimento. Neste momento, a China é o maior parceiro comercial da Austrália, Chile, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia, Rússia, Brasil, África do Sul e Arábia Saudita; é o segundo maior parceiro comercial da Argentina, Canadá, União Europeia, Índia, Indonésia, México, Nova Zelândia, Singapura e Estados Unidos e o terceiro maior parceiro comercial da Turquia, Alemanha e Itália (World Trade Organization, 2011).

A China está a adotar mais estratégias proativas de abertura comercial, explorando novas áreas, aumentando a qualidade da sua economia e promovendo o desenvolvimento, a inovação e a formação de novos métodos de reformas industriais e económicas. Tal como disse Wen Jiabao, «...A abertura da China para o mundo exterior nos últimos 30 anos ou mais diz – nos que somente um país aberto e inclusivo pode ser forte e próspero... A China vai manter as suas portas abertas para sempre!»<sup>12</sup>, o que fará com que se torne um parceiro económico e industrial a ter em conta em qualquer país do mundo para um futuro mais competitivo e rentável a nível industrial e económico, tornando este país um oásis há muito prometido e só agora conseguido. Um dos fatores para que essa promessa se concretize passa pelas tão bem – sucedidas Zonas Económicas Especiais, que iremos referir nos próximos subcapítulos.

---

<sup>12</sup> Tradução própria.

## 2.5 – Zona Económica Especial de Shenzhen

Shenzhen (**Figura 12**) prima por ser o maior caso de sucesso de uma Zona Económica Especial na China e, para que possamos falar da Zona Económica Especial de Shenzhen, há que retornar ao passado para que consigamos entender como esta surgiu.



**Figura 12** – Zona Económica Especial de Shenzhen

Fonte: Nature Jobs. Enter the dragon. (documento online em: <http://www.nature.com/naturejobs/science/articles/10.1038/nj7161-502a>, Acedido em 2014-02-04)

Antes da criação desta Zona Económica Especial, até ao final de 1970, Shenzhen dedicava – se, essencialmente, à arte da pesca e à prática da agricultura como bases para a sua economia local, tornando a parte do setor industrial uma insignificância no panorama geral da região. É de salientar que a região aceitou, quase sem qualquer entrave, esta nova zona de experiência com 327.5km<sup>2</sup>. Esta rápida aceitação por parte da população prende – se, segundo Zeng (2010:57), citado por Kim (2013), com o facto de «a região ser industrialmente atrasada e subdesenvolvida, portanto a população local, esperançada por uma melhor qualidade de vida, ofereceu pouca resistência a esta nova experiência e rápida mudança»<sup>13</sup>. Desde a abertura da China ao mundo exterior, Shenzhen funcionou como uma zona de experiência e como “janela” da China, já que a sua localização geográfica era de uma grande vantagem, pois atuava como uma ponte entre a economia de Hong Kong e o Império do Meio. Shenzhen tornou – se, assim, uma zona pioneira fundada aquando da reforma chinesa que estava a decorrer em 1980, comandada por Deng Xiaoping, como já foi referido anteriormente. A fundação formal da Zona Económica

<sup>13</sup> Tradução própria.



Especial de Shenzhen data de 6 de agosto de 1980. Assim, Shenzhen deixou de ser uma zona com uma economia agrícola para passar a ser um foco de desenvolvimento industrial.

Shenzhen, como se esperava, desenvolveu – se acima das expectativas ocupando, atualmente, uma posição económica marcante no que concerne a diversas indústrias e serviços. Shenzhen conseguiu, também, alcançar grandes feitos, como chegar a quarto lugar em vários aspetos, nomeadamente possuir o quarto maior porto de contentores, usufruir do quarto maior aeroporto e ter o quarto maior número de turistas de entre todas as cidades chinesas.

Também a estrutura de empregabilidade alterou, passando a maior parte das pessoas a trabalhar nos setores secundário e terciário, como se pode verificar no quadro que se apresenta a seguir.

	1979	1980	1985	1990	1995	1997	1998
Primary industry	37.0	28.9	6.7	4.1	1.6	1.4	1.2
Secondary industry	20.5	26.0	41.9	44.8	52.4	49.3	49.7
Tertiary industry	42.5	45.1	51.4	51.1	46.0	49.3	49.1

**Tabela 1** – Percentagem do PIB *per capita* na Zona Económica Especial de Shenzhen  
 Documento online em: <http://myweb.rollins.edu/tlairson/asiabus/sezshenzhen.html>,  
 Acedido em 2014-02-03

Conforme se pode verificar, houve um decréscimo de quase 35,8% na indústria primária nos vinte anos que mediam de 1979 a 1998, enquanto que houve um aumento de 29,2% na indústria secundária e de 6,6% na indústria terciária. Note – se, no entanto, que estes números se referem aos primeiros vinte anos de Zona Económica Especial e que dados posteriores apresentados pelo Banco Mundial mostram que, em 2007, o total de empregados em Shenzhen chega aos 7,7 milhões de trabalhadores: cerca de 700.000 em indústrias primárias (1%); 4 milhões (53%) em indústrias secundárias e cerca de 3 milhões (46%) em indústrias terciárias. Olhando para estas estatísticas, podemos afirmar que Shenzhen é uma das fundações necessárias ao desenvolvimento industrial da China.

Esta cidade pode ser considerada um caso de sucesso na medida em que, apesar da crise financeira que se fez sentir em 2008 por todo o mundo, o total das importações e exportações continuou a aumentar a um ritmo de 4,3% por ano, atingindo os 299,95 biliões de dólares. Quando a crise global se dissipou, Shenzhen aumentou as suas exportações para uns impressionantes 23,8% ao ano. Shenzhen tornou – se numa das cidades chinesas mais produtivas do país, tendo o seu Produto Interno Bruto local aumentado a partir de 1979, ocupando o primeiro lugar até 2008. Diga – se que o Produto Interno Bruto nesse ano alcançou os 780.65 biliões de Yuan, ou seja, um aumento de 12,1% ao ano tornando, assim, Shenzhen a cidade mais produtiva da China, com um Produto Interno Bruto *per capita* de 89,814 Yuan.

Shenzhen desenvolveu – se ao ponto de ocupar uma posição económica extremamente importante como porto de transporte no sul da China, assim como no que diz respeito a indústrias

de alta tecnologia, serviços financeiros, exportações e serviços para transportes marítimos nas exportações chinesas. É de salientar que a cidade é, e continuará a ser, um modelo experimental durante muitos anos, para dar o exemplo à reforma do sistema chinês e como experiência para uma maior abertura do mercado para o mundo dos negócios.

Seguindo uma perspetiva económica, os últimos trinta anos de Shenzhen foram divididos em quatro etapas, nomeadamente a fase de avanço monomial, a fase da reforma compreensiva, a fase de estabelecimento do quadro do sistema de mercado e a fase da reforma profunda.

A primeira fase durou cinco anos, de 1980 a 1985, e teve como principal objetivo a reforma parcial e o avanço em certas áreas. Durante estes anos, o Governo Municipal de Shenzhen teve como principal diretriz a reforma e a construção de infraestruturas e o estabelecimento de um sistema de preços, áreas que foram amplamente influenciadas pelo sistema económico planeado e estritamente restrito do Plano Diretor Municipal da Zona Económica Especial de Shenzhen.

A segunda fase compreendeu os anos entre 1986 e 1991, em que a Zona Económica Especial de Shenzhen ajustou as suas políticas de investimento e a sua tecnologia industrial com uma série de medidas nos sistemas de mercado, de contratos de empresas, de comparticipação por ações, além de outros como taxas ou o sistema para o uso de terras.

A terceira fase, que durou também cinco anos, entre 1992 e 1997, trouxe à Zona Económica Especial de Shenzhen uma série de reformas institucionais ao Governo Municipal, que se podem definir como novas políticas para estabelecimento de empresas estrangeiras, a inovação do trabalho e respetivos ordenados, a incrementação de um sistema moderno de serviços públicos e uma reforma estrutural profunda nas empresas do Estado.

A quarta e última fase, que dura desde 1997, trouxe à Zona Económica Especial de Shenzhen um novo capítulo na história da China, ao abrir e reformar parte do país para os estrangeiros. De facto, o crescimento económico chinês aumentou significativamente o seu capital *per capita* desde a implementação destas quatro fases. No entanto, Shenzhen continua a depender de uma reestruturação contínua para se adaptar às constantes reformulações e leis da Organização Mundial do Comércio.

O papel do Governo Central em tudo isto limitou – se a uma descentralização do poder para o Governo da província de Guangdong, que colocou no topo das suas prioridades a Zona Económica Especial de Shenzhen, tomando iniciativas no seu planeamento e na assistência ao seu estabelecimento. Além disso, uma das principais modificações operadas em Shenzhen foi a emancipação das mentes dos oficiais chineses, que demonstraram grande coragem na liderança e na criação das primeiras reformas que precederiam o processo de reforma de toda a Nação. No entanto, e como veremos mais à frente, o «estabelecimento de Zonas Económicas Especiais e as suas missões abriram o caminho a novos problemas que emergiram no processo do desenvolvimento económico chinês»<sup>14</sup> Yuan (2011).

---

<sup>14</sup> Tradução própria.

Apesar de haver algumas vozes contrárias à formação de Zonas Económicas Especiais, o facto é que, depois de vinte anos de desenvolvimento, Shenzhen evoluiu para uma moderna cidade com 3,5 milhões de habitantes e com um crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* de cerca de 32%, enquanto que a parte da indústria primária no Produto Interno Bruto estabilizou e as indústrias secundária e terciária aumentaram substancialmente.

Como era esperado pelo Governo Central Chinês, e por todos aqueles que contribuíram na construção da Zona Económica Especial de Shenzhen, esta possui agora uma poderosa economia de exportações sendo que, em 2007, o seu volume de exportações aumentou perto de 17 vezes, de 17 para 287,5 biliões de dólares.

O que deve ser focado no caso de Shenzhen é a qualidade do seu crescimento e a sua evolução para uma produção de produtos de alta qualidade. De acordo com Zeng (2010:59), citado por Kim (2013), «No passado, o setor terciário de Shenzhen era meramente baseado nos serviços básicos e simples estruturas industriais. No entanto, Shenzhen agora conta com indústrias de alta tecnologia e foi bem – sucedida na sua transformação económica, levando – a para um nível avançado e criando produtos de grande valor»<sup>15</sup>. Olhando para as estatísticas, em 1981 todas as zonas de Guangdong estavam a receber 59,8% do total do Produto Interno Bruto chinês e só a zona de Shenzhen recebia mais de metade deste valor mas, depois da implementação das quatro fases, Shenzhen passou a contribuir substancialmente para o Produto Interno Bruto chinês ao invés de o delapidar e atingiu a primazia em certas indústrias no palco da economia mundial.

Apesar de todo o seu sucesso, este não foi atingido sem transgredir algumas regras e leis estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio, pelo menos no que diz respeito a questões ambientais e de qualidade laboral, o que fez levantar vozes contrárias à criação destas Zonas Económicas Especiais, principalmente no que diz respeito ao ordenado mínimo que, apesar de, em 2007, ter sido o mais alto da China, com os trabalhadores a receber 780 Rénmínbì, continuaram a ser substancialmente inferiores a ordenados pagos a trabalhadores de outros países com as mesmas qualificações e a mesma área de trabalho. Estes baixos ordenados ficaram a dever – se ao crescimento da cidade de Shenzhen que trouxe para a região milhares de trabalhadores migrantes, aumentando a oferta de mão – de – obra barata. Para tentar colmatar as transgressões realizadas, o Governo Central Chinês criou novos regulamentos para implementar neste programa piloto que é a Zona Económica Especial de Shenzhen. No entanto, continuam a existir algumas preocupações por parte de alguns comentadores económicos mais conservadores acerca da grande diferença entre a nova regulamentação e aquilo que é a prática atual nas empresas sediadas na região de Shenzhen. Por um lado, existem regulamentos que protegem o trabalhador, o trabalho e os salários mas, por outro lado, podem ser facilmente encontradas irregularidades por parte dos empregadores na forma de tratar os empregados, que chegam a ser torturados psicologicamente ou serem vítimas de práticas de chantagem laboral para que o

---

<sup>15</sup> Tradução própria.

trabalhador se despeça ao invés de ser despedido, fazendo com que o empregador, apesar de desonesto, se encontre ainda dentro da lei. Outros problemas socioeconômicos existem relativamente aos trabalhadores migrantes, principalmente na questão dos contratos, que continuam a ser inexistentes para este tipo de trabalhador. Aprofundando mais a questão, encontramos ainda problemas a nível de longas horas de trabalho (de doze a catorze), a falta de descansos de fins de semana, a inexistente cobertura da Segurança Social, as pobres condições habitacionais e as dificuldades nos acessos aos serviços públicos. Segundo Gopalakrishnan (2007:1493), citado por Kim (2013), «Muito provavelmente relacionada com as condições socioeconômicas (desigualdade acentuada), a taxa de crime de Shenzhen é maior do que a de todas as outras grandes cidades tal como Shanghai»<sup>16</sup>.

Outras dificuldades encontradas e apontadas pelas vozes contrárias à criação das Zonas Económicas Especiais estão relacionadas com as circunstâncias do planeamento e com a estabilidade dos mercados económicos. Se, por um certo período de tempo, Shenzhen usufruiu de efeitos positivos a nível de reformas institucionais que vieram com a súbita aceleração do incentivo industrial que proveio do novo sistema de mercado, agora esse súbito impacto tornou – se num decréscimo do investimento, pois a atração, o talento e o tempo de transação foram afetados negativamente pela urgente atividade económica que não salvaguardou aspetos importantes na defesa dos investidores. Também os recursos e o ambiente foram afetados pelo desenvolvimento económico, pois com o desenvolvimento de Shenzhen e o associado crescimento da população urbana, os recursos naturais da região tornaram – se escassos e impróprios para consumo, o que provocou uma pressão ao desenvolvimento da defesa dos recursos naturais e a subsequente consequência que é a ameaça à sustentabilidade do desenvolvimento económico. Apesar do progresso científico poder melhorar a utilização dos recursos naturais da região, a maioria dos problemas continuam por solucionar. Neste momento, esta questão encontra – se nas mãos do público devido ao despertar da consciência ambiental que provoca uma rutura entre o pensamento industrial e o público. As faltas são cada vez maiores em relação à terra utilizada, à água, à eletricidade e a outros recursos anteriormente existentes e que agora são importados, diminuindo, assim, a percentagem de ganhos. Tornou – se óbvio que esta falta de recursos se tornou um enorme obstáculo para o desenvolvimento de futuras Zonas Económicas Especiais.

No início de 1980, a China desenvolveu a ideia de que o seu modo de desenvolvimento económico deveria ser transformado de extensivo para intensivo. Em 2005, essa mudança foi de novo listada como uma das mais importantes modificações a fazer para um rápido desenvolvimento dos projetos especificados no 11º Plano Quinquenal. Em Shenzhen, o rápido crescimento da economia dependeu de investimentos de capital de médio prazo e, posteriormente, a capacidade da cidade para acumular fundos entrou num período de decréscimo, que se tornou uma ameaça direta ao seu crescimento económico. Depois de 1990, a sua acumulação de capital era apenas de 36%, 2% inferior à da província de Guangdong e

---

<sup>16</sup> Tradução própria.

significativamente mais baixa que as de Beijing, Tianjin e Shanghai, que chegaram quase aos 50%. O uso extensivo dos recursos naturais e o abrandamento do crescimento de capital em Shenzhen foram, efetivamente, contrariedades para um crescimento intensivo da economia como o pretendido pelo Governo Central no seu 11º Plano Quinquenal (Yuan, 2011).

## 2.6 – Zona Económica Especial de Xiamen – Introdução

Apesar de não ter sido a primeira Zona Económica Especial chinesa a ser construída, Xiamen (**Figura 13**) seguiu os mesmos parâmetros que as suas antecessoras Shenzhen e Zhuhai, com algumas diferenças que a tornaram na segunda Zona Económica Especial mais conhecida no território chinês.



**Figura 13 – Zona Económica Especial de Xiamen**

Fonte: Journeys of Self – Discovery. 21: China> Xiamen> Jinjiang. (documento online em: <http://travel.nuraina.com/china-xiamen-jinjiang/>, Acedido em 2014-02-09)

Um dos principais motivos porque Xiamen se tornou tão importante prendeu – se com o facto de se deixar tornar numa cidade com um forte sentido transnacional, que permitiu a afluência de empresas estrangeiras, com investimento de grandes capitais e a entrada de trabalhadores, também estrangeiros, trazidos por essas empresas, que influenciaram e ensinaram os trabalhadores chineses; por outro lado, a facilidade com que se tratava de negócios no estrangeiro e a facilidade do intercâmbio cultural e laboral permitiu a saída de milhares de trabalhadores chineses para o estrangeiro, o que tornou esta cidade num porto com grande influência económica e política entre a China, Hong Kong e Taiwan, assim como outros países que beneficiaram dessa mesma abertura. Os fatores atrás mencionados trouxeram como consequência a abertura de um porto que melhorou, consideravelmente, as condições da cidade e transformaram Xiamen numa metrópole industrial que, rapidamente, se tornou num dos mais importantes portos da China. Para

se ter uma ideia, desde o início do intercâmbio entre estes países, a cidade de Xiamen transformou – se ao ponto de, segundo Xiamen’s Urban Development (anónimo) «No princípio de 1990, Xiamen foi transformada de uma cidade portuária poluída numa cidade mais segura e mais limpa a nível ambiental».<sup>17</sup>

Segundo dados fornecidos pelo Governo Central Chinês, desde que foi designada como Zona Económica Especial, em 1980, a economia de Xiamen subiu astronomicamente, com o Produto Interno Bruto a subir, numa média anual de 20%, desde 1980 a 1998. De novo, o principal motivo para que esta situação se tornasse possível foi a abertura marítima chinesa por detrás do crescimento económico de Xiamen, o que levou a cidade a crescer exponencialmente até 1995. Outro dos motivos do grande crescimento económico de Xiamen foi a facilidade de intercâmbio entre a China e Taiwan, até 1998. De facto, Xiamen tem uma enorme vantagem ao ter sido erigida junto da costa de Fujian, perto da enseada do rio Jiulong, que desagua diretamente à frente da costa de Taiwan. Este facto tornou Xiamen num ponto estratégico no intercâmbio económico entre estes dois países.

Juntamente com outras quatro cidades Xiamen foi, a partir de 1980, transformada num laboratório de testes ao capitalismo, com um risco mínimo de prejuízo. O facto é que estas denominadas Zonas Económicas Especiais, apesar de terem sido escolhidas em cidades relativamente pequenas e isoladas da economia chinesa, tiveram um sucesso que espantou mesmo os mais céticos, ao atrair capital estrangeiro e ao desenvolver uma economia exportadora que lidava diretamente com a abertura das cidades costeiras chinesas e, mais recentemente, todo o país ao investimento estrangeiro, ou seja, estas cidades – piloto transformaram – se de pequenos laboratórios em cidades que tiveram o maior papel na transformação da economia chinesa no século XXI.

Como consequência deste estatuto especial, Xiamen tem – se desenvolvido com grande impacto na economia chinesa e, nos últimos vinte anos, e ainda de acordo com dados fornecidos pelo Governo, tem crescido a um ritmo de 18,6% ao ano. Durante esses vinte anos, as exportações cresceram 10,55%, de 140 milhões para 5,88 biliões de dólares ao ano, ou seja, um crescimento astronómico. No entanto, estes números começaram a diminuir recentemente, mas Xiamen e as outras Zonas Económicas Especiais continuam a ter uma importância económica impressionante. Os maiores indicadores da importância económica destas zonas são a atração do investimento estrangeiro com a inteligente implementação de regras e leis que regulam estas cidades de um modo diferente de outras cidades economicamente importantes, o que provoca uma procura acrescida de empresas estrangeiras às Zonas Económicas Especiais. Xiamen teve, desde junho de 2002, 19,6 biliões de dólares de investimento estrangeiro direto, sendo a maior parte deste capital taiwanês. Taiwan tem ligações culturais e históricas com Xiamen investindo, nessa cidade, mais de 2,2 biliões de dólares, entre 1989 e 2000, e acrescentou mais de mil

---

<sup>17</sup> Tradução própria.

projetos na Zona Económica Especial de Xiamen. Este projeto acabou por se tornar o modelo político, cultural, económico e ambiental para Taiwan nas últimas duas décadas.

Nos últimos vinte anos, e com a reforma extensiva e o desenvolvimento urbano realizado em Xiamen, esta cidade passou do estatuto de cidade – lixo para uma cidade com um porto cénico modernizado a nível internacional, tornando Xiamen num modelo a seguir por outras cidades chinesas, tal como Deng Xiaoping sustentava nos últimos anos do século XX. A cidade de Xiamen recebeu, nestes últimos anos, vários prémios nacionais e internacionais, que testemunham o seu desenvolvimento urbano e a sua preocupação ambiental, tal como prémios de reflorestação, de cidade mais higiénica do país, de cidade jardim e de modelo de cidade com capacidade de proteção ambiental e, na realidade, graças ao Governo Regional de Xiamen, que tem excedido todas as expectativas, esta Zona Económica Especial tornou – se numa mais – valia para o desenvolvimento económico do país e um modelo para futuras construções de cidades com um elevado nível de sustentabilidade. Para sintetizar um pouco o que foi dito anteriormente, refira – se que oficiais governamentais e engenheiros chineses adotaram estratégias para atingir todos os objetivos propostos por Deng Xiaoping, «rejeitaram a poluição, geraram investimento estrangeiro e melhoraram o ambiente natural, aumentaram a consciência pública através da educação e, mais importante ainda, mantiveram laços estreitos com chineses no estrangeiro, que permitiram que Xiamen se desenvolvesse extensivamente enquanto atingia o seu estatuto de ambientalmente limpa.» (Xiamen's Urban Development, anónimo)<sup>18</sup>

Em 1984, a Zona Económica Especial de Xiamen foi estendida para incluir a ilha de Xiamen e o ilhéu de Gulangyu. Apesar de todas estas reestruturações, o futuro de Xiamen continua a depender da sua economia além – mar e na continuação do estabelecimento de laços com os chineses no estrangeiro e nos países com investimentos económicos diretos na Zona Económica Especial de Xiamen, que teve que se transmutar para uma cidade limpa e desenvolver – se a nível de paisagem urbana. Mais ainda, esta cidade teve que lutar para ganhar o reconhecimento internacional de cidade verde, que melhorou enormemente a sua economia e a sua industrialização para os primeiros anos do século XXI.

A nível de curiosidade, importa referir o maior problema enfrentado por esta cidade. Xiamen encontra – se vários metros abaixo do nível do mar, o que se torna problemático quando, em média, o nível da água sobe vinte metros durante a preia – mar. Para tentar defender a cidade e toda a zona circundante, foram construídos dois diques que custaram, aproximadamente, três milhões de Yuan. Mesmo com estas precauções, as inundações eram frequentes e, assim, aquando da criação da Zona Económica Especial de Xiamen, engenheiros de todo o mundo juntaram – se para tentar resolver este problema e a solução encontrada foi a elevação das indústrias mais perto do mar e a construção de barricadas e portos que aguentassem a força das marés, num esforço coletivo entre chineses e investidores estrangeiros para salvaguardar a zona que tanto pode oferecer à China e à economia estrangeira.

---

<sup>18</sup> Tradução própria.

A Zona Económica Especial de Xiamen cobre 2,5 km<sup>2</sup> e consiste somente no distrito de Huli e, das quatro primeiras Zonas Económicas Especiais estabelecidas, só Shenzhen tinha um tamanho considerável, com 327,5 km<sup>2</sup>, enquanto que o tamanho combinado das outras três era menor que 11 km<sup>2</sup>. Refira – se que todas estas zonas foram criadas como experiências económicas para testar o mercado e o seu mecanismo a nível internacional e, se estas experiências falhassem, Deng Xiaoping acreditava que as consequências económicas para o resto da China seriam limitadas e se, por outro lado, fossem um sucesso, trariam à China o tão necessário capital estrangeiro, a tecnologia de ponta e a tão desejada experiência. Para o Governo Central Chinês, tornou – se óbvio que estas zonas teriam que ser construídas em sítios estrategicamente colocados, preferencialmente junto ao mar ou a terras com largos recursos naturais e que, devido aos riscos, cidades grandes e mais centrais como Shanghai estariam fora dos planos, apesar destas cidades serem mais numerosas a nível de mão – de – obra e de investimento estrangeiro. Assim, o Governo acabou por escolher, primeiramente, quatro cidades relativamente subdesenvolvidas, incluindo Xiamen, que foi selecionada somente para atrair os investidores taiwaneses devido aos laços económicos e culturais do passado; além disso, a localização da ilha junto ao mar e ao rio era perfeita para o comércio nacional e internacional e o seu isolamento do resto do continente significava que as experiências económicas poderiam ser realizadas com um mínimo impacto nas zonas circundantes; por último, a sua escolha esteve diretamente proporcional aos pequenos problemas enfrentados pela cidade nos últimos trinta anos durante a ditadura de Mao, o que levou a cidade a estar mais preparada para ultrapassar as dificuldades inerentes à construção de uma Zona Económica Especial.

### **2.6.1 – Xiamen – Uma aposta de risco com resultados positivos**

A escolha de Xiamen deveu – se a um enorme número de razões, além das mencionadas anteriormente. Os propósitos principais da sua escolha foram a atração de capital estrangeiro taiwanês, por causa dos antigos laços económicos e culturais que ligam estas duas zonas; o aumento do comércio internacional devido à sua localização geográfica privilegiada como porto de importação e exportação; a expansão das reservas financeiras estrangeiras, com a entrada de capital em papel – moeda e a introdução, no continente, de tecnologias avançadas e a sua manutenção, assim como a experiência necessária para a aprendizagem dos trabalhadores chineses nessas mesmas tecnologias. Os oficiais governamentais estavam determinados a fazer de Xiamen um sucesso industrial devido à sua acessibilidade por estradas para transporte de materiais e outros; as suas conexões aos chineses no estrangeiro, que potenciavam o desenvolvimento no interior da China, nomeadamente nas suas aldeias de origem e a sua proximidade com Hong Kong, Macau e Taiwan.

Segundo Yeung e Hu (228:9), citados por Xiamen's Urban Development (anónimo), «A Zona Económica Especial de Xiamen foi uma medida desenhada para atrair o investimento



estrangeiro e introduzir conhecimentos tecnológicos e administrativos mais avançados». <sup>19</sup> Assim sendo, Xiamen serviu como uma janela e uma ponte para novas tecnologias, conhecimentos e noções administrativas.

Resumindo, Xiamen foi escolhida, principalmente, pela sua proximidade com Hong Kong, Macau e Taiwan. Devido ao medo que os chineses tinham de que os investidores estrangeiros se sentissem desconfortáveis ao investir num país liderado por um partido comunista relativamente recente, a cidade de Xiamen tornou – se uma mais – valia para a facilidade do investimento, ao facilitar tanto os investidores estrangeiros como os investidores chineses sediados noutros países com pretensões de voltar à sua terra natal. Esta mais – valia tornou – se evidente aquando da aprovação, por parte do Comité Central, das novas regras e taxas a aplicar a todas as Zonas Económicas Especiais.

De acordo com números fornecidos pelo Governo Central Chinês, tornou – se evidente o investimento taiwanês em Xiamen, com mais de mil projetos, com um montante aproximado de 2,238.952 milhões de dólares. Este investimento teve maior relevância devido à cultura da ilha, à sua política e à sua ligação geográfica com Taiwan não sendo, assim, de estranhar este gigantesco investimento. Além disso, as fáceis e novas rotas de acesso por estrada também foram um fator significativo no processo de seleção devido à natureza de exportação desta Zona Económica Especial, assim como o seu profundo porto e as suas excelentes rotas marítimas. Por último, e o mais importante, era o facto de que, se o investimento em Xiamen não fosse sustentável, este não teria repercussões no resto do país, ou seja, um plano – piloto que se tornou num modelo a seguir. No entanto, nos primeiros anos, Xiamen não conseguiu atingir o seu principal objetivo, que era atrair o investimento taiwanês, muito por culpa da política chinesa de não autorizar o intercâmbio de pessoas, de dinheiro ou de carga. Como resultado, não houve investimento estrangeiro em Xiamen nos primeiros quatro anos. Felizmente, essa tendência reverteu – se e começou uma nova era, em 1983, com as novas políticas chinesas, que permitiram a Xiamen a recuperação económica. Além disso, nesses anos de pouco investimento estrangeiro, houve um largo investimento estatal, onde o Governo investiu quase dois biliões de Yuan em infraestruturas, sendo o principal investimento e o mais importante o extraordinário melhoramento do porto de Xiamen, que passou a poder construir barcos de grande porte, assim como receber barcos de transporte de mercadorias estrangeiras em barcos que, antes, não conseguiriam entrar no porto. Outro dos avanços significativos em 1983 foi o início da construção do aeroporto e a construção da linha Yonggan – Xiamen, que transportava energia, tecnologia telefónica e novos sistemas de telecomunicações.

Estas melhorias transformaram Xiamen significativamente e expandiram, gradualmente, as necessidades de alojamento para trabalhadores, colmatada pela construção da zona de Huli, com capacidade para 70 mil trabalhadores e com a expansão da própria Zona Económica Especial. Relembramos que Xiamen tinha somente 2,5 km<sup>2</sup> mas, com a observação estatal do

---

<sup>19</sup> Tradução própria.

bom funcionamento de Xiamen, foi decidido o alargamento para 131 km<sup>2</sup>, o que permitiu a incorporação de novas indústrias por toda a ilha de Xiamen. Com esta expansão, os taiwaneses começaram a investir, em 1985, somas na ordem dos 400 milhões de dólares e o objetivo da criação de Xiamen como um atrativo para os taiwaneses começou a funcionar a todo o vapor. Em 1989, a combinação de todos estes fatores fez com que o investimento direto estrangeiro e, principalmente, taiwanês, subisse em flecha e os investimentos totais quadruplicaram desde 1988, coincidindo com a segunda expansão da Zona Económica Especial de Xiamen para os atuais 160 km<sup>2</sup>.

### 2.6.2 – Uma economia transformadora: a China no mundo

Em oposição ao sistema de planeamento central e ao comunismo tradicional chinês, Xiamen adotou, com sucesso, um mercado baseado no socialismo. Transformações económicas desta natureza fortaleceram a abertura da China para o mundo, com particular relevo para as Zonas Económicas Especiais como Xiamen. Foi, de facto, este tipo de economia que influenciou a forte urbanização em Xiamen no fim dos anos 80.

Xiamen, em particular, tem – se transformado nos últimos 20 anos numa comunidade chinesa transnacional, aberta ao mundo e ao investimento direto estrangeiro, quase como um país independente onde as taxas aduaneiras, as regras de investimento e as percentagens pagas variam do resto da China e do resto das Zonas Económicas Especiais. Não é, assim, de espantar que, desde 2002, tenham sido aprovados quase 6 mil projetos em Xiamen, dos quais 4500 estão já em funcionamento. De especial relevância é o facto de, apesar do dito transnacionalismo, ser a ética chinesa a ter o papel principal nos investimentos milionários realizados em Xiamen, que chegaram aos 19,6 biliões de dólares, sendo 13,1 biliões de capitais estrangeiros, isto pelo facto de a ética chinesa influenciar o pensamento estrangeiro em relação ao investimento e os trabalhadores chineses serem praticamente inesgotáveis, com migrações massivas de população para esta zona em especial.

Como seria de esperar, houve uma larga transição do setor primário para os setores secundário e terciário, com especial incidência na indústria química, têxtil e de processamento de comida, tudo no âmbito da exportação para a maior parte dos países do mundo.

Graças à entrada dos estrangeiros em Xiamen, esta transformou – se numa cidade verde, muito em parte devido ao já referenciado transnacionalismo, que trouxe consigo ideologias europeias e ocidentais sobre ambiente e cidadania, tendo as autoridades chinesas implementado leis e regras para que a cidade assim se mantivesse (**Figura 14**).



**Figura 14** – Modelo de projeto de cidade auto – sustentável

Fonte: Urban Lab Global Cities. Xiamen Low-Carbon New-Town Development (documento online em: <http://urbanlabglobalcities.blogspot.pt/2011/10/xiamen-low-carbon-new-town-development.html>, Acedido em 2014-02-16)

A título de curiosidade, havia uma lista governamental municipal com os dez mandamentos, sendo estes os seguintes: 1) Não sujar o chão; 2) Não cuspir no chão; 3) Não pisar a relva; 4) Não danificar propriedade pública; 5) Não passar sinais vermelhos; 6) Não ser desrespeitador nos autocarros; 7) Não usar linguagem imprópria; 8) Não fumar em edifícios públicos; 9) Não usar buzinas de automóvel na ilha e 10) Não afixar pósteres nas paredes. Esta lista demonstra o quanto o Governo Municipal de Xiamen levou a sério as novas ideologias ocidentais, introduzindo novas leis e novos regulamentos que, como vimos, por vezes raiavam o absurdo. De facto, Xiamen não atingiu este estatuto de cidade verde sem as vantagens destas novas ideologias trazidas pelos estrangeiros.

No geral, há uma relação direta entre os investimentos estrangeiros e o desenvolvimento urbano em Xiamen. Assim que o capital estrangeiro subiu durante os anos 80 e 90, assim o número de projetos de desenvolvimento urbano cresceram drasticamente.

Hoje, Xiamen olha com expectativa para o futuro, empreendendo um esforço para se expandir numa baía – metrópole ainda maior. A ilha de Xiamen tornou – se no núcleo da Zona Económica Especial de Xiamen e as áreas citadinas e industriais no continente servem como satélites económicos da região. A esperança é a de que com uma melhor conexão entre a ilha e o continente, haja um impacto económico e cultural ainda maior, com a construção de pontes ideológicas e de investimento tecnológico e industrial que possibilitem uma melhor união entre continentais e os habitantes da ilha de Xiamen trazendo, assim, uma nova explosão económica para o futuro, que tenha um impacto direto na economia local. Este olhar para o futuro engloba a expansão do espaço da cidade e do porto ultrapassando, assim, o obstáculo da disponibilidade de terra na ilha, ao mesmo tempo que descentralizam as indústrias mais poluentes para o continente possibilitando, assim, a transformação da ilha numa cidade ainda mais verde para poder usufruir da crescente indústria turística.

## 2.7 – Zonas Económicas Especiais, uma luta de titãs

Apesar da já conhecida reputação das duas Zonas Económicas Especiais em que nos focámos nos capítulos anteriores, importa referir que existem muitas mais. No entanto, esta dissertação foca – se especificamente nas primeiras cinco Zonas Económicas Especiais criadas na República Popular da China e, por isso, importa referir, neste ponto, as restantes três, fazendo uma pequena comparação entre estas e as duas anteriormente estudadas. Esta comparação servirá para avaliar as diferenças encontradas entre elas, quer a nível económico – social, quer a nível estrutural devido às diferentes escalas de investimento, interno e externo, nas várias localizações. As três Zonas Económicas Especiais ainda não referenciadas, apesar de menos conhecidas comparativamente às duas anteriores, são Hainan, Shantou e Zhuhai.

Em relação a Hainan, importa sublinhar que a sua localização geográfica é substancialmente diferente das outras Zonas Económicas Especiais e muitas das diferenças estão relacionadas com o tamanho e o nível de desenvolvimento. Hainan é uma ilha com 34000 km<sup>2</sup> e as outras Zonas Económicas Especiais são pequenas em comparação com ela, como podemos observar na **Tabela 2**.

SEZ	Land Area (km <sup>2</sup> )	Population, 1987 (Thousands)	Population Density (Persons/km <sup>2</sup> )
Shenzhen	2021	556	275
Zhuhai	1266	442	349
Shantou	10346	9401	909
Xiamen	1516	1061	700
Hainan	33920	6151	181

**Tabela 2** – Tamanho e densidade populacional das Zonas Económicas Especiais  
Documento online em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/notes/2009/N3295.pdf>,  
Acedido em 2014-02-26

Em termos de comparação, Shantou não chega a ter um terço do tamanho de Hainan que, por sua vez, tem a menor densidade populacional entre estas cinco zonas. Hainan (**Figura 15**) fica na parte mais a sul da China, ao largo do Vietname. Tem um clima subtropical, chegando quase a tropical, o que traz implicações a nível da indústria primária e tem como principal produção a planta da borracha.



**Figura 15 – Zona Económica Especial de Hainan**

Fonte: Tour Round China. Map of Hainan (documento online em: <http://www.tourroundchina.com/map/hainan.htm>, Acedido em 2014-02-26)

As outras zonas encontram – se todas ao longo da costa sudoeste da China e estão, por isso, próximas do oceano e do transporte barato por água. Xiamen, por exemplo, é a que fica mais a Norte, na província de Fujian, perto de Taiwan e as outras três estão localizadas na província de Guangdong, com duas situadas muito perto de Hong Kong. Já Zhuhai é um pouco mais a Sul destas duas e tem um conveniente acesso de transportes para Macau, assim como para o resto da China e Shantou está localizada a Norte de Hong Kong, mais ou menos a meio da distância para Xiamen. De todas estas zonas, Shenzhen tem a vantagem adicional a nível de desenvolvimento económico de ter acesso direto a Hong Kong, o que facilita o comércio. Também Zhuhai possui uma potencial vantagem devido à sua proximidade com Macau. Todas estas vantagens tornam diferentes as Zonas Económicas Especiais, quer a nível de desenvolvimento económico, quer a nível de desenvolvimento estrutural. Neste caso, Hainan é, de longe, a zona menos avançada, com uma percentagem de produção e exportação *per capita* muito inferior ao resto das zonas, quase com metade da percentagem de Shenzhen, 42% e 97% respetivamente. Como referimos anteriormente, a agricultura sofre um impacto negativo devido ao terreno de Hainan, fazendo desta zona a região com a menor percentagem de exportação *per capita*, o que explica o porquê da fraca industrialização e economia. Se, por um lado, Hainan tem esta desvantagem de fraco rendimento territorial, por outro tem vantagens substanciais sobre as outras Zonas Económicas Especiais devido ao seu subdesenvolvimento (tornando – a uma zona virgem a explorar e a industrializar), à sua localização e aos seus recursos naturais. As suas vantagens

assentam, primeiro, nas suas culturas tropicais, com especial incidência na exportação de borracha, café e chá; segundo, a sua localização facilita o transporte por mar, tornando a ilha um porto por excelência para o comércio de produtos frescos; terceiro, o seu turismo, visto que Hainan possui quilómetros de floresta virgem e praias por desenvolver e explorar, o que faz do turismo uma possível e atrativa fonte de rendimentos e investimento; quarto, os seus depósitos minerais, que estão por explorar, fazem desta província uma reserva de ferro, cobalto e zinco, o que já potenciou o investimento por parte do Governo Central num aeroporto internacional na ilha, fazendo deste o primeiro grande investimento de Hainan, que apresentou o seu projeto para Zona Económica Especial em 1981 somente para usufruir dos privilégios que estas zonas tinham em relação ao resto do país e a sua abertura ao resto do mundo. No entanto, só em abril de 1988 é que Hainan recebeu o estatuto de Zona Económica Especial, tornando – a numa zona que responde diretamente ao Governo Central Chinês evitando, assim, os trâmites e as burocracias dos Governos Regionais. Hainan conseguiu, finalmente, a sua primeira vitória frente às quatro grandes zonas já estabelecidas e devidamente desenvolvidas com largos investimentos internos e externos.

Já a Zona Económica Especial de Zhuhai criada em agosto de 1979 possuía, inicialmente, somente 6,7 km<sup>2</sup> e foi só em 1988 que a zona cresceu para os atuais 121 km<sup>2</sup>. Esta zona foi escolhida pelo Governo Central Chinês pela mesma razão de Shenzhen. Zhuhai (**Figura 16**) é adjacente a Macau e, como tal, tem uma longa tradição em relações internacionais e, por isso, foi uma escolha óbvia.



**Figura 16** – Zona Económica Especial de Zhuhai

Fonte: Hong Kong – Zhuhai. Map of Zhuhai (documento online em: <http://www.nushkba.org/Events/Seattle15Jul08C.htm>, Acedido em 2014-03-02)

Observando os números fornecidos em A Rand Note (1991), em termos de desenvolvimento corporativo, foi em agosto de 1980 que tudo começou, com o desenvolvimento de infraestruturas básicas e a implementação de projetos – piloto. Dez anos depois, Zhuhai já possuía trinta e três empresas estabelecidas, além de ter construído apartamentos, armazéns de produção e um porto, o que se traduziu num aumento exponencial da população, que passou de 360 000 para 1,1 milhões de habitantes, mas somente 28% destes são residentes permanentes. Já vimos, anteriormente, que o aumento do Produto Interno Bruto de cada zona é um requisito necessário para uma boa gestão de Zonas Económicas Especiais e Zhuhai não foge à regra. Porém, com a mudança estrutural da economia da zona, este Produto Interno Bruto aumentou radicalmente e, desde 1979, com um Produto Interno Bruto de 0,17 biliões de Yuan para 3,9 biliões em 1997, este aumento trouxe enormes mudanças nos setores industriais explorados na zona. Na verdade, a indústria primária, que era a mais explorada em meados de 1970, desceu drasticamente, enquanto que a indústria secundária e terciária aumentaram significativamente. Se colocarmos os números em percentagem verificamos que, no fim do século XX, o setor primário era explorado por somente 5% da população, a indústria secundária por 52% da mesma e a indústria terciária por 43% dos residentes.

A nível industrial, no início das reformas implementadas pela criação da Zona Económica Especial, eram as pequenas empresas que produziam três quartos do valor de exportações industriais. No entanto, no fim dos anos 90, eram maioritariamente as médias e grandes empresas que produziam esses mesmos três quartos produzidos, antigamente, pelas pequenas empresas, enquanto que as pequenas empresas passaram a produzir somente um quarto do Produto Interno Bruto da zona. Não há referências ao porquê desta drástica mudança, mas especula – se que tenha sido a visita do presidente Deng Xiaoping, em 1992, e as mudanças políticas a nível local orquestradas por essa visita que viabilizaram esta mudança.

Ainda de acordo com os números fornecidos em A Rand Note (1991), outra das mudanças na economia de Zhuhai foi a posse das empresas nesta Zona Económica Especial, que passou de 65% de empresas controladas pelo Estado, em 1979, e 35% de empresas coletivas locais sem qualquer percentagem de investimento estrangeiro para, em meados de 2000, uma percentagem de investimento estrangeiro de 86%, 7% de empresas do Estado e outros 7% das empresas coletivas locais, ou seja, uma mudança radical no aspeto da economia, das importações, das exportações e da abertura ao estrangeiro por parte de Zhuhai. O objetivo de expandir o comércio estrangeiro foi um sucesso em Zhuhai. As importações e as exportações aumentaram ambas de menos de 10 milhões de dólares para mais de 25 biliões de dólares, em 1997, muito devido à entrada de capital estrangeiro vindo de Hong Kong, que ultrapassou os 50% do valor total de entrada de capital e da entrada de capital vindo de Macau, o que revela um domínio económico de Hong Kong na região.

Os dois setores predominantes na economia de Zhuhai são a produção de equipamento elétrico e maquinaria e equipamento eletrónico e de comunicações, mas mesmo estes só chegam aos 28% do total do Produto Interno Bruto local.

Para concluir, e baseando – nos em números fornecidos pelo Governo Central Chinês, há a referir que a Zona Económica Especial de Zhuhai se desenvolveu muito rapidamente, seguindo mais ou menos as mesmas diretrizes das anteriores e, em alguns casos, mesmo copiando – as. No entanto, esta zona ainda não atingiu o patamar de, por exemplo, Shenzhen. Em Zhuhai, a agricultura ainda desempenha um papel relativamente importante, contribuindo com 20% para o Produto Interno Bruto local, enquanto que a indústria secundária atinge uns surpreendentes 50% e somente a indústria ligeira conseguiu, ainda, ter um papel importante nesta região. As empresas industriais maiores ainda não se conseguiram estabelecer. Outro dos pontos fulcrais que diferem Zhuhai de outras Zonas Económicas Especiais é o facto de empresas estrangeiras totalizarem 86% do total de produção e exportação de produtos da zona, o que torna a Zona Económica Especial de Zhuhai uma zona quase exclusivamente dependente de estrangeiros ao contrário das outras zonas, onde as empresas de controlo nacional predominam e somente as leis de taxaçoão ou outros benefícios são dados a empresas estrangeiras para as atrair. Zhuhai é, assim, um gigante em construção.

A terceira e última Zona Económica Especial que estamos a comparar com Shenzhen e Xiamen é a de Shantou. Esta zona tem a particularidade de ser a única que já era um centro industrial antes de ser convertida em Zona Económica Especial. De acordo com números facultados pelo Governo, em 1979, altura do início das Zonas Económicas Especiais, já Shantou tinha uma população de 3 milhões de habitantes e a sua zona industrial tinha mais de 2000 km<sup>2</sup> dos quais 234 pertencem, agora, à Zona Económica Especial entretanto criada. A principal razão pela qual esta zona foi escolhida foi o facto de ser a terra natal de milhares de trabalhadores migrantes espalhados por todo o mundo. Esta escolha fez com que muitos voltassem a Shantou ou a regiões lá perto. Visto Shantou já ser uma zona industrialmente desenvolvida, fez com que a percentagem de empregados fosse muito ligeira nos vinte anos seguintes, com somente uma pequena subida de 45% para 50%. A grande diferença entre Shantou e as outras Zonas Económicas Especiais é, mesmo, o resultado e a percentagem de trabalhadores temporários migrantes. Enquanto que nas outras Zonas Económicas Especiais este era um dos fatores mais importantes, em Shantou pouco significou, visto que já possuía uma elevada taxa de trabalhadores, como podemos observar na seguinte tabela.

	1978	1979	1980	1985	1990	1991	1992	1995	1996	1997
Population	2.87		2.97	3.27	3.70			4.01	4.07	4.13
Employment Share		45%	45%	51%	51%	51%	52%	51%	51%	50%

**Tabela 3** – Percentagem de empregados na população total  
Documento online em: <http://d-nb.info/959241612/34>,  
Acedido em 2014-03-03

A principal razão de Shantou (**Figura 17**) já possuir uma elevada taxa de trabalhadores é o facto de, já em 1978, esta região ser fortemente industrializada e uma cidade com um nível de desenvolvimento superior às outras zonas escolhidas para projetos – piloto de Zonas Económicas



Especiais, o que fez com que famílias inteiras, e não os trabalhadores migrantes, integrassem e aumentassem as estatísticas sobre população trabalhadora.



**Figura 17 – Zona Económica Especial de Shantou**

Fonte: Weather Forecast. Shantou Location Map (documento online em: <http://www.weather-forecast.com/locations/Shantou>, Acedido em 2014-03-03)

Em termos de Produto Interno Bruto, verificamos que em Shantou, já desde o início dos anos 70, o setor secundário e terciário eram os mais importantes, limitando o setor primário a uns meros 11%. No entanto, estes 11% produziam um Produto Interno Bruto de 1.06 milhões de Yuan e não demonstravam o real crescimento da indústria primária, visto que esta aumentou o número de trabalhadores de 710 mil para 860 mil durante as reformas. Já o setor secundário aumentou a sua força laboral de 280 mil para 760 mil e o setor terciário de 160 mil para 610 mil o que revela que, apesar da pequena percentagem do setor primário, este continuava a ser o que empregava mais trabalhadores e, mesmo depois de 20 anos, a agricultura ainda emprega um terço do total da força laboral de Shantou.

Segundo o Governo Central Chinês, esta Zona Económica Especial não foi uma das mais bem – sucedidas acrescentando, somente, 1,5% do total das exportações chinesas, nunca ultrapassando os 2% desde a sua criação. Infelizmente, não existem dados sobre as percentagens de importações que permitam tirar conclusões sobre o desenvolvimento da Zona Económica Especial de Shantou, mas sabe – se por fontes governamentais que Shantou tem um papel muito mais importante como importador do que como exportador. A partir de 1990, as empresas estatais<sup>20</sup> diminuíram em número, enquanto que outras empresas, especialmente

<sup>20</sup> Segundo Investopedia, empresas estatais (também designadas por State – Owned Enterprises) são «Uma entidade legal que é criada pelo Governo, a fim de participar em atividades comerciais em nome do governo. Uma empresa estatal pode ser total ou parcialmente possuída por um Governo e é, normalmente, destinada a participar em atividades comerciais.» (Tradução própria)

empreendimentos estrangeiros, aumentaram exponencialmente chegando a atingir, em 1997, a marca dos 95% dado que, das 652 firmas conhecidas e estabelecidas em Shantou, 618 eram de investidores estrangeiros, principalmente provenientes de Hong Kong, Macau e Taiwan.

Podemos assim concluir que, de todas as Zonas Económicas Especiais, Shantou foi a mais procurada por investidores estrangeiros, visto já possuir infraestruturas adequadas ao crescimento industrial. Apesar disso, é de acentuar o facto de todas as Zonas Económicas Especiais se terem tornado atrativas ao investimento estrangeiro devido às reformas implementadas nas respetivas zonas, incluindo a diminuição das taxas a pagar e dos serviços aduaneiros. Pode – se assim afirmar que, nesta luta de titãs, não houve vencedores nem vencidos e que todos têm os seus atrativos e os seus defeitos, restando escolher o que mais se adequa à empresa a estabelecer.

## 2.8 – Quadro – síntese comparativo das cinco Zonas Económicas Especiais

Segue – se um quadro comparativo das cinco Zonas Económicas Especiais, com maior incidência nas suas vantagens e desvantagens e o seu tamanho. São, também, considerados os factos mais relevantes para cada uma das zonas, assim como o nível administrativo e a província onde estão localizadas.

Zonas Económicas Especiais	Província	Tamanho em km <sup>2</sup>	Vantagens	Desvantagens	Administração	Factos adicionais
<b>Shenzhen</b>	Guangdong	327.5km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Localizada perto de Hong Kong;</li> <li>Possui grande porto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inicialmente, industrialmente subdesenvolvida;</li> <li>Transgressão de regras ambientais internacionais.</li> </ul>	Estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fraco planeamento urbano;</li> <li>Crescimento da criminalidade.</li> </ul>
<b>Xiamen</b>	Fujian	160 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Localizada perto de Taiwan;</li> <li>Forte sentido transnacional;</li> <li>Isolamento do continente, o que provoca um menor impacto nas zonas circundantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cidade construída em zona propensa a inundações devido a estar vários metros abaixo do nível do mar.</li> </ul>	Estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de um porto comercial;</li> <li>Considerada a cidade mais “verde” da China.</li> </ul>
<b>Hainan</b>	Hainan	34000 km <sup>2</sup> (tamanho total da ilha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Excelência em recursos naturais;</li> <li>Tamanho considerável;</li> <li>A sua localização facilita o transporte por mar;</li> <li>Abertura para uma exploração turística atrativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Menor densidade populacional traduzida em falta de mão – de – obra;</li> <li>Clima tropical desvantajoso para o setor terciário;</li> <li>Fraco desenvolvimento estrutural.</li> </ul>	Governo Provincial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Zona virgem propícia a novos desenvolvimentos industriais e estruturais;</li> <li>Colheitas tropicais abonatórias para o comércio local.</li> </ul>
<b>Zhuhai</b>	Guangdong	121 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perto de Macau;</li> <li>Experiência a nível comercial;</li> <li>Expansão do comércio internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escassez de residentes permanentes;</li> <li>Falta de mão – de – obra;</li> <li>Subdesenvolvida a nível estrutural.</li> </ul>	Governo Provincial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de um porto comercial;</li> <li>Fraca produção do setor primário e conseqüente aumento das importações de produtos de primeira necessidade.</li> </ul>
<b>Shantou</b>	Guangdong	234 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Já era um centro industrial;</li> <li>Infraestruturas já construídas;</li> <li>Bons acessos por terra, mar e ar;</li> <li>Grande percentagem de mão – de – obra.</li> <li>Terra natal de milhares de trabalhadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouco investimento em infraestruturas;</li> <li>Pouco impacto nas exportações totais chinesas.</li> </ul>	Estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de dados sobre importações;</li> <li>Zona mais procurada por indústrias estrangeiras.</li> </ul>

**Tabela 4 – Tabela comparativa das Zonas Económicas Especiais**  
Fonte: Elaboração própria.

## **2.9 – Zonas Económicas Especiais Chinesas em África**

### **2.9.1 – Definição de *Soft Power***

A definição de «poder», segundo o dicionário da Língua Portuguesa (2010), «é ter autorização para; ter o direito de; capacidade de agir sobre algo; autoridade; força; influência; capacidade legal de fazer algo; força física ou moral e manifestação dessa força e, em último caso, a situação dos que detêm autoridade ou jurisdição de força política na sua relação com o cidadão e o exercício ou manifestação dessa força política que pode ser militar ou não».

Se formos ao dicionário, estas são algumas das muitas definições de poder. Escolhemos estas para demonstrar o quão complicado é explicar o que é o poder. À partida, existem vários tipos de poder, como o legislativo, o administrativo, entre outros. No nosso caso, queremos aprofundar o chamado “*Soft Power*” ou, em Português, “Poder Suave”.

Ao contrário do *Hard Power*, que consiste no obrigar ou inculcar, à força, ideologias, leis ou obrigações, o *Soft Power* retirou a força e inseriu a demagogia, ou seja, a arte de fazer os outros partilhar da nossa opinião simplesmente com a ação das palavras e dos ideais.

Segundo Nye (2004), o *Soft Power* é «O conceito básico de poder é a habilidade de influenciar outros a fazer o que você quer. Há três maneiras de fazer isto, uma delas é ameaça – los com galhos; a segunda é comprá – los com cenouras; e a terceira é atraí – los ou cooperar com eles para que queiram o mesmo que você. Se você conseguir atraí – los a querer o que você quer, irá custar – te muito menos cenouras e galhos.» e que «... poder é a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para conseguir o resultado que se quer.»

Desde sempre, o Homem utilizou a primeira ou a segunda opção para resolver as suas querelas, porém desde o aparecimento desta nova ideologia, as nações deixaram de se envolver em confrontos diretos poupando, desde logo, no investimento a nível militar e de importações, e aderiram à terceira opção, onde ganha quem apresenta os melhores argumentos.

Agora que temos uma pequena definição do que é o *Soft Power* iremos, nos capítulos seguintes, demonstrar a eficácia desta forma de poder usado pela China no Continente Africano, principalmente nos países mais subdesenvolvidos ou subsarianos.

### **2.9.2 – Relações Sino – Africanas: o sucesso do *Soft Power***

O regime chinês foi, desde sempre e ao longo da História, uma Nação virada para ela própria, um país dirigido com mão – de – ferro desde a sua formação até a um não longínquo passado. De facto, só no início dos anos 70 e sob o regime de Deng Xiaoping é que a China começou, lentamente, a mostrar a sua face, o seu poderio e o seu peso na economia global e não só. Por volta dos anos 80, ficou provado que a China era uma superpotência em todos os sentidos, até mesmo nos maus sentidos, tais como a exploração infantil, a prostituição ou a poluição local e, com maior impacto, a poluição a nível mundial. Tornou – se claro para o Comité Central Chinês que a viagem iniciada por Deng Xiaoping não teria retorno e que as mudanças

ocorridas e a ocorrer teriam que ser tratadas com o maior cuidado, principalmente desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, que obrigou o Império do Meio a grandes reformas legislativas, taxativas e de melhoramento laboral. Apesar da discordância de alguns dos membros do Comité, ainda ligados à ancestralidade e ao tradicionalismo cultural do seu país, a China teve que mudar radicalmente a sua maneira de se ver e, principalmente, de ver o mundo.

Desde o início de 1990, e com a criação e o desenvolvimento do ideal de Zona Económica Especial, a China tornou – se a “Fábrica do Mundo” e o maior “Comprador do Mundo”. Para ter conseguido ganhar estes estatutos, a China teve que organizar – se quer internamente, quer a nível externo. Como vimos nos capítulos anteriores, a criação das Zonas Económicas Especiais deram um impulso adicional à reorganização industrial e comercial a nível interno e uma nova imagem a nível externo, porém muito havia ainda a fazer a nível externo para que a China fosse considerada um parceiro comercial estável e confiável. Para isso, muito iriam contribuir as ajudas dadas ao Continente Africano e à criação de Zonas Económicas Especiais Chinesas em países desse continente, apesar de haver óbvias contrapartidas monetárias e materiais para a República Popular da China. Segundo António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011), «A China continua a ser um país em desenvolvimento, mas foi modernizada e está a crescer a um passo rápido e é, hoje em dia, um dos maiores jogadores a nível mundial. Com o rápido desenvolvimento económico da China, tem havido gritos de uma “ameaça chinesa”. Dentro das várias preocupações de um crescimento pacífico chinês, há uma que sobressai: a expansão da China em África.»<sup>21</sup> Ainda segundo Anshan, L. (2006), citado por António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011), «A preocupação começou em 2004, a nível académico, quando dois importantes artigos académicos foram publicados.»<sup>22</sup> Uma das publicações, segundo Muekalia, J. (2004), citado por António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011), era mais positiva pois «A China está a entrar em África numa estratégia de parceria a longo termo para uma liderança internacional de mercados, energia e espaço.»<sup>23</sup>

Especialmente desde o virar do século que o desenvolvimento Chinês em África se tem expandido principalmente devido ao uso do *Soft Power*, com inúmeros contactos e reuniões entre dirigentes africanos e dignatários chineses. Ao financiar companhias chinesas privadas e parcerias públicas nos países africanos usando instituições como a “China – Africa Development (CAD) – fund”, a China tem expandido e usado o *Soft Power* em larga escala nesse continente. Esta estratégia tem sido fortalecida com visitas oficiais de alto nível a países africanos anfitriões e levou ao início das conversações nos vários países africanos ajudados pela China sobre a formação de Zonas Económicas Especiais Chinesas nesses países. Segundo Giry, S. (2004), citado por António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011), «De facto, ao investir massivamente não só no petróleo africano, mas também nos trabalhos públicos,

---

<sup>21</sup> Tradução própria.

<sup>22</sup> Tradução própria.

<sup>23</sup> Tradução própria.

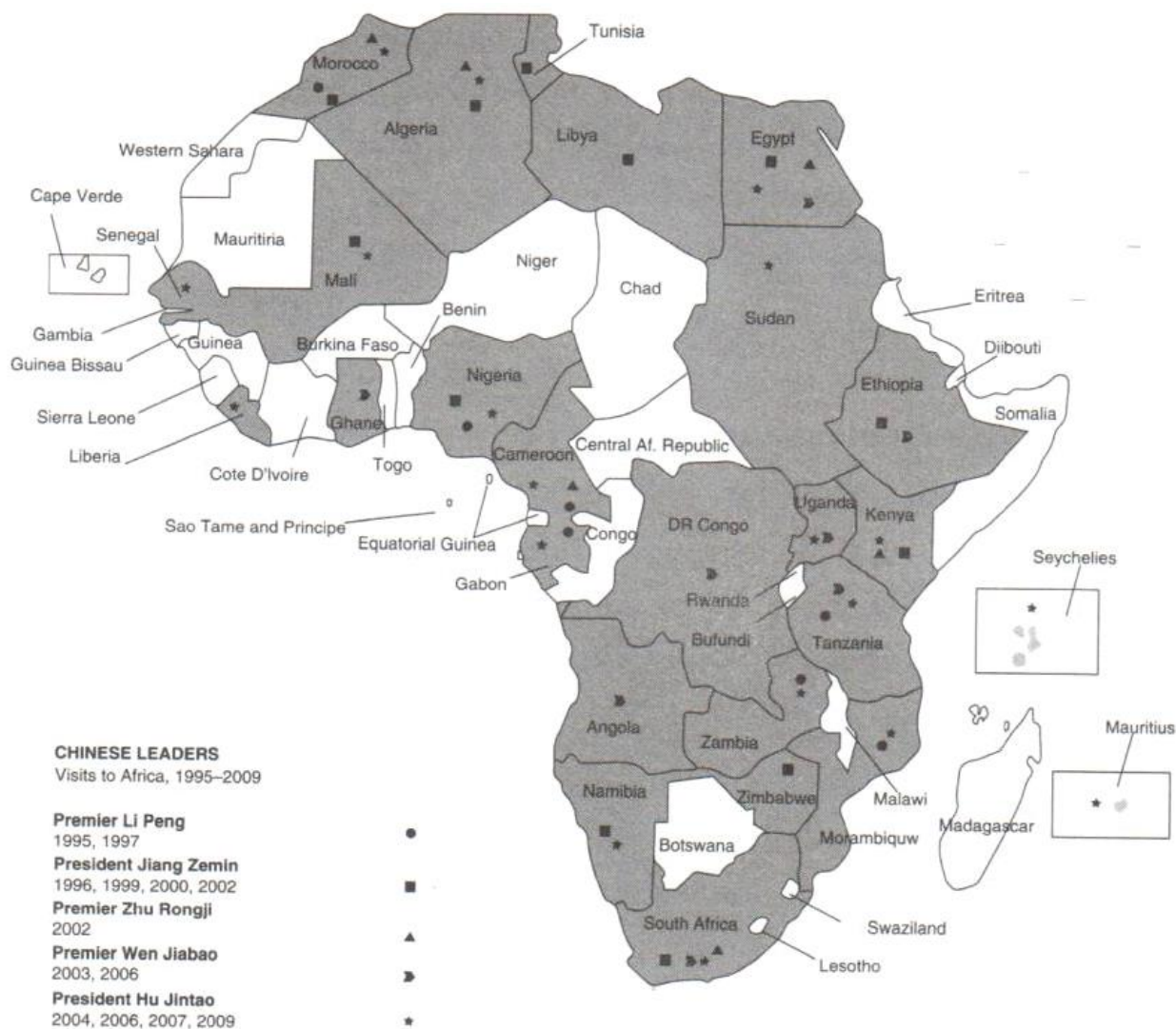
telecomunicações, agricultura e outros setores africanos, a China está a tentar comprar os corações e as mentes dos líderes africanos como parte de um maior empurrão para ganhar aliados no mundo em desenvolvimento e aumentar exponencialmente o seu *Soft Power* no estrangeiro.»<sup>24</sup> Desta forma, desde a segunda metade da primeira década do século XXI, que estas zonas se começaram a tornar uma realidade devido à aceitação por parte dos chefes de Estado dos países africanos diretamente relacionados com a ajuda externa chinesa. A China aproveitou a oportunidade de expansão dos seus produtos para transformar a ideia de que os produtos chineses baratos são de baixa qualidade e que a região de origem do produto nada tem a ver com a sua qualidade. Além disso, a nível de importações, a China tem crescido exponencialmente devido às contrapartidas dadas pelos países auxiliados pela República Popular da China.

A China tem investido milhões em ajuda externa a inúmeros países africanos. Só para dar uma ideia, só em ajudas médicas a China tem equipas no Botswana, Madagáscar, Guiné Equatorial, Nigéria, Comoro, Zâmbia, Eritreia, Etiópia, Argélia, Lesoto, Serra Leoa, Cabo Verde, Zimbabue, Ruanda, Tunísia, Benin, Burundi, Ilhas Maurícias, Guiné, Sudão, Tanzânia, Seicheles, Marrocos, Togo, Camarões, Djibouti, Moçambique, Guiné Bissau, República do Congo, Gabão, Uganda, Mali, Namíbia, África Central e África do Sul. Só por este exemplo se pode ver a quantidade de pessoas envolvidas nas ajudas aos países subdesenvolvidos, assim como o dinheiro investido no *Soft Power* chinês nesses países. Em todo o caso, existem vozes que se levantam e se incomodam com estas ajudas, que consideram uma simples esmola para a obtenção de direitos legais sobre as matérias – primas desses países e a primazia aquando da escolha de empresas que se proponham a explorar o território desses países. Querem com isto afirmar que estas ajudas, que não são só médicas, são simplesmente um meio para atingir um fim, o controlo do Continente Africano a nível industrial e comercial.

Para um maior entendimento entre o Governo Central Chinês e os países africanos, muitas foram as visitas estabelecidas por altos dignatários chineses a países africanos para poderem discutir as possibilidades económico – financeiras de investimento chinês e receber os pedidos de ajuda humanitária por parte desses países subdesenvolvidos. De facto, e desde 1995, a China enviou dignatários a Seicheles, Ilhas Maurícias, Cabo Verde, Marrocos, Mali, Libéria, Argélia, Gane, Nigéria, Líbia, Tunísia, Camarões, Egito, Sudão, Etiópia, República Democrática do Congo, Uganda, Quénia, Tanzânia, Angola, Zâmbia, Namíbia, Senegal, Libéria, Zimbabue e África do Sul (**Figura 18**), visitas essas que se realizaram até ao ano de 2009.

---

<sup>24</sup> Tradução própria.



**Figura 18** – Mapa de visitas de dignatários chineses a África  
 Fonte: Bräutigam, D. (2011). *The Dragon's Gift – The Real Story of China in Africa*,  
 Estados Unidos: Oxford University Press.

No entanto, e apesar dos esforços políticos dos negócios estrangeiros chineses, muitos foram os países que simplesmente pediram ajuda humanitária, não tendo nada para dar em troca, o que não fez com que a China recusasse essa mesma ajuda. No entanto, só em sete países é que a China conseguiu concretizar os seus planos em pleno, nomeadamente na Zâmbia, no Egipto, na Argélia, na Etiópia, nas Ilhas Maurícias, na Nigéria – Lekki e na Nigéria – Ogun, que aceitaram a criação de Zonas Económicas Especiais Chinesas no seu território em troca de benefícios adicionais.

Mais tarde, nesta dissertação, voltaremos às ajudas chinesas aos países africanos subdesenvolvidos. Por agora, iremos focar – nos nestes sete países e nas respetivas zonas criadas pelos chineses para o usufruto de benefícios especiais nas suas trocas comerciais com os respetivos países.

### 2.9.3 – A China e a Zâmbia

A Zâmbia é um país que, a nível de recursos, é naturalmente rica em matérias férreas, tais como cobre, cobalto, zinco, chumbo, carvão, esmeraldas, ouro, prata e urânio. Situa – se na África Austral e faz fronteira com o Congo, a Norte; a Tanzânia, a Nordeste; o Malawi e Moçambique, a Leste; o Botswana, a Sul e Angola a Oeste e tem uma área de 752 614 km<sup>2</sup>. A sua capital é Lusaka, com perto de 1,5 milhões de habitantes. Topograficamente, é constituída, maioritariamente, por um planalto a 1000 m de altitude, atravessado por vários rios e faz parte do deserto de Calaári. Os seus principais rios são o Congo e o Zambeze, que tem a maior catarata do mundo, as cataratas de Vitória, perto da fronteira do Zimbabwe.

Visto que a Zâmbia é um país rico em minérios, depende quase exclusivamente da sua extração e o cobre constitui 95% das suas exportações. Todas as minas foram nacionalizadas a seguir à independência, pelo que as flutuações dos preços mundiais do cobre afetam a economia deste país que, juntamente com o aumento da população, agravou enormemente as condições de vida da população no geral. Como qualquer país africano, este também possui vários grupos étnicos, nomeadamente os Bemba (36%), os Maravi (18%) e os Tonga (15%), sendo o Cristianismo a religião maioritária. A língua oficial é o Inglês, mas a maioria dos Zambianos fala o Banto.

A Zâmbia foi colonizada em 1890 pela Inglaterra e teve a sua independência a 24 de outubro de 1964. No entanto, «a evolução das estruturas políticas deve – se em parte à criação do sindicato dos mineiros que progressivamente veio contrabalançar a influência dos europeus.» (Infopédia, 2003).

A China entrou em África, como estava estabelecido no seu último Plano Quinquenal, onde se definiu a criação de Zonas Económicas Especiais Chinesas no Continente Africano, mais particularmente pela Zâmbia, por volta do ano de 2000 e, desde o princípio, estabeleceu a meta de conseguir construir cinquenta Zonas Económicas Especiais Chinesas, integradas no plano de “*Going Out*”. O Continente Africano tornou – se o mais importante anfitrião para o início do plano das primeiras dezanove Zonas Económicas Especiais Chinesas em todo o mundo, começando pela Zâmbia, seguindo – se a Nigéria, Etiópia, Egito, Ilhas Maurícias e Argélia. Durante os últimos dez anos, a China investiu enormes somas em África e as trocas comerciais entre estes dois países chegou aos 106 mil milhões de dólares em 2008.

Na Zâmbia, a China criou, com a participação do Governo da mesma, uma Zona de Cooperação Económica e Comercial na região de Chambishi (**Figura 19**) e Lusaka, com 798 km<sup>2</sup>. Este plano iniciou – se em fevereiro de 2007 e já se encontra em funcionamento, exceto na zona de Lusaka, onde ainda está na fase de planeamento. O principal investidor, visto que a Zâmbia é uma zona especialmente rica em minérios, é o grupo “China Nonferrous Mining Co.” (CNMC group). Este grupo investiu, principalmente, na mineração e processamento de cobre e cobalto na zona de Chambishi, enquanto que na zona de Lusaka está em marcha um plano para produzir vestuário, comida, aplicações, tabaco e produtos eletrónicos.





**Figura 19 – Chambishi**

Fonte: Weather Forecast. Chambishi Location Map (documento online em: <http://www.weather-forecast.com/locations/Chambishi>, Acedido em 2014-03-21)

Investigadores já estabeleceram a maior razão para os problemas identificados anteriormente nas prévias tentativas de estabelecer zonas especiais em África, que incluíam problemas a nível de infraestruturas, de corrupção, de incentivos monetários, de localizações e de manutenção (Cling & Letilly 2001; FIAS 2008), chegando ao ponto de alguns destes investigadores sugerirem que essas zonas especiais fossem integradas numa agenda de reformas para poderem ter algum impacto e alguma oportunidade de serem bem – sucedidas. No entanto, para se ter sucesso, as zonas precisam de trazer investimento à Zâmbia, principalmente investimento estrangeiro, quer pelo capital, quer pelas novas ideias e novas tecnologias trazidas pelos estrangeiros. O Governo Chinês cimentou esta ideia, principalmente para ajudar as empresas chinesas a espalharem – se pelo mundo. Idealmente, a variedade de investidores nestas zonas especiais seria em larga escala, com empresas de todo o mundo a usufruírem de condições especiais de importação e exportação, assim como taxas mais baixas e mão – de – obra mais barata nestas zonas. Porém, desde o início deste projeto, o Ministro do Comércio da Zâmbia teve em mente a esperança de que somente empresas chinesas pudessem usufruir destas zonas especiais. No entanto, os chineses exigiram que a zona continuasse aberta a todos os investidores, o que se irá traduzir num cocktail de empresas que irão adicionar valor ao material bruto retirado da zona de Chambishi. A China está, assim, mais que a própria Zâmbia, a atrair outras empresas estrangeiras trazidas em auxílio da Zâmbia, até porque o plano mestre da Zona Económica de Multi – funções de Chambishi incluía a inserção de investidores Zambianos com boa reputação e bom desempenho. Em 2011, a “China Nonferrous Mining Co.” (CNMC group) referia já possuir quarenta empresas chinesas e dez de outros países, incluindo da Zâmbia.

Para usufruir do acesso aos benefícios da Zona de Cooperação Económica e Comercial, é necessário possuir um investimento inicial de 500 mil dólares e um plano previamente aprovado e com elevada taxa de sucesso. No entanto, este investimento é facilmente recuperável devido aos benefícios oferecidos pela Zâmbia às empresas estabelecidas. Além disso, a mão – de – obra é extremamente barata e, com o exemplo das empresas chinesas e dos seus trabalhadores, essa mão – de – obra está, progressivamente, a tornar – se altamente especializada e motivada.

A Zâmbia foi, pois, o terreno de ensaio para as Zonas Económicas Especiais Chinesas e, felizmente, tudo correu pelo melhor, apesar de ainda não haver dados estatais acerca da poluição e das condições de vida nas cidades sobranceiras à zona económica, o que provoca algum receio de que a China esconda algo não tão positivo nesta primeira experiência. No entanto, olhando os números concretos fornecidos quer pelo Governo Chinês, quer pelo Governo da Zâmbia, a zona de Chambishi cresceu de uma forma incomparável com o resto das cidades deste país, o que faz pensar que, apesar de poder haver alguns contratemplos não divulgados, estes não se sobrepõem ao crescimento económico, industrial e social da formação da Zona de Cooperação Económica e Comercial. Esperemos que também na pequena subzona de Lusaka (**Figura 20**), com apenas 5 km<sup>2</sup>, o crescimento atrás mencionado também se torne uma realidade. Na parte principal da Zona Económica Especial da Zâmbia, Chambishi, foram já criados seis mil trabalhos para zambianos e chegou aos 1,5 mil milhões de dólares de exportações em 2011.



**Figura 20 – Lusaka**

Fonte: Weather Forecast. Lusaka Location Map (documento online em: <http://www.weather-forecast.com/locations/Lusaka>, Acedido em 2014-03-21)

É de salientar que o Banco de Desenvolvimento Chinês promoveu uma equipa para a Zâmbia para estudar e providenciar fundos para as referidas zonas e, especialmente, para as atividades da “China Nonferrous Mining Co.” (CNMC group). Tanto Chambishi como Lusaka, sendo esta última um plano que se previa estar terminado em 2009 com a construção de um aeroporto e de zonas hoteleiras e de indústria ligeira foram, no seu conjunto como Zona Económica de Multi – funções de Chambishi, a primeira de cinco zonas económicas planeadas pela Zâmbia. Tanto estas zonas como as Zonas de Cooperação Económica e Comercial têm atraído tantos investidores que estima – se que haja, pelo menos, sessenta empresas em lista de espera para poderem construir as suas infraestruturas nelas. De facto, até mesmo o Governo Malaio pediu a Lusaka permissão para a construção de uma empresa de assistência técnica.

Chambishi tem sido uma aposta que tem dado dividendos, tendo desenvolvido substancialmente e atraído dezenas de investidores estrangeiros e domésticos, contribuindo com uma percentagem importante para o Produto Interno Bruto da Zâmbia. Além disso, tem educado milhares de trabalhadores africanos em ciências, tecnologias, manufaturação, processamentos e construção de infraestruturas, além de ter sido pioneira no processo de exportações com Hong Kong e China, com empresas estatais a deter regalias especiais nas várias fases de produção e exportação, tendo sido, portanto, uma vitória para o *Soft Power* chinês no Continente Africano. No entanto, esta terá sido a primeira de inúmeras vitórias das quais falaremos nos capítulos seguintes.

#### **2.9.4 – A China e a Etiópia**

A Etiópia é, indubitavelmente, um dos países mais pobres do Continente Africano. Situa – se no Nordeste de África, com fronteira com a Somália, o Sudão e o Quênia.

O propósito desta dissertação não é aprofundar o estudo dos países africanos ajudados pela China, mas sim focar a atenção nas facilidades obtidas quer por uma fação, quer pela outra, na criação de Zonas Económicas Especiais nestes países em particular.

Desta forma, no caso da Etiópia, a Zona Económica Especial ficou com o nome de “Parque Industrial Oriental” ou, no original, “Eastern Industrial Park”, que está localizado perto de Addis Ababa (**Figura 21**), próximo da cidade do Dukem, no estado regional nacional da Oromia.



**Figura 21 – Etiópia**

Fonte: Infoplease. Ethiopia Map (documento online em: <http://www.infoplease.com/atlas/country/ethiopia.html>, Acedido em 2014-03-29)

A cidade industrial mais perto é de Debre Ziet, no estado de Oromia, onde habitam mais de 35% da população do país (The World Bank. 2011). Em Djibouti, a 900 km, encontra – se o porto de águas profundas responsável pela maioritária percentagem do comércio externo etíope. O estado de Oromia é o maior produtor de café e outros produtos agrícolas oferecendo, assim, mão – de – obra e um mercado crescente para a Zona Económica Especial.

Em 2007, surgiu o primeiro plano para a Zona Económica Especial, com uma área de 500 hectares, que foi reduzida para 200, em 2009, depois de uma mudança de estrutura corporativa. Entretanto, os restantes 300 hectares foram assegurados pelo Governo para futuras expansões na Zona Económica Especial. A primeira fase já começou e estão, atualmente, a ser construídas infraestruturas residenciais, comerciais e de logística, bem como armazéns e espaços abertos para maior conforto da população.

Esta Zona Económica Especial, ao contrário de muitas outras, está a ser desenvolvida por um consórcio chinês, o Jiangsu Yongyuan Investment Corporation. Este consórcio incluía, no início, duas empresas de ferro, nomeadamente a Jiangsu Yonggang Group e a Jiangsu Qiyuan Group, da cidade de Zhangjiagang, da província de Jiangsu. Este grupo iniciou o projeto e incluiu a participação do grupo Yonggang, uma das 500 melhores empresas de manufatura chinesa, garantindo financiamento para ganhar o consórcio da Zona Económica Especial da Etiópia em 2007. Duas outras empresas, da cidade de Zhangjiagang, a Jiangliang International Trade Company e a Zhangjiagang Yangyang Asset Management juntaram – se, mais tarde, ao consórcio e trouxeram os técnicos necessários para a continuidade do projeto, apesar de não terem a mesma força corporativa das duas primeiras. No entanto, em 2009, o consórcio foi abandonado pelo Jiangsu Yonggang Group, deixando o grupo mais pequeno, o Jiangsu Qiyuan Group, como o

maior acionista e executor do projeto. Esta saída teve repercussões a nível financeiro, levando a grandes dificuldades e trazendo uma baixa de 500 para 200 hectares, ficando o Jiangsu Qiyuan Group a suportar 101 milhões de dólares sozinho.

Com base em informações recolhidas no The World Bank. (2011), os papéis e as responsabilidades do Governo Etíope e do consórcio chinês foram bem definidos num contrato assinado pelas duas entidades, em que o consórcio é responsável pelo planeamento, desenvolvimento, gestão, operação, promoção, marketing e segurança financeira da Zona Económica Especial, enquanto o Governo da Etiópia cobre 30% das infraestruturas, oferece as terras, administra os incentivos de investimento local, de qualidade para exportação, providencia 20% de toda a retenção nos ganhos das exportações comparado com os 10% de outras empresas na Etiópia, clarifica leis e taxas para facilitar a criação de bases operacionais de empresas localizadas na Zona Económica Especial e assegura a coordenação e o suporte na entrega de serviços através do Ministério do Comércio e dos oficiais de indústria designados para os escritórios localizados na zona. Além disso, o banco da Etiópia aceitou providenciar financiamento para empresas localizadas na Zona Económica Especial que sejam futuramente rentáveis. Por outro lado, o Governo Etíope e o seu Plano de 5 Anos de Crescimento e Transformação focou – se no estabelecimento de zonas industriais para aumentar a competitividade global e estratégica de indústrias prioritárias. O Governo esforça – se para ser rápido no desenvolvimento das Zonas Económicas Especiais e percebe que o seu envolvimento nelas pode ser uma experiência valiosa nas negociações com possíveis investidores Turcos, Indianos e Egípcios, que fizeram propostas para projetos nessas mesmas zonas. Como já foi dito, a primeira Zona Económica Especial na Etiópia, o “Eastern Industrial Park”, foi construída para atrair investidores qualificados e transferir conhecimento e desenvolvimento nas zonas operativas, assim como fazer crescer o Produto Interno Bruto. No entanto, não existe nenhum acordo comercial entre as empresas desenvolvidas na Zona Económica Especial e o Governo Etíope, que trata o “Eastern Industrial Park” como uma iniciativa completamente privada. As empresas desenvolvidas nesta zona estão, atualmente, a construir todas as infraestruturas e é esperado que o Governo reembolse os custos depois de tudo estar operacional, mas esse pagamento só será feito depois do Governo aprovar todas as estruturas. Este arranjo é baseado somente em cartas oficiais entre o Governo e as empresas, o que levanta questões de foro legal aquando do reembolso do investimento realizado pelas empresas.

Tanto os chineses como, mais recentemente, os Turcos, estão a ser financiados por previsões existentes no Código de Investimento Nacional para incentivos especiais formados pelos primeiros grupos em 2007 e 2009. Com estes financiamentos, os investidores conseguem contratos de sete anos baseados em três fatores que são, nomeadamente, a orientação para as exportações, cujos projetos com mais de 50% de exportações recebem cinco anos sem taxas; o setor e o local desse investimento que, sendo dentro do país, traz benefícios de sete anos, sem taxas, contando que as suas tecnologias sejam repartidas com a indústria Etíope.

A Zona Económica Especial Etíope poderia ser uma oportunidade única para investidores estrangeiros, pois existem indicadores que mostram que uma política bem desenhada poderia ter um impacto positivo na redução dos custos de transação. Apesar da Etiópia se situar em 104º lugar dos 183 países onde é mais fácil fazer negócios, a sua maior fraqueza é o difícil processo de exportação, com os seus 900 km de distância entre Addis Ababa e o porto de Djibouti e os procedimentos fronteiriços e portuários. De facto, a posição da Etiópia para começar um negócio, registar uma propriedade ou conseguir uma permissão de construção é favorável no ranking internacional relativamente aos outros países africanos afetos à China, o que melhora o Produto Interno Bruto *per capita*. Além disso, algumas melhorias significativas estariam ao alcance de um ambiente de uma Zona Económica Especial, tal como foi feito na Nigéria para um crescimento significativo em todas estas áreas.

O ambiente de investimento na Etiópia melhorou significativamente nos últimos dez anos, mas enquanto os ordenados domésticos etíopes continuam a um terço do salário médio noutros países africanos, os níveis de produtividade continuam baixos. Dados de inquéritos empresariais sugerem que a produtividade é reduzida por fatores económicos e estruturais combinados, que fazem a economia menos flexível e recetiva aos incentivos. Estes fatores não serão implementados no “Eastern Industrial Park” e, por isso, enfatizou – se a proteção de alguns serviços proeminentes para a competição estrangeira e para os contratos já existentes, assim como preocupações ligadas às condições macroeconómicas, à estabilidade política ou o acesso ao capital humano.

A primeira fase já está sob construção e está adequada tanto em termos do aproveitamento geográfico dos locais como das infraestruturas. O acesso à estrada nacional e aos comboios é bom, existindo uma velha linha ferroviária diretamente ligada às linhas principais e que não está em funcionamento há muitos anos, estando nos planos pô – la a trabalhar de novo. As primeiras infraestruturas na zona consistem em estradas internas e prédios de escritórios. Tendo em conta a expansão da produção de energia etíope, não é premente a produção de energia para a zona. De acordo ainda com o The World Bank. (2011), a zona está, temporariamente, a usar uma conexão de 6 megawatts para suportar as construções e o grupo chinês, juntamente com o Turco, está a projetar construir, aproximadamente, 11 km de 230 kV de linhas de transmissão para duas subestações para providenciar conexões de rede redundantes, com uma capacidade planeada de 100 MW. O uso estimado para o projeto é de somente 58 MW. Subsequentemente, a corporação estatal elétrica etíope vai providenciar ainda mais eletricidade a preços standard, usando as instalações construídas pelas empresas privadas e, assim que estas instalações estiverem concluídas, serão operadas e mantidas como propriedade do Estado da Etiópia.

Nesta Zona Económica Especial, os investidores estrearam as suas primeiras instalações em março de 2010, com a inauguração de uma fábrica de cimento e de giz e outras onze empresas chinesas já assinaram letras de intenção ou contratos de promessa para localizar as melhores zonas para investir os seus 91 milhões de dólares. Estes investimentos incluem a produção de materiais de construção, produtos de ferro, objetos domésticos, processamento de

cabedal e construção de veículos. Apesar de todos os preparativos, contudo, em julho de 2010, nenhum destes investidores tinha ainda iniciado a construção ou o processo administrativo para estabelecer as suas fábricas na Zona Económica Especial.

Segundo dados divulgados pelo The World Bank (2011), a economia etíope é dominada pela agricultura, que contribui para metade do Produto Interno Bruto do país e que emprega quase 80% da força laboral. Com o seu largo mercado de consumidores, que cobre 80 milhões de habitantes e uma capacidade de manufatura limitada, a Etiópia está dependente das importações e dos produtos estrangeiros, tais como medicamentos, produtos farmacêuticos, químicos industriais e agrícolas ou maquinaria agrícola. A China é o primeiro parceiro comercial deste país e um parque industrial na Etiópia pode providenciar uma plataforma facilitadora para a penetração de produtos chineses na Etiópia e na região. Os investidores chineses que manifestaram interesse no “Eastern Industrial Park” iriam focar – se no mercado doméstico e os consórcios iriam traduzir – se numa base têxtil, de cabedal, de trabalho metalúrgico e de materiais de construção da região etíope e dos mercados regionais com a ajuda da logística dos serviços locais. Este consórcio pretende focalizar o investimento das empresas provenientes de Suzhou, Wuxi e Shangzhou, da província de Jiangsu e a participação de empresas domésticas irá depender do quão atrativo sejam as reduções taxativas e legislativas do negócio oferecido pelo parque industrial, que possam seduzir mais que outras zonas do país. O “Eastern Industrial Park” está a enfrentar alguns desafios, tal como as Zonas Económicas Especiais da Nigéria, e isso inclui a falta de clarividência industrial e financeira para o projeto e a ausência de regras claras reguladoras e institucionais para o desenvolvimento de Zonas Económicas Especiais, bem como a capacidade do Governo de coordenar e suportar os serviços necessários para a zona, assim como a manutenção das transformações ambientais e dos impactos sociais que esta zona de investimento teria na economia etíope.

Será, assim, uma prova de fogo para o Governo e o povo etíope a construção destas Zonas Económicas Especiais chinesas, que poderão (ou não) trazer benefícios a todos os níveis a este país tão necessitado.

### **2.9.5 – A China e a Nigéria**

A Nigéria (**Figura 22**) é um dos países africanos mais populosos, com aproximadamente 150 milhões de habitantes e é um dos maiores consumidores e importadores do Continente Africano. Segundo o The World Bank. (2011), a sua economia depende do petróleo, que contribui com 20% do Produto Interno Bruto nigeriano (183 biliões de dólares), as exportações de cacau com cerca de 50% do Produto Interno Bruto e 30% do setor agrícola que, entretanto, tem vindo a crescer em relação ao do petróleo. Na realidade, o país depende de importações e é estimado que cerca de 90% de produtos acabados e/ou mercadorias são provenientes do estrangeiro, por não existir mercado doméstico no setor da manufatura ou investimentos que providenciem uma mudança significativa.



**Figura 22 – Nigéria**

Fonte: Infoplease. Nigeria Map (documento online em: <http://www.infoplease.com/atlas/country/nigeria.html>, Acedido em 2014-03-31)

As Zonas Económicas Especiais ou, como são chamadas na Nigéria, Zonas de Comércio Livre poderiam, eventualmente, providenciar uma plataforma logística e de produção eficiente para uma substituição estratégica das importações, que iria revigorar o setor produtivo nigeriano e, possivelmente, desbravar o caminho para o desenvolvimento do setor das exportações.

As Zonas de Comércio Livre de Lekki e de Ogun – Guangdong<sup>25</sup> poderiam oferecer o tão necessitado auxílio infraestrutural e possibilitar um ambiente de trabalho estabilizado, podendo ter um impacto real na redução dos custos de transação na zona. Se tivermos em conta que a Nigéria se situa no 43º lugar na lista dos 183 países onde é mais difícil fazer negócio e é particularmente impraticável o registo de propriedades, a obtenção de permissões de construção, atravessar fronteiras ou pagar qualquer tipo de taxa aduaneira, a negociação para a abertura das Zonas de Comércio Livre é vista com bons olhos por todas as empresas estrangeiras interessadas em investir no território nigeriano e no seu petróleo, reduzindo os custos de transação em zonas seguras, com procedimentos administrativos delineados, infraestruturas customizadas e taxas consolidadas. A nível local, nota – se que as Zonas de Comércio Livre no estado de Lagos (Lekki) e no estado de Ogun (Guangdong) podem ter ainda mais impacto na redução dos níveis de transação a nível nacional, visto que tanto o estado de Lagos, onde foi criada a Zona de Comércio Livre de Lekki e Ogun, onde nasceu a Zona de Comércio Livre de Ogun – Guangdong são dois dos piores estados para fazer negócio ou comprar terras. Para reverter esta situação, a criação de leis e taxas consolidadas e o retirar dos poderes sobre as terras aos Governadores locais trouxe

<sup>25</sup> Ogun – Guangdong possui este nome devido à união do nome da zona (Ogun) e de um dos acionistas dessa zona, o Grupo Internacional Guangdong Xinguang.



largos benefícios aos pequenos proprietários que puderam, assim, alugar ou vender as suas terras às empresas estrangeiras sem interferência governamental. Esta eficiência administrativa, os custos e a confiança nos serviços também ajudaram aquando da decisão de empresas estrangeiras na obtenção de licenças de prospeção ou manufaturação nestas zonas, onde a relação acesso/qualidade/custo de energia, finanças e transporte são fatores decisivos nessas decisões, que passaram a ser positivas aquando da criação das Zonas de Comércio Livre. No entanto, estas facilidades administrativas só se processam dentro destas zonas e não na totalidade do território nigeriano, onde um simples papel de requerimento para exportação de um produto pode demorar mais de vinte dias a ser emitido e os conflitos institucionais e governamentais abrem portas à corrupção e ao branqueamento de dinheiro por parte de funcionários estatais. Apesar destas práticas, o Governo nigeriano, a ECOWAS (Economic Community of West African States) e a inclusão da AGOA (African Growth and Opportunity Act) têm vindo a combater as ilegalidades cometidas em nome do regime nigeriano nas negociações do acesso comercial e industrial às terras deste país. Estas entidades têm vindo a incentivar e a diversificar as fiscalizações e a mobilizar ativos para o combate à corrupção facilitando, assim, as exportações legítimas e garantindo facilidades a nível de crédito e a criação de Zonas Comerciais Livres. Da estratégia de desenvolvimento nigeriano fazem parte zonas de processamento de exportações e zonas de comércio livre para aumentar a industrialização, a criação de novos trabalhos e a atração do investimento direto estrangeiro já desde o princípio dos anos 90. As zonas de Lekki e de Ogun – Guangdong passaram a ser Zonas de Comércio Livre licenciadas e reguladas pela NEPZA (Nigerian Export Processing Zones Authority), fundada em 1992.

#### **2.9.5.1 – Zona de Comércio Livre de Lekki, estado de Lagos**

A Zona de Comércio Livre de Lekki (**Figura 23**) fica a 60 km a Este de Lagos, posicionada numa zona estratégica entre o Oceano Atlântico e a Lagoa de Lekki e faz parte do plano de desenvolvimento para um projeto de uma nova cidade na península de Lekki, que inclui uma série de infraestruturas residenciais, comerciais, industriais, logísticas e recreativas. Por outro lado, tem também em vista a criação de um novo aeroporto e de um porto de águas profundas. A península de Lekki está contemplada com um plano de larga escala de modificações infraestruturais que, no entanto, ainda não passou da fase de projeto nas zonas Sudoeste e Sudeste da península.



**Figura 23** – Fachada frontal do prédio administrativo da Zona de Livre Comércio de Lekki  
 Fonte: Sky Scrapper City. Projects and Constructions – Lagos (Lekki Free Trade Zone) (documento online em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=481053&page=10>, Acedido em 2014-03-31)

Os principais objetivos do projeto da Zona de Comércio Livre de Lekki são estabelecer uma zona económica a funcionar como uma cidade internacional, multifuncional, industrial, comercial, residencial e de turismo residencial, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros; criar centenas de empregos e aumentar o crescimento económico. Para que o estabelecimento da Zona de Comércio Livre de Lekki fosse possível, foram feitos esforços conjuntos entre múltiplas entidades e acordos bilaterais e tripartidos entre elas, que proporcionaram um rápido planeamento e implementação da zona. As datas mais importantes no planeamento e início de construção podem ser consultadas na tabela que se segue.

<b>Data</b>	<b>Principais marcos</b>
<b>março 2004</b>	Estabelecimento de um consórcio chinês para o projeto de Lekki.
<b>maio 2005</b>	Estabelecimento do Comité de Implementação para a Zona de Comércio Livre de Lekki pelo Governo Estatal de Lagos.
<b>setembro 2005</b>	Quadro de cooperação entre o consórcio chinês e o Comité de Implementação.
<b>janeiro 2006</b>	Acordo tripartido entre o consórcio chinês, o Governo Estatal de Lagos e a Lekki Worldwide Investments Ltd.
<b>março 2006</b>	É registado em Beijing a China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC) – Beyond International Investment and Development Ltd.
<b>abril 2006</b>	É aprovado, tanto pelo Governo Estatal como pelo Governo Federal de Lagos, o Plano Mestre conceptual, que cobre o desenvolvimento completo de Lekki nos seus 165 km <sup>2</sup> preparado pela CCECC – Beyond.
<b>maio 2006</b>	Estabelecimento de uma empresa conjunta, a Lekki Free Zone Development Company, entre a CCECC – Beyond, o Governo Estatal de Lagos e a Lekki Worldwide Investments Ltd.
<b>setembro 2006</b>	Eventos de promoção para investimento em Lekki organizados em Beijing e Lagos.
<b>outubro 2006</b>	Aprovado o certificado de ocupação de terras de 30 km <sup>2</sup> pelo Governador do Estado de Lagos, por um período de 99 anos.
<b>dezembro 2006</b>	É concedida à Zona de Comércio Livre de Lekki um estatuto legal especial de Zona Livre na Nigéria e um acordo para políticas e incentivos especiais.
<b>março 2007</b>	Trabalhos de construção são iniciados na zona, com a construção de estradas, vedações e a entrada principal.
<b>julho 2007</b>	Primeiro empréstimo aprovado pelo ramo de Desenvolvimento Estatal do Banco da China no valor de 9 milhões de dólares.

<b>novembro 2007</b>	O Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM) dá o seu aval para o investimento da CCECC – Beyond na zona de Lekki, garantindo – a como qualificada para suportar uma economia externa e funcionar como uma corporação de exportação.
<b>dezembro 2007</b>	Entrega do Plano Urbano para os 30 km <sup>2</sup> e fase um do Plano Distrital às autoridades nigerianas.
<b>abril 2008</b>	Eventos de promoção para investimento em Lekki organizados em Beijing e Nanjing.
<b>março 2009</b>	Entrega do estudo de viabilidade da Zona de Cooperação e Comércio Económico da Zona de Comércio Livre de Lekki às autoridades nigerianas.
<b>julho 2010</b>	Término das construções dos edifícios, estradas internas, barracões de apoio para armazenamento e unidades industriais.

**Tabela 5 – Principais marcos no planeamento e implementação da Zona de Comércio Livre de Lekki<sup>26</sup>**

Documento online em:

[http://www.ppiaf.org/sites/ppiaf.org/files/publication/Africa\\_China\\_SEZs\\_Final.pdf](http://www.ppiaf.org/sites/ppiaf.org/files/publication/Africa_China_SEZs_Final.pdf),  
acedido em 2014-04-01

De acordo com dados do The World Bank. (2011), este projeto começou como um investimento tripartido entre um consórcio de quatro empresas chinesas que garantiam 60% do capital; o Governo do Estado de Lagos, que garantia 20% e uma sua sucursal, a Lekki Worlwide Investments Ltd, que garantia os restantes 20% do capital necessário para o arranque da primeira Zona de Comércio Livre da Nigéria. Se tivermos em conta que a Lekki Worlwide Investments Ltd é largamente controlada pelo Governo do Estado de Lagos (cerca de 40%), é de todo o interesse a celeridade nos procedimentos governamentais e assim sendo, foi em pouco tempo que o Governo local garantiu 16,500 hectares, dos quais 3000 estão já, oficialmente, a serem desenvolvidos pelas empresas chinesas, principalmente pelo corrente consórcio chinês China – Africa Lekki Investment Co. Ltd (CALIC). O Governo chinês nada tem a perder com este tratado, visto que o aluguer das terras foi garantido por 50 anos.

Foi em março de 2006, quando o consórcio chinês CCECC – Beyond se estabeleceu em Beijing, que existiu um substancial progresso na *joint venture* com o Governo do Estado de Lagos, com o propósito de criar um veículo especial para exportações, veículo esse que englobava estradas, caminhos – de – ferro e um porto de águas profundas criando, para isso, uma empresa dedicada a essas construções, de nome Lekki Free Trade Zone Development Company.

As empresas mencionadas na tabela que se segue são as principais e mais ricas empresas estacionadas na Zona de Comércio Livre de Lekki, com largas infraestruturas já construídas que, em conjunto com a Lekki Free Trade Zone Development Company e as suas facilidades no escoamento dos produtos fabricados, têm contribuído para um retorno positivo ao investimento estrangeiro, principalmente chinês, fazendo desta zona uma área ainda por explorar e por transformar. É nesse âmbito que as cinco empresas referenciadas na tabela que se segue já estão instituídas com força na Zona de Comércio Livre de Lekki, tendo como única desvantagem o facto das empresas chinesas terem que repartir as suas instalações, a sua tecnologia, as suas produções e o seu lucro com o Governo nigeriano.

<sup>26</sup> Tradução própria.

Entidade	CCECC – Beyond	Atual CALIC
China Railway Construction Corporation Ltd (CRCC)	35%	35%
Nanjing Jiangning Economic and Technological Development Corporation (NJETDC)	15%	15%
Nanjing Beyond Investment Ltd (NBIL)	35%	15%
China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC)	15%	15%
China – Africa Development Fund Ltd (CADF)	0%	20%

**Tabela 6** – Estrutura de detenção de direitos estruturais por parte do consórcio chinês para a Zona de Comércio Livre de Lekki<sup>27</sup>

Documento online em:

[http://www.ppiaf.org/sites/ppiaf.org/files/publication/Africa\\_China\\_SEZs\\_Final.pdf](http://www.ppiaf.org/sites/ppiaf.org/files/publication/Africa_China_SEZs_Final.pdf),

Acedido em 2014-04-06

Em março de 2009 iniciou – se, então, a fase um da Zona Económica e de Cooperação Comercial China – Nigéria, na Zona de Comércio Livre de Lekki, movendo já largas quantidades de maquinaria e mão – de – obra por ter um período curto de cinco anos para desenvolver 1,176 hectares, com o início marcado para uma empresa de 780 hectares.

Ainda de acordo com a mesma fonte, e sendo a Nigéria um país devastado pela guerra, secas e fome, torna – se evidente que estas datas e estas áreas totais da Zona de Comércio Livre de Lekki não foram cumpridas. Na realidade, a chamada fase um só agora, cinco anos depois, começou a ser construída e consiste numa pequena área de 154 hectares. O consórcio chinês priorizou a construção de barracões para guardar as peças essenciais para a instalação das infraestruturas mais urgentes, incluindo um grande sítio, completamente plano e parcialmente nivelado; estradas internas; suprimento de água e esgotos; fornecimento de energia; telecomunicações; fornecimento de gás; oficina industrial; oficina de logística e de manutenção de ferramentas, assim como de manutenção dos armazéns; instalações público – comerciais; bairros residenciais para a mão – de – obra e instalações para a proteção do ambiente, que tão bons resultados deram nas zonas económicas estrangeiras na China. Estas obras estão planeadas com uma data mais realista de cinco anos para completar a primeira fase e irá ocupar 109 hectares. A segunda fase também se estima durar cinco anos para completar a construção dos complexos industriais dos remanescentes 45 hectares e o custo total do projeto estima – se que seja de 392 milhões de dólares. A construção dos complexos da fase um estará, nessa altura, concluída, incluindo portões de entrada e escritórios associados à guarita; desbravamento das terras; a construção de cerca de 14 km de estradas internas e de esgotos; o suprimento de água e o suprimento de energia, com um poder de 1,750 kW produzidos por um gerador a diesel. Para os trabalhadores residentes na zona foi criada a Lekki One Stop Shop, uma empresa com preços abaixo do mercado, no bairro residencial, que foi inaugurada em setembro de 2010.

Com todas estas movimentações, complementadas pela energia positiva, o Governo nigeriano já planeou levar à Expo de Shanghai os investimentos realizados em Lekki e Ogun e tem

<sup>27</sup> Tradução própria.

em mente a organização de viagens de exibição às construções mecanizadas e à capacidade de construção das mesmas, principalmente a indústria ligeira.

Neste momento, existem duas propostas de investimento privado críticas para o sucesso das zonas de livre comércio, sendo uma delas o porto de Lekki, que está a ser construído em parceria com investidores de Singapura e a outra, a colaboração entre a corporação nacional do petróleo nigeriano (Nigerian National Petroleum Corporation – NNPC) e um consórcio chinês de investidores conhecido como Construção de Engenharia de Construção do Estado Chinês (China State Engineering Construction Corporation – CSECC). Este consórcio irá estabelecer uma refinaria de crude e um parque industrial de hidrocarbonatos em conjunto com a refinaria Lekki Greenfield como bandeira de projeto. A Zona de Comércio Livre de Lagos é, ao mesmo tempo, um risco e uma oportunidade: um risco pela competição pelo número limitado de espaços para investidores e uma oportunidade para a partilha de custos de infraestruturas e especializações.

A sustentabilidade da Zona de Comércio Livre de Lekki depende da sua ligação à economia local para criar empregos e oportunidades para as empresas locais se estabelecerem na zona e conseguirem parcerias e negócios com empresas estrangeiras. No geral, a comunicação e o conhecimento das atividades locais precisam de ser impulsionados e isto pode ser conseguido implementando uma série de medidas, como a identificação dos produtores e fornecedores locais e executando campanhas de publicidade às zonas de comércio livre, o que iria beneficiar tanto os fornecedores e comerciantes locais como as empresas e a sua força de trabalho a fortalecer ligação intercultural com as empresas estrangeiras sediadas na zona de Lekki.

#### **2.9.5.2 – Zona de Ogun – Guangdong**

Na região de Igbessa, no estado de Ogun, situa – se a Zona de Ogun – Guangdong, que fica a Oeste do Estado de Lagos, a uns meros 30 km do aeroporto internacional de Lagos. Os seus acionistas incluem o Grupo Internacional Guangdong Xinguang (Guangdong Xinguang International Group), o Grupo China – Africa Investment Ltd., o Grupo Chinês CCNC e o Governo Estatal de Ogun. Este projeto surgiu de um estudo da Universidade Chinesa da Tecnologia em 2004 sobre a facilidade de construção de uma Zona de Comércio Livre em Guangdong. No entanto, e apesar de a zona ter crescido na zona de Guangdong, esta estava planeada para ser localizada no estado de Imo, mas os investidores foram contra enormes taxas administrativas impostas pelo Governo Estatal dessa zona e um clima geral de insegurança, tendo sido então decidido a realocação do projeto para o estado de Ogun. Este adiamento trouxe problemas adicionais aos investidores tanto a nível legal, como a nível financeiro na China, causando ainda mais atrasos para a implementação do projeto, o que fez com que a construção em Ogun começasse só a meio de 2009. A zona propriamente dita tem uma área total de 10000 hectares (**Figura 24**), que irão ser desenvolvidos em duas fases.



**Figura 24 – Ogun**

Fonte: Information Nigeria. Council Vice – Chairman Orders Thugs to Manhandle Ogun Civil Servants (documento online em: <http://www.informationng.com/2013/08/council-vice-chairman-orders-thugs-to-manhandle-ogun-civil-servants.html>, Acedido em 2014-03-31)

Baseado em números fornecidos pelo The World Bank. (2011), há a referir que a primeira fase consiste num investimento de 500 milhões de dólares a investir em 2000 hectares e, dentro destes números, a zona de início irá ter 250 hectares, com um valor de investimento estimado em 220 milhões de dólares. Esta pequena zona irá focar – se, no início, em manufatura ligeira, com fábricas de material de construção, cerâmicas, fábricas de ferro, de mobília, computadores, iluminação e papel. Este primeiro desenvolvimento da zona está a ser uma *joint venture* entre um consórcio chinês, que consiste no grupo internacional Guangdong Xinguang, com 82% e o Governo Estatal de Ogun, com 18%. No Estado de Ogun existem três zonas de comércio livre, a Ogun – Guangdong; a Olokola, que produz gás natural e uma zona de indústria especializada em comboios. Uma refinaria de petróleo está a ser construída e o Governo Estatal tem planos para um porto de águas profundas em Olokola, assim como um aeroporto de carga em Gateway. Dada a localização geográfica de Ogun, esta serve como um importante posto comercial para a área metropolitana de Lagos e, como resultado, alberga um número maior de investidores estrangeiros, incluindo até a Nestlé. Os objetivos de desenvolvimento da zona de Ogun – Guangdong são similares aos de Lekki e têm em vista um projeto de zona multiusos com empresas, logística, comércio e áreas residenciais. À primeira vista, a zona parece ter começado, primeiramente, por recolocar empresas chinesas que já estão a trabalhar na Nigéria e a tentar atrair empresas ligeiras e indústrias baseadas nos recursos. No entanto, os indícios indicam vinte investimentos confirmados de novas empresas na zona, com sete delas a começarem a operar já em 2010. É de registar que a zona de Ogun – Guangdong é a única zona com limitações de atividade operacional, limitando – se ao ferro, à mobília, às sapatilhas, detergentes e produtos de cabedal, sendo todas as outras produções terminantemente proibidas. Ogun apresenta problemas similares

à zona de Lekki, pois a localização é pouco desenvolvida, sem acesso à grelha de eletricidade, tendo apenas um projeto apresentado pela concessionária local de gás, a Corporação Shell, que se ofereceu para fornecer gás para a geração de eletricidade, já que a linha principal de gás para o oeste africano fica somente a 2 km e é, por isso, possível a construção de uma fábrica de transformação de gás e, assim, tornar real a viabilidade de todo o projeto. Além disso, as estradas estão em más condições e não existe nenhuma estrada de acesso direto para a zona e os planos para construir novas estradas ou arranjar as existentes não são claros. Ogun é, claramente, uma extensão da zona de Lekki e poucos dados existem ou são divulgados pelo Governo Chinês. No entanto, sabe-se que já existe um investimento de 500 milhões de dólares, com 220 milhões já gastos em infraestruturas primárias e melhorias de acesso para a segunda fase do projeto, que já atraiu mais de 100 empresas para a zona nos próximos cinco anos e entre 700 a 800 num prazo de dez anos.

### 2.9.6 – A China e as Ilhas Maurícias

Esta Zona Económica Especial tem como nome, nas Ilhas Maurícias (**Figura 25**), a Zona de Cooperação Económica e Comercial de Jinfei.



**Figura 25** – Ilhas Maurícias

Fonte: Wordatlas. Mauritius Map (documento online em: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/africa/mu.htm>, Acedido em 2014-04-11)

Esta zona está localizada em Riche Terre, uma área subdesenvolvida a 3 km a Noroeste da capital das Ilhas Maurícias, Port Louis, perto do porto gratuito. Está projetada para esta zona uma área de 211 hectares de desenvolvimento para vários usos, sendo a principal ideia para a zona providenciar uma plataforma de serviços e de infraestruturas industriais para que empresas chinesas possam fazer negócios em África.

Segundo números fornecidos pelo The World Bank. (2011), a primeira fase de desenvolvimento da zona cobria 70 hectares e requeria um investimento perto dos 220 milhões de dólares, tendo como meta ser desenvolvida entre setembro de 2009 e setembro de 2012. Já a segunda fase iria cobrir 141 hectares adicionais com um custo estimado de 500 milhões de dólares e teria como objetivo o atrair empresas, produzir energia solar e construir outras empresas relacionadas com o ferro e equipamento médico. Outra das metas seria o providenciar de alojamento para trabalhadores, hotéis para turismo e venda de terrenos. Se realizada como planeada, a zona de Jinfei será o maior investimento nas Ilhas Maurícias e irá criar mais de 30 mil postos de trabalho. Este progresso para o Governo das Ilhas Maurícias é uma oportunidade para atrair investimento estrangeiro para o país e para suportar a sua estratégia de posicionar as Ilhas Maurícias como um país de paragem obrigatória entre África e Ásia. O Governo das Ilhas Maurícias está confiante que o projeto será um sucesso e deu a prioridade máxima para que seja concretizado, porém os progressos têm sido lentos, sem estratégia de marketing ou análises de viabilidade, ou seja, os investidores e a corrente equipa de gestão não retiraram nenhuma experiência nem nenhuma lição no desenvolvimento de zonas económicas estrangeiras já em fase adiantada noutros países. É do conhecimento geral que o setor privado não tem tido grande participação na construção desta zona, deixando para o Governo das Ilhas Maurícias um papel muito mais ativo no suporte do projeto numa perspetiva de planeamento estratégico e marketing. O consórcio chinês e o Governo das Ilhas Maurícias clarificaram, desde cedo, os seus papéis. Desta forma, o consórcio chinês controla a totalidade da imparcialidade na Zona de Cooperação Económica e Comercial de Jinfei e a responsabilidade da construção da zona num programa de oito anos de construção. Além disso, fica a seu cargo a construção de infraestruturas na zona, incluindo estradas, eletricidade, água e esgotos e também concordou com a criação de trabalhos a nível local e ganhos nas exportações. Já o Governo das Ilhas Maurícias é responsável pelo bem – estar das infraestruturas fora da zona, incluindo a construção de autoestradas e a conexão da zona com a rede nacional de água, esgotos, eletricidade e telefone. Também irá providenciar autorizações de trabalho para os trabalhadores chineses e um número não especificado de autorizações de residência e passaportes, assim como facilitar o licenciamento e as autorizações ultrapassando as burocracias locais e disponibilizando terras a um preço subsidiado.

O acordo entre o Governo das Ilhas Maurícias e o consórcio chinês engloba não haver concessões fiscais, é um arrendamento de 99 anos das terras e sujeita as empresas que se irão localizar na zona a 15% de taxa e um pagamento de registo de 1,25% dos lucros tanto aplicados em empresas domésticas, como estrangeiras, como reporta o The World Bank. (2011). No



entanto, a Zona de Cooperação Económica e Comercial de Jinfei é limitada a investidores estrangeiros primeiramente, mas não exclusivamente, chineses. Uma das regras mais controversas da criação desta zona, incluída no acordo, é o indicador de ganhos, pois caso os investidores não conseguissem atrair 700 milhões de dólares em investimento estrangeiro em oito anos, os investidores já estabelecidos perderiam os direitos a operar ou a desenvolver a zona e teriam que devolver as terras ao Governo. O Governo das Ilhas Maurícias explica – se com um modelo adotado em 2005 de competitividade, que deu resultados na Europa e nos Estados Unidos. Assim, ao invés de apoiar o uso de incentivos e de regimes especiais para facilitar o investimento, o Governo das Ilhas Maurícias liberalizou a economia, tornou mais fácil e mais barato fazer negócios, criou novos pilares económicos e removeu leis rígidas do mercado de trabalho, consolidando as finanças públicas e simplificando as taxas. Uma das ações mais assertivas do Governo terá sido, eventualmente, a retirada de poder ao Ministério das Finanças.

As Ilhas Maurícias possuem um ambiente comercial muito atrativo, que irá beneficiar a zona de Jinfei. De facto, os vários indicadores económicos concluíram que produzir nas Ilhas Maurícias reserva os mais baixos custos de transação em África e o país encontra – se no 20º lugar na tão falada lista dos 183 países “onde é mais fácil fazer negócios”. Além disso, é o 12º país com mais facilidades em criar um negócio, o 69º em registar uma propriedade, o 39º para conseguir uma permissão de construção e o 22º para permissões de exportações. Além disso, existe pouca burocracia, o que torna ainda mais atrativo o investimento nas Ilhas Maurícias. Ao contrário da Nigéria e da Etiópia, as empresas estrangeiras podem escolher entre alugar ou comprar as terras, podendo estas ser alugadas por um máximo de 99 anos e se for para uso industrial ou comercial, por um máximo de 60 anos. Por outro lado, tem também o atrativo de poder subalugar ou subdividir as terras alugadas. Consequentemente, e visto que a terra se espalha por 2040 km<sup>2</sup>, a regulação de terras não é uma barreira para os investidores e de 33 setores estudados pelo Banco Mundial em 2010, 32 estavam abertos à participação de investimento estrangeiro nas Ilhas Maurícias, tornando – as um dos países mais apelativos para possuir uma empresa e fazer largos investimentos, com lucros muito atrativos.

Assim, a zona de Jinfei torna – se um alvo para empresas dispostas a investir nos países subsarianos e oferece todos os incentivos possíveis para os potenciais investidores, tais como preferências de transação, infraestruturas de primeira classe e serviços rápidos e de qualidade, além do acesso ao mercado local.

Dada a relativa eficiência da administração pública, o país irá necessitar de se focar numa melhoria financeira e de melhor performance energética, encorajando investimentos locais e construindo capital humano, com atividades intensivas nos setores secundário e terciário, reduzindo o tempo que leva a exportá – los. Todas estas atividades irão ajudar a tornar a zona mais atrativa para os investidores estrangeiros.

Ao integrar as Ilhas Maurícias na corrente que liga África a Ásia, esta torna – se um elo prioritário tanto para o Governo, como para a China, tornando – se um porto crítico para transporte de mercadorias. Port Louis é razoavelmente eficiente, mas precisa de melhorias de espaço e está

a operar a mais de metade da sua capacidade sendo, por isso, prioritária a construção de um novo porto na já bem – sucedida zona de Jinfei.

O desenvolvimento da zona de Jinfei começou em setembro de 2009, com 202 hectares de terra a serem preparados até julho de 2010 e um plano mestre foi preparado para o projeto, incluindo áreas demarcadas para a construção de edifícios residenciais, hotéis e um *cluster* comercial que continha edifícios de escritórios, um parque tecnológico e um parque logístico/ industrial. Em julho de 2010, os investidores já tinham despendido 15 milhões de dólares em infraestruturas e outros melhoramentos e recentes construções incluíram quase 3 km de estradas internas, 6 km de cercas e outros prédios de escritórios. Já está, também, disponível uma rede de eletricidade e outra de transmissões internas. Além disso, também o Governo das Ilhas Maurícias cumpriu com a sua palavra, ao conectar a estrada que liga Jinfei à autoestrada que se liga a Port Louis. O centro de tratamento de águas expandiu o tratamento de 66 mil para 100 mil metros cúbicos por dia para servir o projeto, a rede de esgotos está a construir novas instalações, com um custo de 4,4 milhões de dólares para conectar a zona à planta de tratamento de água residuais, a central elétrica governamental está a construir uma linha de transmissão que conecte o projeto para a subestação mais próxima, com um custo de 10 milhões de dólares e a Telecom das Ilhas Maurícias está a providenciar os serviços individuais para os industriais e investidores estrangeiros.

No entanto, e apesar de todos os esforços conjuntos, a zona de Jinfei necessita de um plano de negócios mais robusto, analisado pelos investidores, para planear um faseamento mais realista da zona. Além disso, será necessário abranger as atividades do mercado local, incluindo os fornecedores locais, e recorrer aos trabalhadores da zona para uma publicidade pública positiva e um suporte privado do setor.

Tal como em todos os grandes projetos de desenvolvimento, também este terá um impacto significativo no ambiente, pelo que as autoridades das Ilhas Maurícias providenciaram estradas, água e esgotos, que irão mitigar o impacto até um certo ponto mas, apesar do Governo estar a construir uma conexão para o tratamento de águas residuais, este não passa de uma pequena gota num oceano de dificuldades, não havendo pré – tratamento ou tratamento real sem haver melhorias substanciais nas estações de tratamento de águas residuais. O Governo está a estudar este problema, mas ainda não existem planos. Por sua vez, os impactos socioeconómicos foram mitigados pela utilização de trabalhadores locais mas, apesar disso, houve vozes que se levantaram contra a recolocação de agricultores em outras terras, lesando – os ou pagando pelas suas terras.

As Ilhas Maurícias foram, no entanto, um caso de sucesso tanto a nível social, como ambiental e de implementação de planos de gestão facilitados pelas baixas taxas aduaneiras e por uma aceitação social de que apoios estrangeiros iriam trazer desenvolvimento e investimento estrangeiro fazendo, assim, subir o Produto Interno Bruto deste país tão necessitado de dinheiro e de melhorias infraestruturais. Um ponto a ter em conta pelos investidores da zona terá que ser a compreensão da difícil zona climática, que não possui um clima constante ao longo das estações

e compreender a oportunidade dos incentivos governamentais e da facilidade das estruturas regulatórias e legislativas nas taxas e leis a que são obrigados. Assim, as Ilhas Maurícias estão a tornar – se num dos principais países onde a China está a apostar em larga escala dadas as facilidades instituídas pelo Governo.

### 2.9.7 – A China e a Argélia

A Argélia (**Figura 26**), a nível de investimento por parte da China, tornou – se o sinónimo de fracasso. A China tentou criar uma Zona Económica Especial na Argélia denominada Zona de Comércio Livre de Jiangling, que seria desenvolvida pelo grupo automóvel Jiangling de Nanchang, província de Jiangxu, e pelo grupo internacional Zhongding. O grupo automóvel Jiangling é uma das maiores empresas automóveis do mundo, tendo só na Argélia mais de quarenta pontos de venda, sendo o terceiro no mercado automóvel argelino. Já o grupo Zhongding é o braço do grupo de exploração de carvão de Pingxiang para investimentos no estrangeiro, que tem operado na Argélia há dezassete anos.



**Figura 26 – Argélia**

Fonte: Pop Mundi. Mapa da Argélia (documento online em: <http://www.popmundi.com.br/noticias/queda-de-aviao-militar-mata103-pessoas-na-argelia/>, Acedido em 2014-04-22)

Numa tentativa de unir esforços, o governo provincial de Jiangxi tentou coordenar uma ligação entre os dois grupos, ambos baseados nessa província, e estabelecer uma plataforma para tornar as empresas da província globais, levando – as além – fronteiras.

O The World Bank. (2011) estima que a Zona Económica Especial da Argélia foi projetada para um investimento total de quase 600 milhões de dólares e a ocupação de uma área de pelo menos 500 hectares, com uma primeira fase de desenvolvimento com 120 hectares e os restantes a construir num futuro próximo. Eram esperados investimentos de pelo menos 30 a 50 empresas chinesas no parque industrial focando – se, principalmente, na área automóvel e na de construção

de materiais. Em março de 2008, ambos os grupos enviaram uma equipa conjunta à Argélia para as primeiras preparações, mas a zona está suspensa desde maio de 2008 devido às reformas legislativas do regime argeliano que, a partir de 2009, passou a requerer que qualquer *joint venture* de investidores estrangeiros tivesse parceiros maioritários argelianos, o que se tornou inaceitável para os investidores chineses, que entraram em negociações com o governo desde novembro de 2009. Neste momento, todo o processo encontra – se suspenso e a tarefa de o revitalizar não parece nada fácil. Apesar do entusiasmo inicial, praticamente nada está feito na zona prevista para a Zona Económica Especial. Toda esta dificuldade na criação desta zona deve – se ao clima de guerra civil constante na Argélia, que tem dificultado qualquer tipo de investimento neste país que tanto poderia dar ao mundo.

### 2.9.8 – A China no Egito – uma história de sucesso

O Egito é, de todas as Zonas Económicas Especiais, a zona com mais sucesso. De facto, inserida no Setor 3 a Noroeste da área do canal económico do Suez, encontra – se a Zona de Cooperação Económica e Comércio do Suez no Egito (**Figura 27**), junto ao porto de águas profundas de Sokhna, a 120 km do Cairo e na entrada sul do canal do Suez. Esta zona tornou – se um sinónimo de sucesso na criação das Zonas Económicas Especiais Chinesas em África. Ao contrário do que foi referido no capítulo anterior respeitante à Argélia, o Egito revelou – se um país onde investimentos e *joint ventures* são bem – vindos e aceites tanto pelo governo egípcio como pelo seu povo.



**Figura 27** – Canal do Suez

Fonte: Daily News. Suez channel (documento online em: <http://www.hurriyetdailynews.com/turkish-ships-turn-to-suez-to-circumvent-egypt-route.aspx?pageID=238&nID=50700&NewsCatID=344>, Acedido em 2014-04-23)

Considerando concretamente a Zona de Cooperação Económica e Comércio do Suez, que está a ser desenvolvida por uma *joint venture* entre um consórcio de investimento de nome “Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing (TEDA – Tianjing Economic – Technological Development Area)”, interesses egípcios e o Fundo de Desenvolvimento China – África, verifica – se que qualquer interesse de investimento estrangeiro, particularmente chinês, é e será sempre bem visto pelo governo egípcio. Este projeto tem uma longa e complicada história e discussões e reuniões entre investidores chineses e equipas do governo egípcio já se prolongavam desde 1994 até que a Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing foi incumbida por Beijing de iniciar um projeto para a zona do Suez em 1998 e, desta forma, foi criado um consórcio conjunto entre chineses e egípcios fundado para implementar este projeto inicial. Os chineses contavam com a experiência dos seus parceiros egípcios para aprenderem como operar no Egito e entravam com o capital necessário para a criação das primeiras infraestruturas. O empreendimento começou muito antes das primeiras infraestruturas estarem completas e nos primeiros anos não se obteve muito sucesso. No entanto, e com o tempo, um número considerável de empresas começou a operar no Setor 3 da zona. Em novembro de 2007, a Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing comprou ainda mais terras no Setor 3 da zona do Suez e formou uma nova *joint venture* somente com interesses egípcios e, numa primeira fase, já foram planeadas quatro áreas de construção industrial, uma para a área têxtil e ornamentos, outra para equipamento petrolífero, outra para montagem de automóveis e a última para equipamento elétrico. Numa segunda fase, peças eletrónicas e indústrias pesadas podem ser incluídas num dos planos. Já desde julho de 2009, dezasseis empresas abriram fábricas para o primeiro quilómetro quadrado disponibilizado para investimento estrangeiro. Esta fase de disponibilização estava planeada para estar concluída em 2011, data em que os chineses já queriam ter, pelo menos, 50 empresas a laborar na zona e, para esse intento, empresas chinesas com largo consumo de energias e larga intensidade laboral foram especialmente encorajadas a investir na Zona 3 do canal do Suez.

Em março de 2009, a Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing ganhou um concurso internacional contra outras 29 empresas pelos direitos de desenvolvimento da primeira Zona Económica Especial Chinesa no Egito e, quando falamos em chinesa, refira – se que parte da zona será só para investimento de empresas chinesas. Ao ganhar este concurso, e ao iniciar a primeira fase do projeto, foi proposto desenvolver aproximadamente 6 km<sup>2</sup> (600 hectares) da Zona Económica noroeste no Setor 3, fora dos 20 km<sup>2</sup> de área já pertencentes à Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing. Nesta primeira fase, esperava – se um investimento de 300 milhões de dólares. Os dados atrás mencionados podem ser verificados na **Tabela 7**, que se apresenta de seguida.

<b>Data</b>	<b>Principais marcos da Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing no Egito</b>
<b>1994</b>	Egito e China começam a discutir um modo de cooperação no desenvolvimento de uma Zona Económica.
<b>1998</b>	Os governos chinês e egípcio assinam um memorando de promessa de construir uma Zona Económica Especial no noroeste do Suez e a Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing foi designada para o trabalho.
<b>1999</b>	A Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing, juntamente com o Banco Nacional do Egito e as autoridades do canal do Suez formam uma <i>joint venture</i> , adquirindo direitos sobre 22 km <sup>2</sup> de terra na zona noroeste (todo o Setor 3).
<b>2000</b>	A Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing torna – se 100% chinesa, dando como desculpa que o plano de negócios da <i>joint venture</i> não era viável. Inicia – se um plano de somente 1 km <sup>2</sup> para pequenas e médias empresas. Começa a construção das infraestruturas.
<b>2004</b>	O grupo de trabalho Egito – China é estabelecido para aumentar a cooperação na zona. A Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing concentra – se no Setor 3 e no seu quilómetro quadrado, tendo já várias empresas a laborar na zona.
<b>2007</b>	A proposta da Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing para uma Zona de Cooperação Económica ganhou o concurso para a obtenção de terras.
<b>julho 2008</b>	A Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing desenvolve um parque industrial numa operação faseada em partes de 3 anos.
<b>outubro 2008</b>	O Fundo de Desenvolvimento China – África assina um acordo para investir na Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing, estabelecendo uma nova parceria com uma base de 60%/40%, sendo o Egito o sócio minoritário.
<b>março 2009</b>	A Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing chinesa e egípcia ganha um contrato egípcio para o desenvolvimento de uma nova Zona Económica no noroeste do Suez.
<b>julho 2009</b>	A Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing e o governo egípcio assinam um contrato para desenvolver a parte do Setor 3 no noroeste do Suez como uma Zona Económica Especial Chinesa com parâmetros idênticos aos da Zâmbia, que tanto sucesso obteve. Neste plano de desenvolvimento foram desenvolvidos 280 milhões de dólares só para infraestruturas na zona.
<b>novembro 2009</b>	O presidente chinês e o presidente egípcio presidem à cerimónia de abertura da Zona Económica Especial do Suez no Setor 3.

**Tabela 7 – Principais marcos da Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing no Egito<sup>28</sup>**

Documento online em: [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/08/16/000386194\\_20110816014424/Rendered/PDF/638440PUB0Exto00Box0361527B0PUBLIC0.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/08/16/000386194_20110816014424/Rendered/PDF/638440PUB0Exto00Box0361527B0PUBLIC0.pdf),

Acedido em 2014-04-23

A própria história da zona do Suez revela vários factos. Primeiro, e apesar da ajuda de ambos os governos (chinês e egípcio), a Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing aproximou – se somente da zona com o intuito de ganhar dinheiro e não de dinamizar a zona e, mesmo com um primeiro projeto falhado, esta avançou para um segundo projeto mais ambicioso, o que deixou receoso o governo egípcio dos propósitos deste segundo projeto. Em segundo lugar, mostra o longo enquadramento temporal que deve ser esperado enquanto as zonas são desenvolvidas. A experiência dos investidores chineses, com construções deste tipo de zonas na China demonstrou que, mesmo quando os governos locais facilitam ativamente o desenvolvimento das mesmas, estas costumam levar desde 10 a 15 anos antes da zona chegar a uma maturidade industrial e começar a dar lucros substanciais, o que se deve ao facto do imenso trabalho envolvido na construção das infraestruturas, ao tempo necessário para convencer os

<sup>28</sup> Tradução própria.

investidores a construir fábricas numa zona que antes estava vazia e a relação eficiência – custo (por exemplo, somente quando um certo número de empresas chega a uma certa densidade é que os serviços relacionados com as empresas são adicionados, tais como complexos habitacionais e/ou serviços de saneamento).

Apesar de todas as dificuldades encontradas no processo da criação da Zona Económica Especial, o certo é que em março de 2012 já 38 empresas se tinham estabelecido na Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing, incluindo duas multinacionais de construção, treze multinacionais de serviços e vinte e três multinacionais de produção de recursos, produzindo um capital de cerca de 400 milhões de dólares anuais e dando quase mil empregos aos trabalhadores egípcios e chineses. Esta Zona Económica Especial é a casa de muitas empresas líderes do mercado na China, tais como a XD – EGEMAC, uma empresa de eletricidade de alta voltagem. Segundo o China Daily (edição de maio), só no ano de 2013 três empresas começarão a laborar no Setor 3, empresas essas que levarão um investimento de mais de 400 milhões de dólares e a Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing atraiu, também, mais 49 empresas com um contrato de investimento que perfaz mais 530 milhões de dólares. Segundo Liu Aimin «Apesar do desassossego do impacto social no Egito e da Europa devido à crise económica, as zonas industriais grossistas chegaram a uma exportação de 55 milhões de dólares em 2012, um aumento de 20% ao ano.»<sup>29</sup>

O estudo do caso egípcio confirma, uma vez mais, que os próprios governos africanos são um ponto crucial na maneira como as Zonas Económicas Especiais são administradas e promovidas. Apesar de envolver reformas políticas o governo egípcio, vendo as experiências positivas desenvolvidas em países como a Irlanda e a China, direcionou todos os seus esforços para a cooperação do desenvolvimento na zona do canal do Suez e, principalmente, do Setor 3 e da Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing. Os objetivos estratégicos do governo chinês alinharam – se perfeitamente com os do governo egípcio e, ao mesmo tempo, os problemas que poderão ser levantados no futuro poderão ser facilmente resolvidos. No entanto, para assegurar os benefícios dos próprios países escolhidos para possuírem Zonas Económicas Especiais Chinesas, terão que alterar os seus papéis e as suas legislações apropriadamente durante as várias etapas do desenvolvimento das zonas. Podemos, no entanto, referenciar o Egito como o país mais promissor na aposta das Zonas Económicas Especiais Chinesas em África, sendo presentemente uma das duas únicas zonas a laborar a 100% juntamente com a Zona Económica Especial da Zâmbia tendo sido, desta forma, uma aposta ganha por parte do governo chinês e dos investidores possuidores da coragem necessária de enfrentar o desconhecido.

O Egito é, porventura, o melhor investimento feito pela China no estrangeiro já que, de facto, não só criou uma Zona Económica Especial pronta para receber empresas, como tomou posse de ações e decisões do canal do Suez, que faz a ligação entre o oceano Mediterrâneo e o oceano Índico, evitando custos acrescidos nos transportes de mercadorias e petróleo.

---

<sup>29</sup> Tradução própria.

### 2.9.9 – As Zonas Económicas Especiais Chinesas num contexto africano

O Governo Central Chinês ficou muito entusiasmado com o sucesso das Zonas Económicas Especiais no seu território, a ponto de tentar fazer o mesmo em países africanos que necessitassem de ajuda económica. Enquanto que na China se procuravam parceiros comerciais estrangeiros dispostos a arriscar no potencial produtivo chinês apostou – se, ao mesmo tempo, na criação de Zonas Económicas Especiais num dos continentes com mais recursos naturais por explorar e com défice a nível industrial e tecnológico: a África. Neste caso, o parceiro comercial importante seria a própria China.

Este gigantesco continente é pouco ou nada explorado pelos inúmeros países existentes no território que se encontram, quase sempre, em Guerra Civil ou em disputas tribais e religiosas não podendo, assim, criar governos estáveis nem atrair investidores estrangeiros.

No entanto, a China, com a sua vasta experiência nos negócios e sem o característico medo europeu e norte – americano, iniciou uma forma de *Soft Power*, com uma campanha publicitária e uma invasão pacífica ao Continente Africano, inundando – o de publicidade subliminar chinesa e oferecendo investimentos que auxiliaram a reconstrução dos países destruídos pelas guerras e no desenvolvimento tecnológico necessário às aldeias onde a água e a eletricidade eram inexistentes. Esta campanha iniciou – se com ajudas médicas aos refugiados de guerra e aos traumas, quer físicos quer psicológicos, criados pela guerra, nas mulheres e crianças desses países, enviando milhares de médicos provenientes de dezenas de províncias chinesas para todos os países africanos em guerra e pós – guerra. Além disso, a China investiu milhões de dólares em vários países do continente africano, numa tentativa de aproximação entre ela e África. Essas ajudas enviadas incluíam maquinaria pesada e técnicos para ensinar a operá – las; infraestruturas comerciais e económicas; técnicos de contas; equipas de apoio para desenvolvimento local, além de incontáveis planos e tratados para tentar aproximar os governos africanos ao Governo Central Chinês. Parte dessas ajudas passaram por bolsas de estudo oferecidas a estudantes africanos merecedores de ir estudar para a China e professores para ensinar *in loco* os estudantes que ficaram em África. Neste momento, outras ajudas foram autorizadas, muitas delas passando, mais uma vez, pelo envio de pessoal altamente qualificado, por períodos de 6 meses a 1 ano, para desenvolver e ensinar táticas de gestão e as qualificações técnicas exigidas para trabalhar nas empresas entretanto construídas pela China no Continente Africano e, principalmente, nas Zonas Económicas Especiais Chinesas criadas nesses países. É de salientar que todas as despesas inerentes a estas ajudas são suportadas somente pela China e pelo seu Banco de Desenvolvimento que reuniram, rapidamente, fundos e praticamente correram para ajudar os países africanos subdesenvolvidos e devastados por guerras ou catástrofes naturais, sem mais intuito que não o de ajudar. Para isso, foi criado um Fundo China – África e foram enviadas mais de vinte equipas para países onde, temporariamente, iriam montar escritórios, construir relações e observar possíveis fontes de investimento, tal como a agricultura, a manufatura, a eletricidade, os transportes, a telecomunicação, as infraestruturas urbanas e a



exploração de recursos. Alguns dos primeiros projetos fundados incluíam uma central elétrica a gás no Gana e uma fábrica de processo de crómio no Zimbabwe, o que pode provar a teoria de que as ajudas “humanitárias” chinesas em África não têm um intuito humano, mas sim materialista. Assim sendo, e segundo Carmody e Owusu (2007), citados por António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011), «A especificidade e natureza experimental do envolvimento Chinês no continente Africano levou à emergência da estratégia geoeconómica da China em África e trabalha para: assegurar acesso aos recursos naturais críticos, em particular petróleo e gás natural, para manter o crescimento económico do país; reciclar as suas taxas de câmbio para se tornarem investimentos proveitosos no estrangeiro; facilitar o desenvolvimento de empresas multinacionais chinesas; encontrar mercado para os produtos da indústria chinesa; desenvolver a agricultura africana para fornecer a indústria e os consumidores chineses, com produtos alimentícios destinados às florescentes cidades chinesas e enviar trabalhadores para África para ajudar a dar apoio à transformação económica chinesa.»<sup>30</sup>

Depois do enorme sucesso das Zonas Económicas Especiais na China, os líderes africanos quiseram (e querem) replicar as condições favoráveis de crescimento e investimento económico em zonas como essas criando, com a ajuda da China, as suas próprias zonas e atraindo os seus próprios investidores estrangeiros para aumentar a competitividade no setor económico. Consequentemente, o investimento chinês nas Zonas Económicas Especiais africanas foi acolhido de braços abertos por muitos dos países interessados nesse desenvolvimento, aproveitando, desta forma, o capital chinês, a experiência e o *know – how* no desenvolvimento e na gestão de zonas económicas estrangeiras que as empresas chinesas poderiam oferecer aos governos africanos. Além disso, esses mesmos governos esperam que a criação destas Zonas Económicas Especiais tragam pilares empresariais que, em termos de tecnologias e capacidades, possam beneficiar as empresas domésticas e aumentar a sua competitividade a nível regional, aproveitando – se dos alicerces comerciais, económicos e financeiros dessas gigantescas empresas.

### **2.9.10 – Seis países, sete projetos e um sem número de ideias**

A China injetou incontáveis milhões nestes seis países e nestes sete projetos, sendo que dois são na Nigéria. É, literalmente, impossível contabilizar o dinheiro já investido pelas empresas privadas e estatais chinesas na Zâmbia, na Etiópia, na Nigéria – Lekki e Nigéria – Ogun, nas Ilhas Maurícias, na Argélia e no Egito, países que estudámos mais pormenorizadamente durante esta dissertação. De facto, o único país que teve um feedback positivo ou uma ponta de sucesso económico foi a Zona Económica Especial do Egito, no canal do Suez, não por motivos político – sociais, mas porque o canal do Suez é um dos mais importantes corredores marítimos do mundo, o que possibilita o investimento com retorno financeiro.

---

<sup>30</sup> Tradução própria.

No princípio, com o investimento na Zâmbia na zona de Chambishi houve, de facto, um retorno humano, financeiro, económico e social que persuadiu o Governo Central Chinês na ideia de que o investimento nos países subdesenvolvidos, subsarianos, africanos seria uma ideia lucrativa quer a curto quer a longo prazo criando, para isso, as já provadas Zonas Económicas Especiais que tanto sucesso tiveram no território nacional. No entanto, quando se criou a zona de Addis Ababa na Etiópia e tudo correu mal, algumas vozes levantaram – se no Comité Central contra a continuação do auxílio dado a esses países. De facto, os três investimentos seguintes em Lagos e Guangdong, na Nigéria – Lekki e Nigéria – Ogun, respetivamente, em Jinfei, nas Ilhas Maurícias e em Jiangling, na Argélia, foram a confirmação de que nem todos os bons investimentos são equitativos quando o local de investimento tem culturas e ambiente político – social diferentes. Somente o Egito, assim como a Zâmbia, tornaram – se Zonas Económicas Especiais Chinesas em África com sucesso. A China fez tudo bem a nível económico e industrial, mas descurou a vertente social e cultural dos países africanos, onde criou as suas Zonas Económicas Especiais. De facto, os economistas chineses, com todos os seus estudos e todas as suas matemáticas, acertaram na grelha económica traçada em computador, num escritório de Shanghai, mas erraram sistematicamente ao não enviarem os seus economistas para aprenderem a história africana. Num continente devastado pela guerra, dividido pelas tribos, onde as mulheres são vendidas e as crianças são escravizadas, onde 98% da população vive no limiar da pobreza, sem água, comida ou acesso a saneamento básico e 2% da população vive na opulência de casas de banho revestidas a ouro, houve uma falta de entendimento da sociedade africana a que seria necessário aceder para levar a bom porto a criação das suas Zonas Económicas Especiais. A China debruçou – se sobre os 98% errados, quando devia ter ajudado a máquina política e económica conduzida pelos restantes 2%, que poderiam ter aberto ou criado as leis necessárias para a fácil construção das infraestruturas necessárias à criação das Zonas Económicas Especiais Chinesas, tais como as estradas de acesso direto, os portos de águas profundas, as empresas de transporte especializado, as empresas de segurança privada, as infraestruturas para a construção das empresas, a redução das taxas aduaneiras, o acesso ao cimento, ao alcatrão, à eletricidade e até mesmo a água.

A China tem uma história milenar, mas também África a tem e, se por um lado, a China se abriu ao mundo em 1990, África continua bem fechada sobre si própria como uma ostra com uma pérola dentro. Para quem será o prémio só o tempo e a História o dirão.

Se tivermos em conta o que foi apontado durante esta dissertação, chegamos à conclusão que todos os países onde a China tentou introduzir Zonas Económicas Especiais ou ajudas humanitárias se debatiam com graves problemas de saúde nacional, de pobreza extrema, mortandade infantil e escravatura. Lutar contra estes seculares procedimentos já enraizados nas culturas africanas é um trabalho árduo, senão inglório e devotado ao fracasso. Todos os países estudados, exceto certas zonas mais industrializadas (perto das capitais) eram extremamente pobres e sem qualquer capacidade de produção industrial massiva. Para que tal acontecesse, teria que haver, por parte da China, uma migração massiva de trabalhadores especializados para

essas zonas, bem como um hercúleo trabalho de ensino à população local, com transformações radicais, por vezes, mal vistas pelos próprios governos onde seriam efetuadas estas transformações, que iriam modificar a própria cultura do povo em questão.

Somente o Egito, especialmente na zona do Suez, se encontrava num grau de desenvolvimento industrial capaz de suportar a criação de uma Zona Económica Especial Chinesa como a China as tinha idealizado e isto diz bem da preparação estrutural dos países onde a China queria investir.

Iremos, de seguida, apresentar um quadro comparativo entre os seis países e as sete Zonas Económicas Especiais, com os dados que consideramos serem mais importantes.

Zonas Económicas Especiais – País	Província	Tamanho em km <sup>2</sup>	Data de início de projeto	Estado de construção em 2010	Investidores	Produção industrial
<b>Zâmbia</b>	Chambishi	798 km <sup>2</sup>	2003	Em construção	China Nonferrous Mining Group	• Cobre e cobalto.
<b>Etiópia</b>	Addis Ababa	10 km <sup>2</sup>	2006	Em construção	Qiyuan Group, Jiangliang International Trade, Jiangling Automobile e Zhongling International	• Maquinaria elétrica, ferro e metalurgia.
<b>Nigéria – Lekki</b>	Lagos	35 km <sup>2</sup>	2003	Em construção	China Civil Engineering Construction, Nanjing Beyond, China Railway e Lagos State (20%)	• Equipamento de transporte, têxtil e indústria ligeira e telecomunicações.
<b>Nigéria – Ogun</b>	Guangdong	25 km <sup>2</sup>	2004	Em construção	Guangdong Xinguang e Ogun State	• Materiais de construção, cerâmica, ferro, madeira, medicamentos e computadores.
<b>Ilhas Maurícias</b>	Jinfei	75 km <sup>2</sup>	2006	Em construção	Shanxi – Tianli Group e Taiyuan Iron and Steel Company	• Têxteis, turismo, finanças e educação.
<b>Argélia</b>	Jiangling	12 km <sup>2</sup>	2006	Aprovado, mas suspenso	Jiangling Automobile e Zhongding International	• Construção automóvel e materiais de construção.
<b>Egito</b>	Suez	107 km <sup>2</sup>	1994	Em construção e laboração simultânea	Tianjin TEDA, Egypt – China Corporation for Investment (ECCI) e Tianjin Suez International Cooperation Co.	• Têxteis, equipamento de petróleo, montagem de automóveis, montagem eletrónica e exploração aduaneira.

**Tabela 8** – Tabela comparativa das Zonas Económicas Especiais por países<sup>31</sup>  
 Documento online em: <http://www.afriquechine.net/en/2011/African-Shenzhen-China-s-special-economic-zones-in-Africa.pdf>, Acedido em 2014-05-22

<sup>31</sup> Tradução própria.

Como podemos observar na tabela acima, muitas foram as empresas que investiram nos países que o Governo Chinês considerou viáveis para a criação de Zonas Económicas Especiais e muitas foram as indústrias que tentaram a sua sorte nessas zonas. Infelizmente, somente na zona do Egito e na zona da Zâmbia essas empresas foram bem – sucedidas, com base naquilo que foi falado anteriormente. De sete países, em cinco não foram concluídas as zonas planeadas, levando à bancarrota imensas empresas chinesas e desperdiçando incalculáveis milhões do erário público chinês, que se mostrou desagradado com a falta de estudo prévio sobre esses países e as suas culturas. Podemos, assim, afirmar que a cultura de um país forma a sua economia, como aprendeu da pior maneira a banca chinesa.

### **2.9.11 – Conclusões: China – África, ajuda franca ou presente envenenado?**

A China tem enviado para África milhares de voluntários para ajuda humanitária, quer em caso de guerra, quer em caso de catástrofes naturais. Não está em questão o facto de a China já ter investido milhares de milhões de dólares em infraestruturas de ajuda humanitária e de estruturas industriais, que têm facilitado a vida a milhões de habitantes do Continente Africano. De facto, já desde 1994 que a China tem investido em Zonas Económicas Especiais para tentar aumentar, e melhorar, as produções nacionais dos países onde está sediada e, neste caso específico de 1994, no canal do Suez. A China tem, no entanto, planos muito mais abrangentes a nível industrial no Continente Africano, como veremos mais à frente nesta dissertação. Por agora, vamos focar – nos nas ajudas humanitárias e na quantidade e qualidade do material e da força de trabalho voluntário enviado por Beijing para os países africanos onde existem Zonas Económicas Especiais, ou seja, interesses especiais e individuais.

Neste momento, e como foi já referenciado anteriormente, a China tem Zonas Económicas Especiais sediadas no Egito, na Zâmbia, na Etiópia, na Nigéria, nas Ilhas Maurícias e na Argélia. Não existem, no entanto, dados que permitam saber se o Governo Central Chinês possui interesses capitalizáveis noutros países africanos cuja comunidade internacional desconheça, o que não impede que Beijing projete para o mundo todas as ações humanitárias concretizadas nos ditos países. Essas ajudas passam por ajudas médicas, de construção de infraestruturas de apoio, de construção de canais de irrigação, de envio de pessoal especializado no ensino, na construção de poços de água potável, na construção de escolas e hospitais, entre outros. Todas estas ações têm uma projeção internacional que a China procura e encontra, dada a extrema pobreza e as precárias condições de vida da maioria dos habitantes subsarianos.

Segundo Bräutigam (2011) «Por três dias, em novembro de 2006, a capital chinesa foi anfitriã de delegações de quarenta e oito estados africanos para a cimeira de Beijing do Fórum de Cooperação China – África e o presidente Hu sublinhou a parceria estratégica e a dependência da cooperação económica com os países africanos e prometeu, para os próximos três anos, o dobro da ajuda e a concessão de ajuda financeira para comércio e para a construção de infraestruturas que permitissem a saída de muitas exportações africanas. Ainda segundo Hu, a China deveria

criar um fundo de investimento em África, construir cem escolas rurais e trinta hospitais e estabelecer, pelo menos, cinco zonas de cooperação económica no continente. Esta parceria estratégica com África seria baseada, disse ele, numa “cooperação ganha – ganha”<sup>32</sup>. Estas propostas, porém, não passaram de promessas vazias. A China construiu, de facto, dezenas de escolas e hospitais e disponibilizou material, pessoal e dinheiro para a concretização desses projetos, mas as dificuldades encontradas nas leis dos governos africanos impediram a realização dos mesmos, além das três razões por que a China oferece ajuda que são, simplesmente, a estratégia diplomática, o benefício comercial e o reflexo das suas ideologias e dos seus valores, numa mostra para os países ditos industrializados, o que provoca um choque de valores que a China dispensa e que tenta, por todos os meios, abafar. Querirá a China ajudar humanitariamente os países subdesenvolvidos africanos ou terá interesses financeiros na oferta dessa ajuda, ao exigir a exclusividade de exploração dos recursos naturais dos países ajudados?

De acordo com a Lusa «O comércio entre a China e o continente africano subiu 19,3% em 2012, atingindo quase 200 biliões de dólares, dos quais 85 biliões representam importações para o gigante asiático, e quase 114 biliões são exportações da China.»

De acordo com a mesma fonte, são 52 os países com quem a China tem relações comerciais, que perfazem um total de 198,5 biliões de dólares no volume total das trocas comerciais, totalizando um aumento de 19,3% nas mesmas, fazendo com que a quota das exportações africanas para a China fosse de 16,13% em 2012.

Conforme foi evidenciado pela Lusa. Principais números da relação comercial entre China e África (Observatório da Língua Portuguesa). Lusa., a taxa de crescimento anual do investimento da China em África passou de 1,44 mil milhões para 2,52 mil milhões de dólares, numa taxa de crescimento anual de 20,5%, abrindo 2000 empresas em 50 países africanos durante esse período. Foram, também, prometidos investimentos em 61 novos projetos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento China – África, num valor de 2,3 mil milhões de dólares o que, juntando aos 3,87 mil milhões de dólares, irá perfazer 17,8% do investimento total africano.

De facto, e inesperadamente, a China susteve uma subida de 44% no setor do investimento financeiro em África, com um investimento de 1,3 mil milhões de dólares em relação a 2009 obtidos pelos contratos de construção adjudicados à China em África até 2012. Por outro lado, a China enviou para África 43 equipas médicas que já trataram, pelo menos, 5,5 milhões de pacientes.

Segundo Jialej, T. (2013), China has medical aid teams stationed in 42 African countries. The China Africa Project., relativo a uma conferência de imprensa da Comissão de Planeamento Familiar e de Saúde Nacional dada pelo seu comissário Ren Minghui, a China já enviou ajuda médica para 66 países e regiões de África. Ainda de acordo com Ren Minghui, a China já envia esta ajuda há mais de 50 anos, tendo enviado a primeira equipa para a Argélia em abril de 1963 e tem enviado cada vez mais equipas no último meio século, acrescentando que a China possui

---

<sup>32</sup> Tradução própria.

quase 1200 médicos chineses em 113 localizações de 49 países em regiões em vias de desenvolvimento, incluindo doutores, enfermeiras e/ou outros trabalhadores afetos à medicina, tendo já recebido louvores por parte da população e dos governos regionais onde estão sediados devido ao excelente trabalho desenvolvido diariamente face às graves dificuldades encontradas no terreno. Segundo Ren «As nossas equipas médicas dedicaram – se à amigável promoção das relações entre a China e esses países em vias de desenvolvimento. Cifra – se já em 50 o número de pessoal médico que perdeu a vida durante o serviço no estrangeiro.»<sup>33</sup> Ainda segundo este artigo, o aprovisionamento de artigos médicos em África é tão pobre que a ajuda humanitária da China terá que ser um projeto a longo prazo.

Por enquanto, só raspámos a superfície da ajuda humanitária oferecida pela China aos países africanos, focando – nos apenas em grandes projetos e na construção de grandes infraestruturas, porém a China tem também programas locais de ajuda humanitária, como por exemplo na construção de poços de água potável, na transmissão de conhecimentos sobre a utilização da água para rega, na construção de pequenas escolas técnico – profissionais para o ensino de pequenas valências no desenvolvimento das pequenas aldeias, na construção de moinhos para eletricidade e até mesmo na distribuição de pequenos televisores, roupa, rádios ou pequenos eletrodomésticos.

A indignação começa, porém, quando se ouve falar de notícias como as dos mineiros atingidos a tiro por supervisores chineses durante uma manifestação pacífica por salários condignos. Segundo Laing, A. (2010). *Zambian miners shot by Chinese managers*. Telegraph. «Os mineiros protestavam contra o pobre pagamento e as más condições de trabalho na mina de carvão de Collum, na província de Friday. Segundo testemunhas, dois supervisores chineses saíram de caçadeira em punho ferindo, pelo menos, onze pessoas que, simplesmente, exerciam o seu direito constitucional à greve.»<sup>34</sup> Ainda segundo Laing, A. (2010). *Zambian miners shot by Chinese managers*. Telegraph. «O presidente da Associação de Mineiros da Zâmbia, Reyford Mbulu diz que não importa os investimentos que as pessoas trazem para o país, o importante é proteger os trabalhadores e os interesses dos mineiros. Nós queremos ser informados que os suspeitos serão trazidos à justiça. Eles devem sair do nosso país.»<sup>35</sup>

Numa outra perspetiva noticiosa editada por Blair, E. (2014). *China in Africa: New Pledges and a New Relationship?*. «O Primeiro – Ministro chinês Li Keqiang fechou a sua viagem pelas quatro nações de África, onde desenvolveu a diplomacia de Beijing, para além da extração dos seus recursos naturais. Li foi bem recebido em todos os países e enfatizou uma agenda mais ambiciosa para África. O Primeiro – Ministro chinês Li Keqiang fechou a sua visita de oito dias a África na sua primeira visita como Primeiro – Ministro e revelou algumas grandes notícias, tais como uma promessa de dez mil milhões de dólares em linhas de crédito; um compromisso em reservar metade da sua ajuda externa para países africanos; oito milhões adicionais para ajuda

---

<sup>33</sup> Tradução própria.

<sup>34</sup> Tradução própria.

<sup>35</sup> Tradução própria.

humanitária no Sudão; dez milhões para suportar a proteção da vida selvagem no continente; uma lista de negócios bilaterais com o Quênia, a Etiópia, Angola e Nigéria e dois mil milhões de investimento direto para o Fundo de Desenvolvimento China – África. No fundo, o que isto significa é um aumento de 45% (4,5 mil milhões de dólares) em ajuda para países africanos que, em comparação com os 2,7 mil milhões providenciados pelo Reino Unido, deixa a China na vanguarda da ajuda humanitária, tornando a China no maior parceiro comercial e fonte de empréstimos do continente africano.»<sup>36</sup>

Se tivermos em conta que todas estas ajudas humanitárias estão a esgotar os cofres chineses, então o que terá a China a ganhar com esta mega ajuda a um país que, segundo os especialistas chineses, nada tem de recursos naturais, além da sua beleza natural? Segundo Jobson, E. (2014). Ethiopia: If the shoe fits, build zones. «Companhias têxteis e revendedores estão a preparar operações em toda a Etiópia para tirar vantagem do baixo custo laboral. (...) Hoje, na China, o custo de cada trabalhador é de 500 dólares (por mês). Na Etiópia, é de somente 50 dólares.

Em meados de abril, novos recrutas ansiavam (muitos com graduações universitárias) por uma oportunidade para começar a trabalhar na fábrica de calçado George Shoe para fazerem mil e quinhentos pares de sapatos por dia e como o seu competidor chinês Huajian, que planeia abrir uma empresa que vai providenciar emprego para perto de cem mil pessoas, George quer abrir uma empresa que rivalize com somente dez mil empregados.»<sup>37</sup>

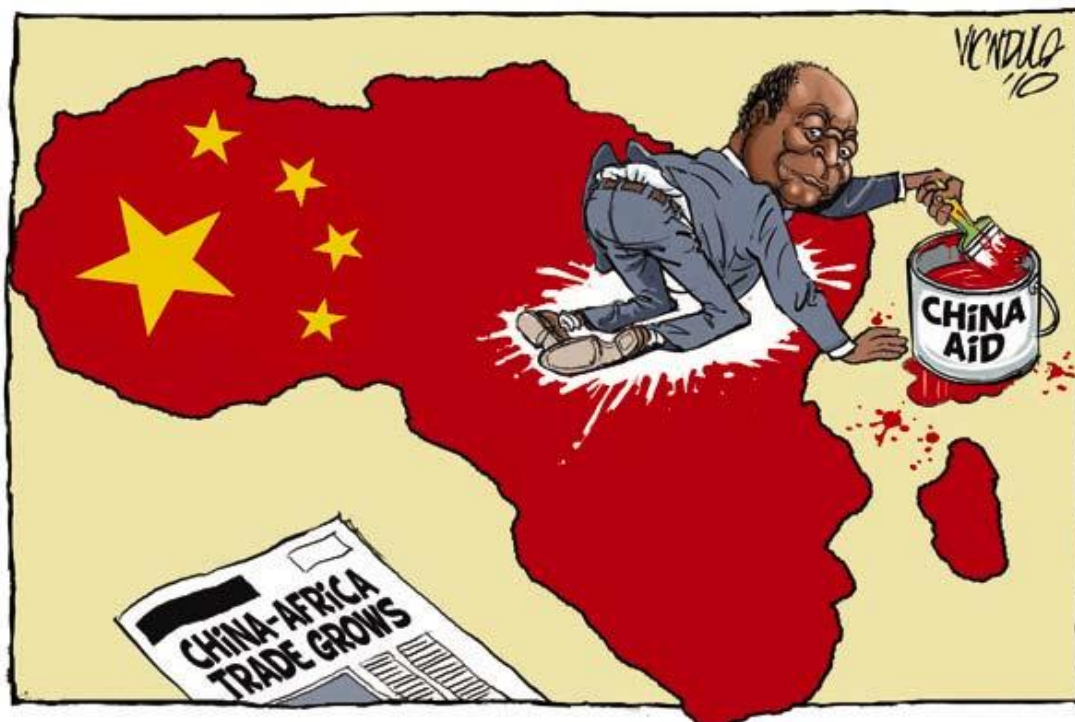
A discussão anterior mostra que a estratégia da China para estabelecer Zonas Económicas Especiais em África tem o potencial de se tornar uma nova espécie de globalização, tal como o *cartoon* tão satiricamente demonstra. Corroborando esta ideia, Bräutigam explica que a «imprensa chinesa pinta constantemente uma fotografia rosa de amizade e benefícios mútuos com África. Os líderes africanos foram quase totalmente unânimes no positivismo do abraço dos benefícios chineses.

Jornalistas africanos e ocidentais foram muito mais cétricos e o mito espalhou – se rapidamente, aceitando os factos de que os chineses estavam somente a ajudar os países com ricos recursos naturais e governos questionáveis, dando a África três vezes mais ajuda que todo o ocidente combinado, mas operando completamente fora das regras e tornando os governos piores. A ajuda chinesa era “tóxica”, foi dito que eles importavam todos os trabalhadores para os seus projetos e que usavam trabalho de prisioneiros e que a China manipulava o débito estrangeiro dos países africanos como alavanca política. (...) O investimento e a ajuda chinesa eram cavalos de troia, segundo os zambianos “Nós recrutávamos doutores chineses e eles acabavam por abrir restaurantes chineses na cidade. Eles estavam simplesmente a inundar o país com seres humanos em vez do investimento prometido pelo governo.” (...) segundo alguns zambianos, “temos que ter muito cuidado porque se os deixarmos sem supervisão, iremos arrepende – nos. A China está a chupar – nos. Nós estamos a ficar mais pobres porque eles

---

<sup>36</sup> Tradução própria.

estão a ficar com a nossa riqueza” (...) O último presidente da Zâmbia Levy Mwanawasa contrapõe: “O governo chinês trouxe montes de desenvolvimento para este país e estas são as pessoas que se estão a demonstrar contra.” (...) Chegamos assim à conclusão que a China oferece ajuda por três razões: estratégia diplomática, benefícios comerciais e o reflexo das ideologias e valores da sociedade chinesa.»<sup>38</sup>



**Figura 28 – Ajuda Chinesa**

Fonte: Africa Cartoons. Victor Ndula – Chinese Aid (documento online em: <http://africacartoons.com/victor-ndula/>, Acedido em 2014-06-16)

<sup>37</sup> Tradução própria.

<sup>38</sup> Tradução própria.



Outras vezes se levantam e afirmam que tal ato não passa de um novo colonialismo, do qual a África há tão pouco tempo se livrou. No entanto, não se pode deixar de achar extraordinárias as experiências evolucionárias do Governo transnacional e institucional fornecido aos enclaves chineses em África. A China afirma que a sua principal preocupação é a ajuda humanitária e o restauro da vida animal mas, na realidade, e com o progresso das infraestruturas construídas nos últimos dez anos nas Zonas Económicas Especiais estudadas acima nesta dissertação, podemos afirmar que não encontrámos nenhum melhoramento a nível local e um largo desenvolvimento a nível industrial e produtivo. Isto não quer, porventura, dizer que numa fase mais adiantada, depois de todas as infraestruturas estarem construídas, não haja um olhar mais atento para a vida selvagem e para a salvaguarda dos tão ricos recursos naturais do Continente Africano. Muito terá que ser feito a nível estrutural, diretivo, governamental, legislativo e no terreno para que se atinja um equilíbrio entre dar e receber e, se repararmos na **Tabela 9**, tiraremos conclusões que, à primeira vista, poderão ser precipitadas visto que só valorizam os ganhos chineses em África, nos países onde esta construiu as suas Zonas Económicas Especiais.

Country	Stage of development	GNI per capita in US\$ 2008-12
Mauritius	0.728	8,040
Algeria	0.698	4,470
Egypt	0.644	2,600
Nigeria	0.459	1,280
Ethiopia	0.363	370
Zambia	0.430	1,160
South Africa	0.619	6,960

**Tabela 9** – Fatores de localização dos seis países africanos com Zonas Económicas Especiais Chinesas

Documento online em: <http://aeaa.journals.ac.za/pub/article/view/103>, Acedido em 2014-06-16

É certo que África, com todas as suas guerras coloniais e tribais, é um continente destruído à espera da reconstrução e, parafraseando Nietzsche, F. (1895). O Anticristo. «A construção após a destruição» e nisso a China tem sido a maior mão estendida a muitos dos países africanos destruídos, porém é curioso observar que os países a quem a China oferece a maior fatia de ajuda humanitária sejam os países mais ricos a nível de recursos naturais, tais como o petróleo, os diamantes ou os metais preciosos. Por isso, deixa – se no ar a pergunta: Será a China um país benemérito ou haverá motivos escondidos para o seu programa de ajuda humanitária?

### **Capítulo III – Metodologia**

Segundo Eco (2007) «Uma tese estuda um objeto utilizando determinados instrumentos.» e é com o intuito de ir ao encontro destas palavras que optamos por uma investigação que inclui entrevistas do tipo qualitativo, com um registo estruturado e extensivo, nas quais as respostas abrangem um conjunto alargado de ideologias individuais representativas de maior utilidade em termos sociais.

Numa tentativa de apresentar fontes fidedignas de informação e para que fosse respondida a questão fundamental desta dissertação, que se traduz num aproveitamento ou não de África por parte da China, foram realizadas entrevistas a estudiosos ou conhecedores do tema. As personalidades atrás mencionadas são provenientes de vários pontos do país e de várias instituições, nomeadamente a Professora Doutora Virgínia Trigo, doutorada em Gestão Estratégica pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL) e pós doutorada pelo Lester Center for Entrepreneurship and Innovation, Haas Business School, University of California, Berkeley que dirige, atualmente, os programas de doutoramento do ISCTE na China; o Professor Doutor Carlos Rodrigues, doutorado em Ciências Sociais e, atualmente, coordenador do Mestrado em Estudos Chineses; o Doutor Lu Yang, licenciado em História numa universidade chinesa, a ECNU, e mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus pelo ISEG, que trabalha como tradutor e intérprete de português e chinês desde 1998 para empresas e particulares e como consultor de negócios para empresas portuguesas e chinesas desde 2007; o Doutor Moisés Fernandes, investigador da Universidade de Lisboa, que tem vários livros publicados sobre a China contemporânea e da área de Macau e a Doutora Liliana Silva, licenciada em Línguas e Relações Empresariais na Universidade de Aveiro e que trabalha, atualmente, em Angola, numa empresa chinesa como tradutora/intérprete.

As entrevistas foram estruturadas em seis questões diretamente ligadas ao tema e as respostas serão apresentadas de uma forma narrativa com algumas transcrições, sendo os dados retirados das mesmas apresentados posteriormente.

O guião da entrevista constará dos anexos para referência futura.

### 3.1 – Entrevista com a Professora Doutora Virgínia Trigo

A entrevista à Professora Doutora Virgínia Trigo decorreu no dia 06 de agosto de 2014, às 17 horas.

Em termos académicos e profissionais, a Professora Doutora Virgínia Trigo é doutorada em Gestão Estratégica pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL) e pós doutorada pelo Lester Center for Entrepreneurship and Innovation, Haas Business School, University of California, Berkeley. Trabalha na China desde 1989, tendo começado primeiro, em 2001, em Macau; posteriormente em Cantão e, atualmente, de novo em Cantão e Chengdu. Trabalhou também no Japão, na Universidade de Sokka, em 1992 e em Timor, na Universidade de Timor Leste, em 2006. Atualmente, dirige os programas de doutoramento do ISCTE na China.

Questionada sobre a sua opinião acerca das consequências para a economia chinesa da implementação das Zonas Económicas Especiais criadas especialmente para multinacionais estrangeiras, a Professora Doutora Virgínia Trigo referiu que considera ter sido “uma forma inteligente de permitir a transformação gradual da China sem convulsões, possibilitando a aprendizagem, a experimentação e a correção sucessiva do modelo.” Ainda segundo a referida Professora Doutora “Esta abertura gradual permitiu também a aceitação das reformas económicas da população, que pôde ver os benefícios das reformas e desejá – los para si próprias. As Zonas Económicas Especiais serviram também para ganhar a confiança do capital estrangeiro.”.

No que concerne à sua posição em relação à política de *Soft Power* iniciada pela China em África, a Professora Doutora Virgínia Trigo afirmou que a China tem uma atitude diferente das potências ocidentais para com África. No parecer da Professora Doutora, enquanto que as potências ocidentais apostam muito “nos donativos e na subsídio – dependência, a China está mais interessada em ajudar a resolver as necessidades efetivas das populações através da construção de infraestruturas e fornecimento de pessoal especializado”. Neste último caso, a Professora Doutora referiu o exemplo dos médicos. Afirmou ainda que a China “não tem a tentação de impor modelos políticos, como por exemplo a democracia, mas a influência que exerce acaba por ser mais duradoura a longo prazo.”.

No respeitante a como considera o investimento que a China está a fazer, tanto a nível económico como a nível de recursos humanos, em África, a Professora Doutora afirmou que esse investimento “faz parte do *Soft Power*”, sendo uma forma de conseguir os seus objetivos a longo prazo. No parecer da Professora Doutora, “Os principais objetivos são a obtenção de energia, outras matérias – primas e bens alimentares. Este investimento tem uma projeção a longo prazo, tem uma presença física real e a população pode vê – lo. Outras formas de ajuda poderão ir mais diretamente para a corrupção em prejuízo da população.”.

Relativamente à presença chinesa em África em termos de benefícios e/ou problemas trazidos pela mesma, a Professora Doutora acredita que a presença chinesa ajudou as outras potências a verem África de forma diferente, tendo salientado como exemplo a atual cimeira

Estados Unidos/África e, na sua opinião, considera esta mesma presença benéfica. A Professora Doutora referiu ainda que “é evidente que há sempre um outro lado da medalha pois o apetite da China por recursos é insaciável. Este relacionamento é essencial para o crescimento da sua economia.”.

No que diz respeito às medidas que considera serem necessárias tomar, por parte do Governo Central Chinês, para suavizar a oposição da presença chinesa em África e criar bem – estar económico e social nas localidades em que se encontra a população chinesa, a Professora Doutora mencionou que, para se suavizar a situação mencionada e para evitar manifestações contrárias à presença chinesa em África, é importante evitar, por parte da China, certas atitudes, bem como, por exemplo, a venda dos mesmos produtos, de modo a não afetar a economia local. Há ainda a referir que “existe uma tendência para os chineses se aglomerarem e criarem o seu próprio grupo, não havendo integração local, aspeto este que o Governo Chinês tem tido em consideração, tomando algumas medidas como «ordenando» à sua população a sua mistura com o povo africano. É de salientar, ainda, que isso tem vindo a acontecer.”.

Finalmente, relativamente à questão de como perspectiva o futuro do Continente Africano e a continuidade da China como seu principal parceiro comercial, a Professora Doutora acredita que “depende muito do que outras potências vierem a fazer em África. A presença da China veio despertar o interesse de outros nesse continente e desse jogo político depende o futuro” e que, por conseguinte, “seria bom acompanhar a cimeira Estados Unidos/África.”.

### **3.2 – Entrevista com o Professor Doutor Carlos Rodrigues**

A entrevista ao Professor Doutor Carlos Rodrigues decorreu no dia 16 de setembro de 2014, às 18 horas.

Em termos académicos e profissionais, o Professor Doutor Carlos Rodrigues é doutorado em Ciências Sociais e é, atualmente, o coordenador do Mestrado em Estudos Chineses.

Abordado quanto à primeira questão da entrevista (A opinião sobre as consequências para a economia chinesa da implementação das zonas especiais criadas especialmente para multinacionais estrangeiras), o Professor Doutor Carlos Rodrigues referiu que “parece ser unânime o reconhecimento de que a criação das Zonas Económicas Especiais na China constituiu um marco decisivo na trajetória que levou a China a afirmar – se como uma potência económica global.”. Ainda segundo o Professor Doutor Carlos Rodrigues “As Zonas Económicas Especiais assumiram grande relevância na implementação da estratégia chinesa de atração de investimento, geraram significativas economias de aglomeração conduzindo a aumentos notáveis de produtividade e, para além disso, geraram emprego e aumentos no rendimento dos trabalhadores chineses. É claro que os efeitos foram muito «localizados», isto é, foram confinados geograficamente, o que, no entanto, não retira importância ao papel que as Zonas Económicas Especiais desempenharam e desempenham na economia chinesa.”.

Quanto à sua posição em relação à política de *Soft Power* iniciada pela China em África, o Professor Doutor Carlos Rodrigues afirmou que “Do ponto de vista teórico, a adoção de uma abordagem a África baseada em princípios como a não ingerência nos assuntos internos dos países ou o esforço em prol da geração de benefícios mútuos, distancia os chineses daquela posição mais «dura» típica dos países europeus e, designadamente, dos EUA, onde se misturam os grandes interesses económicos com coisas como a força militar e «descaradas» pressões sobre os decisores políticos locais.”. Ainda segundo o Professor Doutor Carlos Rodrigues “esta posição mais «soft» da China na sua interação com África é, do ponto de vista estratégico, essencial para manter o «status quo» das relações bilaterais.”.

Sobre o investimento que a China está a fazer, tanto a nível económico como a nível de recursos humanos, em África, o Professor Doutor salientou que “A «ajuda» chinesa a África resulta daquilo que se poderia considerar um «misto» de genuinidade (resquícios das perspetivas «internacionalistas» do tempo de Zhou Enlai) e de pragmatismo ditado por interesse económico.”.

No que concerne à presença chinesa em África em termos de benefícios e/ou problemas trazidos pela mesma, o Professor Doutor acredita que “Não são fáceis de identificar e qualificar em termos globais os benefícios das relações bilaterais, mas o volume das trocas e do investimento deixa antever um potencial muito significativo de geração de riqueza que, em abstrato, poderia ser usada para promover melhoramentos efetivos da vida das populações africanas e da robustez de algumas economias africanas. A concretização deste potencial afigura – se difícil... É mais fácil identificar problemas. A título de exemplo: o efeito nefasto no ambiente; as condições laborais que, nalguns setores e locais, deixam muito a desejar; o risco de sobre – endividamento de algumas economias africanas.”.

Relativamente às medidas que considera serem necessárias tomar, por parte do Governo Central Chinês, para suavizar a oposição da presença chinesa em África e criar bem – estar económico e social nas localidades em que se encontra a população chinesa, o Professor Doutor mencionou que “Há relatos que contrariam a percepção de que se possa generalizar que a população africana está contra a presença chinesa.”. Ainda segundo o mesmo Professor “É preciso não esquecer que os chineses têm vindo a desempenhar um papel importante no atendimento de algumas carências (designadamente a nível infraestrutural)” e, como tal, o nosso inquirido não vê necessidade “de grandes intervenções da parte do Governo Chinês. De referir ainda que o chamado Consenso de Pequim é muitas vezes visto como uma resposta a uma eventual má percepção por parte dos africanos.”.

Finalmente, e quanto à questão de como perspetiva o futuro do Continente Africano e a continuidade da China como seu principal parceiro comercial, o Professor Doutor acredita que “Enquanto se mantiverem os benefícios económicos mútuos que as relações sino – africanas têm vindo a produzir e enquanto a China tiver um papel preponderante na economia global não antevejo grandes alterações às dinâmicas atuais.”.

### 3.3 – Entrevista com o Doutor Lu Yang

A entrevista ao Doutor Lu Yang decorreu no dia 25 de setembro de 2014, às 10 horas.

Em termos académicos e profissionais, o Doutor Lu Yang é licenciado em História numa universidade chinesa, a ECNU, e mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus pelo ISEG. Trabalha como tradutor e intérprete de português e chinês desde 1998 para empresas e particulares e como consultor de negócios para empresas portuguesas e chinesas desde 2007. Trabalhou para o Parque Expo 98 S.A. como tradutor, intérprete e acessoria durante a Expo Xangai 2010 e para a Cimpor entre 2011 e 2013 na sua subsidiária na China como oficial de comunicação e informação.

Relativamente à primeira questão que lhe foi colocada, (A opinião sobre as consequências para a economia chinesa da implementação das zonas especiais criadas especialmente para multinacionais estrangeiras), o Doutor Lu Yang mencionou que, na sua opinião, as consequências para a economia chinesa “foram na sua maioria positivas. Os investimentos permitiram a criação de fábricas que criaram a reputação da China como a fábrica do mundo. O efeito de spillover<sup>39</sup> permitiu às empresas e produtores chineses adquirir tecnologias e competências próprias.”. Segundo o Doutor Lu Yang, tal como na “Teoria dos Gansos Voadores<sup>40</sup>, as Zonas Económicas Especiais foram os «gansos líderes» pois, com a reestruturação interna das multinacionais ao longo do tempo, a produção dos bens intensivos foram transferidos para as zonas menos desenvolvidas da China e, conseqüentemente, criaram – se postos de trabalho e melhorou – se a economia daquelas zonas. Contudo, os efeitos negativos também são evidentes, sendo o mais óbvio destes efeitos o desequilíbrio no desenvolvimento económico na China e os problemas sociais que daí resultaram. As grandes cidades como Xangai, Shenzhen e Guangzhou (que beneficiaram com a criação das Zonas Económicas Especiais) são extremamente desenvolvidas, são os «gansos líderes» na China, mas as províncias interiores são menos espetaculares. Os jovens migram das províncias pobres para as grandes cidades à procura de trabalho e oportunidades, o que empobrece ainda mais os recursos humanos daquelas províncias. Em contrapartida, as grandes cidades ficam superpovoadas, o que nega a possibilidade de desenvolvimento das províncias pobres. Reverter esta situação é um desafio para o governo chinês.”.

Referindo – se à política de *Soft Power* iniciada pela China em África, o Doutor Lu Yang foi perentório ao afirmar que “*Soft Power* é melhor que *Hard Power*, nomeadamente enviar porta – aviões e bombardear um país para a idade das pedras.”.

---

<sup>39</sup> A nível económico, o efeito de spillover refere – se a todos os benefícios obtidos através de algo não diretamente relacionado com a indústria em estudo. A título de exemplo, os benefícios económicos do aumento das exportações são o spillover da formação de alianças económicas entre dois países.

<sup>40</sup> A Teoria dos Gansos Voadores é da autoria de Terutomo Ozawa e assenta na ideia de que os países menos desenvolvidos seguiriam os países mais desenvolvidos, alinhando – se atrás destes segundo a ordem dos seus diferentes estágios de desenvolvimento, tal como o padrão de voo dos gansos.

No que diz respeito ao investimento que a China está a fazer em África, o Doutor Lu Yang referiu que, na sua opinião “qualquer investimento é bem – vindo, sempre ajuda um país, desde que os efeitos negativos como a poluição, a corrupção e o monopólio do estado a estes investimentos sejam eliminados ou, pelo menos, controlados.”.

Em relação à presença chinesa em África em termos de benefícios e/ou problemas trazidos pela mesma, o Doutor Lu Yang afirma que “a presença da China em África é uma tendência natural numa era de globalização e é impensável que a China não esteja em África dada a dimensão da sua economia. Os benefícios são óbvios, nomeadamente a construção de infraestruturas que África necessita com urgência, a construção de empresas e fábricas e o efeito spillover que daí resulta, exportações de matérias – primas para a China que ajudam a equilibrar o balanço comercial. Por outro lado, os problemas também são óbvios, tais como o monopólio obtido pelos estados africanos destes investimentos, a corrupção dos oficiais dos países africanos, bem como a poluição.”.

No que concerne às medidas que considera serem necessárias tomar, por parte do Governo Central Chinês, para suavizar a oposição da presença chinesa em África, o Doutor Lu Yang refere que, na sua opinião, “numa era de globalização, com o movimento cada vez mais fácil das pessoas, o conflito entre os nativos e os forasteiros será cada vez mais intenso e existirá sempre. Por outro lado, persistirão alguns dos problemas, que temos simplesmente de aceitar que são uma tendência natural, cabendo às pessoas envolvidas resolvê – los. Outros problemas podem ser corrigidos pelo Governo Central, como a imposição da boa prática dos negócios às empresas chinesas. É necessário também impor alguma responsabilidade social às empresas incluindo o combate à poluição, o subsídio à população nativa pelas terras utilizadas, a criação de postos de trabalho para os nativos e a formação de competências dos mesmos.”.

Por fim, quanto à questão de como perspetiva o futuro do Continente Africano e a continuidade da China como seu principal parceiro comercial, o Doutor Lu Yang afirmou que, na sua opinião “o comércio entre a China e África vai ter uma tendência de crescimento e o investimento chinês em África continuará a aumentar num futuro próximo, mas os outros países, como o Japão ou os Estados Unidos da América também vão concorrer com a China na política de *Soft Power* em África e, como tal, estes países também irão aumentar o investimento em África e estreitar as suas relações comerciais com este continente, prevendo – se que a China não será o principal parceiro de África, mas sim um dos principais parceiros.”.

### **3.4 – Entrevista com o Doutor Moisés Silva Fernandes**

A entrevista ao Doutor Moisés Fernandes decorreu no dia 01 de outubro de 2014, às 12 horas.

Em termos académicos e profissionais, o Doutor Moisés Fernandes é investigador da

Universidade de Lisboa. Tem vários livros publicados sobre a China contemporânea, incluindo a área de Macau. Os seus livros podem ser consultados nas Universidade de Aveiro e de Lisboa, bem como no Centro Científico e Cultural de Macau, através dos seus catálogos *online*.

Questionado sobre a sua opinião acerca das consequências para a economia chinesa da implementação das Zonas Económicas Especiais criadas especialmente para multinacionais estrangeiras, o Doutor Moisés Fernandes referiu que “efetivamente, foram criadas condições importantes para a competitividade por parte das multinacionais ocidentais construídas nestas Zonas Económicas Especiais, tais como a mão – de – obra extremamente barata e sem direitos laborais, um acesso ilimitado e a preços competitivos a recursos e matérias – primas, bem como a criação de toda uma cadeia de exportações exclusiva para essas zonas. Estes três eixos foram fundamentais para o êxito da economia chinesa desde 1979.”.

Quanto à sua posição em relação à política de *Soft Power* iniciada pela China em África, o Doutor Moisés Fernandes referiu que a China “está a exercer sobre África um verdadeiro *Soft Power*. A única coisa que faz falta em África é um sistema chinês de cooperação político-militar, o que se torna o verdadeiro calcanhar de Aquiles das relações Sino – Africanas.”.

Relativamente ao investimento que a China está a fazer em África, o Doutor Moisés Fernandes afirmou que “é um investimento extremamente lucrativo para a China, tanto em dólares, como em recursos humanos, tendo em conta que o investimento chinês em África foi de somente 4% em 2011. Quando comparado com o investimento na Ásia, na América Latina e na Europa que tiveram, respetivamente, 60,9%; 16% e 11,1% verifica – se que o rácio de investimento/lucro é altamente favorável à economia chinesa.”.

No respeitante à presença chinesa em África, bem como aos benefícios e/ou problemas trazidos pela mesma, o Doutor Moisés Fernandes salientou que “a presença chinesa em África tem trazido não só benefícios, mas também problemas. A nível de benefícios, tem – se verificado, em África, um crescimento anual absoluto mais acentuado do que na Europa e nos Estados Unidos da América, o que deriva do facto dos regimes africanos importarem o «Modelo Chinês» que é, consideravelmente, mais barato do que o europeu, tornando os produtos trazidos pelas empresas chinesas mais baratos e mais acessíveis à população. A nível de problemas, pode falar – se da mão – de – obra muito barata, que desprestigia o emprego e a população, assim como a tendência para os baixos salários e a falta de condições laborais.”.

Em relação às medidas que considera serem necessárias tomar, por parte do Governo Central Chinês, para suavizar a oposição da posição chinesa em África, o Doutor Moisés Fernandes afirmou que “existem muitos problemas contra «a presença chinesa em África», mas acredita que o «governo central chinês» não vai mitigar a situação nem criar bem – estar económico e social nas localidades em que se encontra a população chinesa.”.

No que concerne à última questão, o Doutor Moisés Fernandes salientou que “nos próximos anos, a China irá continuar a ter como seu «principal parceiro comercial» a África e que será muito difícil para os regimes africanos tornarem – se «independentes» dos chineses.”.



### 3.5 – Entrevista com a Doutora Liliana Silva

A entrevista à Doutora Liliana Silva decorreu no dia 06 de outubro de 2014, às 14 horas.

Em termos académicos e profissionais, a Doutora Liliana Silva é licenciada em Línguas e Relações Empresariais na Universidade de Aveiro. No ano letivo de 2009 – 2010, fez um curso de Professores de Chinês como Língua Estrangeira, durante cinco semanas, na Beijing Foreign Studies University e, a seguir, tirou um curso de um ano em Língua e Cultura Chinesa na Beijing Language and Culture University. Em 2011, foi para Angola trabalhar numa empresa chinesa como tradutora/intérprete. Em 2012, mudou para uma empresa angolana e continuou a prestar apoio à mão – de – obra chinesa presente, embora em menor número.

Relativamente à primeira e segunda questões da entrevista, a Doutora Liliana Silva escusou – se a formular a sua opinião, uma vez que considerou que não possuía conhecimentos suficientes para opinar sobre os respetivos assuntos.

Abordada sobre a questão do investimento que a China está a fazer, tanto a nível económico como a nível de recursos humanos, em África, a Doutora Liliana Silva foi perentória ao afirmar que não considera, de todo, esse investimento como uma «ajuda», mas sim uma exploração do país, neste caso, o angolano, uma vez que é essa a realidade que conhece. Ainda segundo a Doutora Liliana Silva, as empresas chinesas vão para Angola com uma grande percentagem de mão – de – obra chinesa, uma vez que os acordos que existem entre os dois países não obrigam as empresas a cumprir o rácio de três trabalhadores angolanos por cada expatriado que as empresas portuguesas, por exemplo, são obrigadas a cumprir. Por outro lado, as referidas empresas chinesas também não cumprem “o intuito da atribuição de um visto de trabalho a um expatriado, que é ensinar, formar os nacionais, de forma a construir uma força de trabalho que seja, na sua maioria, auto – suficiente a médio prazo.”.

Relativamente à presença chinesa em África em termos de benefícios e/ou problemas trazidos pela mesma, a Doutora Liliana Silva salienta que testemunhou, em primeira mão, “a xenofobia e segregação à qual os chineses sujeitam os africanos, pelo que, ainda que exista um forte investimento que gera emprego (muito mal pago)”, o seu lado mais humano não lhe permite encarar com extremo positivismo a presença chinesa no país.

No que concerne às medidas que considera serem necessárias tomar, por parte do Governo Central Chinês, para suavizar a oposição da presença chinesa em África, a Doutora Liliana Silva argumentou que a referida oposição só poderá ser suavizada caso o Governo Central Chinês, por um lado, dê melhores salários, com melhores condições, bem como formação aos africanos e, por outro, mude a sua atitude xenófoba e racista perante a população africana.

Por fim, relativamente à última questão, a Doutora Liliana Silva salientou que “caso o governo africano não intervenha e defenda os interesses dos seus cidadãos, continuará a acontecer a mesma exploração dos recursos do país sem o retorno que é devido ao país hospedeiro. Basicamente, a única diferença entre o tempo colonial e a atualidade é mesmo o regime de escravatura, ao qual se recorria outrora.”.

### 3.6 – Análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistados	Mensagem da entrevista
<b>Professora Doutora Virgínia Trigo</b>	A Professora Doutora refere que a China encontrou uma forma inteligente para transformar a economia chinesa em África com uma política de <i>Soft Power</i> que ajuda a população africana, por um lado, a resolver problemas prementes e, por outro, ajuda a China a atingir os objetivos a médio e longo prazo na obtenção de energia e matérias – primas. Para a Professora Doutora, a China tem beneficiado o Continente Africano, apesar de ser necessário evitar certas atitudes para não afetar a economia local, mas acredita que a sua presença irá, no futuro, atrair outros países a ajudar economicamente África.
<b>Professor Doutor Carlos Rodrigues</b>	O Professor Doutor afirma que a criação das Zonas Económicas Especiais em África consolidou a posição da China como uma potência económica global que, usando o <i>Soft Power</i> , suavizou a interação entre a economia africana e chinesa nas suas relações económicas, apesar de considerar que a ajuda oferecida a África tem unicamente como objetivo o interesse por facilidades legislativas. O Professor Doutor considera que, no global, os problemas são superiores aos benefícios, apesar de observar que ambos existem e é da opinião de que os comentários de que a presença chinesa em África não é bem vista pelos africanos é deveras exagerada, acreditando que não haverá alterações às dinâmicas atuais entre a China e África.
<b>Doutor Lu Yang</b>	Este entrevistado considera as ações chinesas em África positivas, referindo – se ao <i>Soft Power</i> como uma mais – valia na entrada das empresas chinesas no Continente Africano, considerando o investimento feito bem – vindo à economia africana. Declara que os benefícios da presença chinesa são óbvios e que ajudam a equilibrar o balanço comercial, apesar dos conflitos entre nativos e estrangeiros, que considera inevitáveis. No entanto, perspetiva um crescimento contínuo nas relações Sino – Africanas num futuro próximo.
<b>Doutor Moisés Fernandes</b>	O Doutor refere que foram criadas, efetivamente, condições especiais para a entrada da China na economia africana e que acredita que o <i>Soft Power</i> exercido pela China foi fundamental para as relações políticas, que proporcionaram essas condições. Em relação ao rácio investimento/lucro, considera que é extremamente lucrativo para a China, dado o baixo investimento chinês em África. No entanto, e apesar desse baixo investimento, os países africanos têm aumentado o seu Produto Interno Bruto anual. Em contrapartida, tem criado sérios problemas, como os baixos salários ou a falta de condições laborais, que não deverão ser mitigadas pela China, tornando os países africanos cada vez mais dependentes do modelo económico chinês.
<b>Doutora Liliana Silva</b>	A Doutora afirma que o investimento chinês em África não é uma ajuda, mas sim uma tentativa de exploração por parte desse país asiático. Revela que testemunhou, em primeira mão, à xenofobia e à segregação a que os chineses sujeitam os africanos e que não encara com positivismo a presença chinesa em África. Afirma que a situação só poderá ser resolvida com grandes mudanças por parte do Governo Central Chinês e que, caso os governos africanos não intervenham, a exploração não só continuará, como aumentará e que não haverá retorno económico – social para os países africanos.

Tabela 10 – Quadro – resumo das entrevistas

**Legenda:**

**E1** – Entrevista à Professora Doutora Virgínia Trigo

**E2** – Entrevista ao Professor Doutor Carlos Rodrigues

**E3** – Entrevista ao Doutor Lu Yang

**E4** – Entrevista ao Doutor Moisés Fernandes

**E5** – Entrevista à Doutora Liliana Silva

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Unidade de Registo</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
<b>1 – Zonas Económicas Especiais na China</b>	Consequências para a economia chinesa	Foi implementado, com sucesso, um novo modelo de crescimento económico.	<p>“... forma inteligente de permitir..., a experimentação e a correção sucessiva do modelo.” (E1)</p> <p>“... constituiu um marco decisivo na trajetória que levou a China a afirmar – se como uma potência economia global...” (E2)</p>
	Quais os benefícios criados para as Zonas Económicas Especiais	Foram implementadas novas leis laborais e condições especiais, especialmente para estas zonas.	<p>“... permitiu também a aceitação das reformas...” (E1)</p> <p>“... foram criadas condições importantes para a competitividade..., tais como mão – de – obra extremamente barata... e a preços competitivos...” (E4)</p>
<b>2 – Soft Power</b>	Será o <i>Soft Power</i> exercido em África uma boa política?	O <i>Soft Power</i> é sempre preferível ao <i>Hard Power</i> .	<p>“... a China está mais interessada em ajudar... através da construção de infraestruturas e fornecimento de pessoal especializado.” (E1)</p> <p>“Parece – me que esta posição mais soft da China... é essencial para manter o status quo das relações bilaterais.” (E2)</p> <p>“<i>Soft Power</i> é melhor do que <i>Hard Power</i>.” (E3)</p>

	<p>Será o <i>Soft Power</i> exercido em África uma má política?</p>	<p>O investimento político pode, eventualmente, não trazer retorno económico.</p>	<p>“... os efeitos negativos também são evidentes,... os jovens migram... o que empobrece ainda mais os recursos humanos... e as grandes cidades ficam superpovoadas, isso nega a possibilidade de desenvolvimento das províncias pobres.” (E3)</p> <p>“A única coisa que faz falta em África é um sistema chinês de cooperação político – militar.” (E4)</p>
<p><b>3 – Investimento chinês em África</b></p>	<p>Investimento económico</p>	<p>Foram investidos milhares de milhões de dólares no Continente Africano.</p>	<p>“É uma forma de conseguir os seus objetivos a longo prazo.” (E1)</p> <p>“... pragmatismo ditado por interesse económico.” (E2)</p> <p>“... qualquer investimento é bem – vindo...” (E3)</p> <p>“É um investimento extremamente barato... em dólares...” (E4)</p>
	<p>Investimento humano</p>	<p>Foram enviados milhares de profissionais e inúmera ajuda humanitária.</p>	<p>“... tem uma presença física real e a população pode vê – lo.” (E1)</p> <p>“... sempre ajuda um país...” (E3)</p> <p>“... vêm para cá, com a grande percentagem de mão – de – obra chinesa...” (E5)</p>
	<p>Investimento de recursos</p>	<p>Foram construídas novas empresas, escolas, hospitais, entre outras infraestruturas.</p>	<p>“... a construção de infraestruturas que África necessita... a construção de empresas e fábricas...” (E3)</p>

	Benefícios	África é um infinito fornecedor de energia e matéria – prima.	<p>“... a presença chinesa despertou outras potências para verem África com outros olhos... o apetite da China por recursos é insaciável.” (E1)</p> <p>“... é uma tendência natural numa era de globalização...” (E3)</p> <p>“Os regimes africanos importam o «Modelo China»...” (E4)</p>
	Problemas	Mão – de – obra não especializada e problemas locais com os naturais.	<p>“Tem havido algumas manifestações sobretudo quando a China começa... a fazer coisas que podem afetar a economia local...” (E1)</p> <p>“... o monopólio pelos estados africanos destes investimentos, a corrupção dos oficiais...” (E3)</p>
<b>4 – Futuro do Continente Africano</b>	Será a população africana contra a presença chinesa?	A existência de xenofobia por parte da população chinesa em relação aos africanos.	<p>“Os chineses têm também tendência para se aglomerarem criando o seu próprio grupo...” (E1)</p> <p>“... o conflito entre os nativos e os forasteiros será cada vez mais intenso e existirá sempre...” (E3)</p> <p>“Existem muitos problemas contra a presença chinesa em África...” (E4)</p> <p>“Testemunhei, em primeira mão, a xenofobia e segregação à qual os chineses sujeitam os africanos...” (E5)</p>

	Bem – estar económico – social	Criação de infraestruturas humanitárias e acesso a novos produtos e novas tecnologias.	<p>“... o volume das trocas e do investimento... poderia ser usado para promover melhoramentos efetivos da vida das populações africanas...” (E2)</p> <p>“... incluindo combate à poluição, subsídio à população nativa pelas terras utilizadas...” (E3)</p>
	Benefícios/Ganhos	Criação de novos postos de trabalho, alfabetização da população, especialização da mão – de – obra.	<p>“É preciso não esquecer que os chineses têm vindo a desempenhar um papel importante no atendimento de algumas carências...” (E2)</p> <p>“... é necessário também impor..., criação de postos de trabalho aos nativos e formação de competências aos nativos.” (E3)</p> <p>“Melhores salários com melhores condições, formação, assim como uma mudança de atitude...” (E5)</p>
	Prejuízos	Degradação do meio ambiente, diminuição do ordenado médio, perda de poder de compra.	<p>“... o efeito nefasto no ambiente; as condições laborais que... deixam muito a desejar...” (E2)</p> <p>“... a poluição,...” (E3)</p> <p>“Mão – de – obra muito barata...” (E4)</p> <p>“Eu acredito que o Governo Central Chinês não vá mitigar a situação nem criar bem – estar económico e social...” (E4)</p> <p>“... ainda que exista um forte investimento que gera emprego (muito mal pago), o meu lado</p>

			mais humano não me permite encarar com extremo positivismo a presença chinesa...” (E5)
--	--	--	--

**Tabela 11 – Análise de conteúdo das entrevistas**

### 3.6.1 – Frequência dos dados

O quadro abaixo demonstra a frequência dos dados obtidos em cada uma das subcategorias presentes na análise de conteúdo efetuada:

Subcategorias	Contagem	Frequência
Consequências para a economia chinesa	2/5	40%
Quais os benefícios criados para as Zonas Económicas Especiais?	2/5	40%
Será o <i>Soft Power</i> uma boa política?	3/5	60%
Será o <i>Soft Power</i> uma má política?	2/5	40%
Investimento económico	4/5	80%
Investimento humano	3/5	60%
Investimento de recursos	1/5	20%
Benefícios	3/5	60%
Problemas	2/5	40%
Será a população africana contra a presença chinesa?	4/5	80%
Bem – estar económico – social	2/5	40%
Benefícios	3/5	60%
Prejuízos	4/5	80%

**Tabela 12 – Análise da frequência dos dados**

### 3.6.2 – Tratamento dos dados

Após o tratamento e a leitura dos resultados obtidos na análise de conteúdo acima apresentada, é possível deduzir o seguinte:

– Segundo os entrevistados, a criação de Zonas Económicas Especiais na China foi uma forma inteligente de trazer benefícios para a economia chinesa e permitir a transformação gradual da mesma, possibilitando a experimentação e a correção desse modelo. Entre os benefícios, encontram – se a introdução de capital estrangeiro, que gerou significativas economias de aglomeração, gerando emprego e aumentos no rendimento dos trabalhadores chineses, tornando a China a “Fábrica do Mundo”. Ainda segundo os entrevistados, as Zonas Económicas Especiais foram o denominado “Ganso Líder”, com a reestruturação interna de leis laborais e a implementação de um novo modelo de exportação chinês;

– Segundo a maioria dos entrevistados, a política de *Soft Power* implementada pela China no Continente Africano tem trazido a este último mais benefícios que prejuízos, trazendo aos países diretamente implicados a criação de múltiplas infraestruturas económicas e humanitárias tão necessárias à população desses países em vias de desenvolvimento;

– De acordo com os entrevistados, o investimento económico chinês em África faz parte da sua política de *Soft Power* e é uma forma de atingir os seus objetivos a longo prazo, tais como a obtenção de energia, matérias – primas e bens alimentares, sendo a sua presença uma tendência natural numa era de globalização onde seria impensável a China não estar presente em África dada a dimensão da sua economia. Por outro lado, alguns dos entrevistados consideram alguns aspetos negativos, tais como o monopólio dos investimentos, a corrupção, a poluição e a exploração de mão – de – obra barata;

– Alguns dos prejuízos inerentes à presença chinesa em África estão bem patentes nas respostas de alguns dos entrevistados que testemunharam, em primeira mão, à xenofobia praticada pela população chinesa aos nativos, além do não cumprimento de acordos que existem entre os países envolvidos, que obriga as empresas chinesas a cumprir certos rácios de trabalhadores nativos por cada trabalhador chinês;

– Ainda de acordo com os entrevistados, o Continente Africano tem vindo a ganhar muito mais do que tem vindo a perder. Esses ganhos passam pelo investimento direto de milhares de milhões de dólares em infraestruturas, empresas e em formação profissional para os nativos. Este investimento faz crescer a economia dos países com acordos com a China, principalmente os países onde foram implementadas Zonas Económicas Especiais Chinesas. No entanto, este investimento comporta problemas de corrupção e favorecimento político – comercial, tornando as leis mais flexíveis para as empresas chinesas. Este problema, somado à poluição, à destruição do meio ambiente e à exploração intensiva dos recursos naturais africanos tem feito agitar bandeiras vermelhas por todo o mundo, tornando a sua solução uma das prioridades do Governo Central Chinês;

– De um modo global, a maioria dos entrevistados é da opinião que a presença chinesa em África trouxe benefícios tanto à China como à África, criando uma economia bilateral gigantesca. São também da opinião que existem problemas inevitáveis, mas que com uma pequena cooperação governamental e com a ajuda da população, estes poderão ser ultrapassados e mitigados, tornando a presença chinesa em África uma realidade positiva.



## Capítulo IV – Conclusões

Para o entendimento desta dissertação, precisamos de recuar a 1979, aquando da implementação das primeiras Zonas Económicas Especiais na China, nomeadamente em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Estas Zonas Económicas Especiais foram, indubitavelmente, um enorme sucesso económico e um passo em frente no aumento da economia chinesa tornando – se “Gansos Líderes” e modelos a seguir noutras regiões chinesas menos desenvolvidas. Foi também graças à criação deste modelo económico que a China se tornou a “Fábrica do Mundo” possibilitando, em 1978, a implementação da Política de Portas Abertas, que permitiu à China invadir o mundo com os seus produtos e juntar – se à Organização Mundial do Comércio, em 2002, passando de “Fábrica do Mundo” a “Mercado do Mundo”.

A entrada da China no mercado global e, mais concretamente, na Organização Mundial do Comércio, obrigou o Governo Central Chinês a largas reformas na sua legislação laboral e na forma de encarar o investimento estrangeiro, tão mal visto antes da sua Política de Portas Abertas, tornando, desta forma, viável às grandes multinacionais estrangeiras a entrada no enorme mercado chinês. Por outro lado, esta abertura de mercado abriu novos horizontes à expansão chinesa pelo mundo e, muito especialmente, ao investimento em países ricos em matérias – primas e recursos naturais, fazendo da China o principal investidor no Continente Africano, onde tem tentado introduzir o seu modelo de Zonas Económicas Especiais que tantos resultados tinha apresentado no crescimento económico interno chinês, em países como a Zâmbia, a Etiópia, a Nigéria, as Ilhas Maurícias, a Argélia e o Egito, numa tentativa de mitigar a sua fome por energia e recursos.

Ao longo desta dissertação, tentámos compilar informações sobre conceitos relevantes para o entendimento da criação das Zonas Económicas Especiais tanto na China como em África, além de captar informação prática de estudiosos e conhecedores que pudessem responder a questões diretamente relacionadas com a presença chinesa no Continente Africano e comparámos a teoria com a informação prática obtida desses mesmos estudiosos.

O objetivo principal desta dissertação não é o estudo das Zonas Económicas Especiais Chinesas, apesar de nos termos debruçado sobre esse tema como forma de contextualização, mas sim obter resposta à seguinte questão: Estará a China a explorar o Continente Africano com a criação das Zonas Económicas Especiais?

Depois de toda a pesquisa e análises feitas, é possível obter as seguintes conclusões:

– A China, desde 1978 e do advento das Portas Abertas, lançou uma campanha massiva de *Soft Power* sobre o Continente Africano, numa tentativa de mitigar a sua fome por energia e

recursos, sendo bem – sucedida em quase todos os países desse continente. 60% dos entrevistados são, também, dessa opinião;

– A construção de Zonas Económicas Especiais no território chinês trouxe como consequência uma transformação económico – social do país, fazendo com que milhares de pessoas migrassem para as cidades perto destes empreendimentos e empobrecendo, assim, as zonas menos desenvolvidas do interior. Estas zonas económicas tornaram – se, como é da opinião de 40% dos entrevistados, “Gansos Líderes” e modelos a seguir no resto do território;

– A China foi, desde sempre, um país guiado com mão – de – ferro debaixo de um jugo comunista e autoritário e só no despontar do século XXI, aquando da reforma económica, é que foi possível ao povo chinês libertar – se dessa imagem. Só perto do ano 2000 foi possível aos empresários chineses tornarem – se globais, com a união da China à Organização Mundial do Comércio e com a criação de leis especiais para a criação, em África, das tão bem – sucedidas Zonas Económicas Especiais. Estes benefícios, de acordo com 40% dos entrevistados, foram uma mais – valia para a projeção da economia chinesa no mundo;

– Esta projeção económica trouxe à China um crescimento exponencial de investidores e multinacionais estrangeiras que fizeram crescer, em demasia, a necessidade de energia e de recursos. Numa tentativa de explorar novos territórios em busca dessas faltas a China investiu, como referiram 80% dos entrevistados, milhares de milhões de dólares no Continente Africano, assim como tem enviado milhares de profissionais de saúde num investimento humanitário sem precedentes, como foi referenciado por 60% dos entrevistados. Além disso, tem ajudado a construir infraestruturas tão necessárias a esses países subdesenvolvidos, como foi visto por 20% dos entrevistados. Todo este investimento tem trazido largos benefícios à China, assim como grandes problemas. Entre os benefícios, como foi dito por 60% dos entrevistados, contam – se largas quantidades de matéria – prima e de energia, principal objetivo de todo este investimento. Entre os problemas, e como foi dito por 40% dos entrevistados, encontra – se a poluição, a destruição do meio ambiente, a exploração laboral e o rótulo de xenofobia;

– De facto, e como foi referenciado por 80% dos entrevistados, a população nativa do Continente Africano e, muito especialmente, dos sete países onde foram implementadas as Zonas Económicas Especiais Chinesas, está contra a presença da população chinesa devido à tendência desta se concentrar em aglomerados populacionais com as suas próprias regras e não haver intercâmbio cultural entre as duas raças;

– No entanto, a presença chinesa nestes territórios trouxe, também, algum bem – estar económico – social, como foi referenciado por 40% dos entrevistados, com a introdução do “Modelo Chinês” e a construção de infraestruturas necessárias à população local. 60% dos

entrevistados afirmam que a presença chinesa em África trouxe benefícios, mas todos os entrevistados estão de acordo ao afirmar que os prejuízos ultrapassam os benefícios;

– Entre os benefícios, encontram – se as ajudas humanitárias, o investimento económico, a subida do nível de vida, a profissionalização dos nativos, a entrada de capital, a construção de hospitais, escolas e outras infraestruturas essenciais à condição humana, além de uma projeção internacional, sem precedentes, desses países;

– Entre os prejuízos, todos os entrevistados referem, entre eles, a poluição, a destruição do meio ambiente, a exploração dos recursos, a prática de xenofobia, a exploração de trabalho escravo e infantil, os confrontos com os nativos, a corrupção e o favorecimento legislativo às empresas chinesas sediadas nas Zonas Económicas Especiais.

Depois de revista toda a parte teórica e prática, chegámos à conclusão que a presença chinesa em África trouxe largos benefícios a ambas as partes. Por um lado, a China conseguiu o seu intento de introduzir, no continente mais rico a nível de recursos, o seu modelo explorativo, tirando daí dividendos de que tanto necessitava para colmatar a falta de matéria – prima necessária à produção de energia no seu país. Para isso, conseguiu com que fossem criadas leis especiais nas suas Zonas Económicas Especiais construídas nos países africanos e retirou delas enormes quantidades de recursos beneficiando, assim, também os países onde estas se encontram. Se, por um lado, este parece um cenário ideal a ambas as partes, o certo é de que os prejuízos causados ao Continente Africano estão a tornar – se irreversíveis a nível natural, com a destruição do habitat local. Aliado a esse facto, existem todos os problemas referenciados anteriormente e, para que se encontre um meio – termo entre a necessidade chinesa e a necessidade africana, ainda há um longo caminho a percorrer.

## Bibliografia

- António, N.; Trigo, V.; Spring, A.; Robertie, C.; Hong, J. & Feijó, J. (2011) *China and Portuguese Speaking Africa: Business Approaches and Management Models in China, Mozambique and Cape Verde*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Blair, E. (2014). *China in Africa: New Pledges and a New Relationship?*.
- Bräutigam, D. (2011). *The Dragon's Gift – The Real Story of China in Africa*, Estados Unidos: Oxford University Press.
- Bräutigam, D. & Xiaoyang, T. (2011). China's Investment in Special Economic Zones in Africa. Farole, T. e Akinci, G. (Editores). *Special Economic Zones – Progress, Emerging Challenges, and Future Directions* (páginas 69 a 100). Washington: The World Bank.
- Bräutigam, D. & Xiaoyang, T. (2011). *African Shenzhen: China's special economic zones in Africa*. Cambridge University Press.
- China Daily (2013). Sino – Egyptian economic zone attracts more investment.
- Dan, W. (2001). *A China e a Organização Mundial do Comércio*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Dorling Kindersley (2006). *Guia American Express: China*, Porto: Civilização Editores.
- Eco, H. (2007). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa: Editorial Presença.
- Editorial Verbo. (1998). *Enciclopédia Verbo Luso – Brasileira de Cultura* (2ª edição, Volumes 1 – 29). Lisboa: Editorial Verbo.
- Farndon, J. (2008). *O Despontar da China*, Lisboa: Plátano Editora.
- Farole, T. (2011). *Special Economic Zones in Africa – Comparing Performance and Learning from Global Experiences*, Washington: The World Bank.
- Jialei, T. (2013), China has medical aid teams stationed in 42 African countries. The China Africa Project.
- Jobson, E. (2014). Ethiopia: If the shoe fits, build zones.
- Kim, Y. (2013). *Chinese – Led SEZ in Africa – Are they a driving force of China's Soft Power?*. Centre for Chinese Studies: Stellenbosch University.
- Laing, A. (2010). *Zambian miners shot by Chinese managers*. Telegraph.
- Lusa. Principais números da relação comercial entre China e África (Observatório da Língua Portuguesa). Lusa.
- Mapa de visitas de dignatários chineses a África. Fonte: Bräutigam, D. (2011). *The Dragon's Gift – The Real Story of China in Africa*, Estados Unidos: Oxford University Press.
- Nietzsche, F. (1895). *O Anticristo*.
- Nye, J. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. United States: Public Affairs.
- Perfeito, A. et al. (2010). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

- Roberts, J. (2011). *História da China*, Lisboa: Edições Texto & Grafia.
- Santiago, A. (2012). *Cultura Empresarial Chinesa: sua influência nos negócios*. (Tese de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Santos, A. (2008). *Economia e Gestão Chinesas – Aspetos Fundamentais*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Soares, E. (2012). *A Entrada da China na OMC – Ameaça ou Oportunidade: O caso da Indústria Têxtil e de Vestuário no Norte de Portugal*. Tese de Mestrado). Universidade do Minho.
- Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*, Lisboa: PACTOR.
- The China Monitor. (2011). *China's Special Economic Zones: A Bright Future for Africa?*, Centre for Chinese Studies: Stellenbosch University.
- The World Bank. (2011). *Chinese Investments in Special Economic Zones in Africa: Progress, Challenges and Lessons Learned*, Washington.
- Xiamen's Urban Development (anónimo).

## Webliografia

- A cerimónia de assinatura da entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Fonte: World Trade Organization. China in the WTO: Past, Present and Future. (documento online em: [http://www.wto.org/english/thewto\\_e/acc\\_e/s7lu\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/s7lu_e.pdf), Acedido em 2013-12-02).
- A entrada para a China. Fonte: Chinese Posters. Special Economic Zones. (documento online em: <http://chinese posters.net/themes/special-economic-zones.php>, Acedido em 2013-11-30).
- Afasta o velho mundo, constrói um novo mundo. Fonte: Chinese Posters. Cultural Revolution (1966-1968). (documento online em: <http://chinese posters.net/gallery/d29-184.php>, Acedido em 2013-11-30).
- Ajuda Chinesa. Fonte: Africa Cartoons. Victor Ndula – Chinese Aid (documento online em: <http://africacartoons.com/victor-ndula/>, Acedido em 2014-06-16)
- Amado camarada Xiaoping – A Grande Muralha de Ferro. Fonte: Chinese Posters. Beloved comrade Xiaoping. (documento online em: <http://chinese posters.net/posters/e13-982.php>, Acedido em 2013-11-30).
- Argélia. Fonte: Pop Mundi. Mapa da Argélia (documento online em: <http://www.popmundi.com.br/noticias/queda-de-aviao-militar-mata-103-pessoas-na-argelia/>, Acedido em 2014-04-22).
- As comunas são boas, a felicidade irá durar mais de dez mil anos, 1954. Fonte: Chinese Posters. Great Leap Forward (1956-1960). (documento online em: <http://chinese posters.net/gallery/e16-40.php>, Acedido em 2013-11-30).
- Catorze cidades costeiras chinesas criadas em 1984. Fonte: United Nations University. Globalization and the urban system in China. (documento online em: <http://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/uu11ee/uu11ee0p.htm#introduction>, Acedido em 2013-10-18).
- Canal do Suez. Fonte: Daily News. Suez channel (documento online em: <http://www.hurriyetdailynews.com/turkish-ships-turn-to-suez-to-circumvent-egypt-route.aspx?pageID=238&nID=50700&NewsCatID=344>, Acedido em 2014-04-23).
- Chambishi. Fonte: Weather Forecast. Chambishi Location Map (documento online em: <http://www.weather-forecast.com/locations/Chambishi>, Acedido em 2014-03-21).
- Cling, J.-P. & G. Letilly. 2001. *Export processing zones: a threatened instrument for global economy insertion?*, DIAL/Unite de Recherche CIPRE Document de Travail DT/2001/17, available at:[http://www.dial.prd.fr/dial\\_publications/PDF/Doc\\_travail/2001-17.pdf](http://www.dial.prd.fr/dial_publications/PDF/Doc_travail/2001-17.pdf).
- Etiópia. Fonte: Infoplease. Ethiopia Map (documento online em: <http://www.infoplease.com/atlas/country/ethiopia.html>, Acedido em 2014-03-29).

- Fachada frontal do prédio administrativo da Zona de Livre Comércio de Lekki. Fonte: Sky Scraper City. Projects and Constructions – Lagos (Lekki Free Trade Zone) (documento online em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=481053&page=10>, Acedido em 2014-03-31).
- Fatores de localização dos seis países africanos com Zonas Económicas Especiais Chinesas, Documento online em: <http://aeaa.journals.ac.za/pub/article/view/103>, acedido em 2014-06-16.
- Hu Jintao – President of P.R. China and Chairman of the Communist Party of China. Fonte: China Today. China's Who's Who. (documento online em: <http://www.chinatoday.com/who/h/hujintao.htm>, Acedido em 2013-12-02).
- Ilhas Maurícias. Fonte: Wordatlas. Mauritius Map (documento online em: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/africa/mu.htm>, Acedido em 2014-04-11).
- Liang, S. (2011). Entrada da China na OMC beneficia China e o resto do mundo. Crionline. <http://portuguese.cri.cn/561/2011/01/28/1s131509.htm>.
- Liberdade de casamento, felicidade e boa sorte, 1953. Fonte: Chinese Posters. New Marriage Law (1950). (documento online em: <http://chineseposters.net/themes/marriage-law.php>, Acedido em 2013-11-30).
- Longa vida para a República Popular da China. Fonte: Chinese Posters. Modernization (1978-1988). (documento online em: [http://chineseposters.net/gallery/e13-492\\_493.php](http://chineseposters.net/gallery/e13-492_493.php), Acedido em 2013-11-30).
- Lusaka. Fonte: Weather Forecast. Lusaka Location Map (documento online em: <http://www.weather-forecast.com/locations/Lusaka>, Acedido em 2014-03-21).
- Modelo de projeto de cidade auto – sustentável. Fonte: Urban Lab Global Cities. Xiamen Low-Carbon New-Town Development (documento online em: <http://urbanlabglobalcities.blogspot.pt/2011/10/xiamen-low-carbon-new-town-development.html>, Acedido em 2014-02-16).
- Nigéria. Fonte: Infoplease. Nigeria Map (documento online em: <http://www.infoplease.com/atlas/country/nigeria.html>, Acedido em 2014-03-31).
- State – Owned Enterprise. Em Investopedia. Acedido a 04 de março, 2014, em <http://www.investopedia.com/terms/s/soe.asp>.
- Tamanho e densidade populacional das Zonas Económicas Especiais. Documento online em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/notes/2009/N3295.pdf>, Acedido em 2014-02-26.
- Principais marcos da Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tianjing no Egipto. Documento online em: [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/08/16/000386194\\_20110816014424/Rendered/PDF/638440PUB0Exto00Box0361527B0PUBLIC0.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/08/16/000386194_20110816014424/Rendered/PDF/638440PUB0Exto00Box0361527B0PUBLIC0.pdf), acedido em 2014-04-23.

- Principais marcos no planeamento e implementação da Zona de Comércio Livre de Lekki. Documento online em:  
[http://www.ppiaf.org/sites/ppiaf.org/files/publication/Africa\\_China\\_SEZs\\_Final.pdf](http://www.ppiaf.org/sites/ppiaf.org/files/publication/Africa_China_SEZs_Final.pdf), acessado em 2014-04-01.
- Serra, E. (2003). Considerações sobre os Impactos da entrada da China na OMC. Retirado da Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional no Website:  
<http://idn.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=138AB1463615Y.74049&menu=search&aspect=subtab11&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=idn&ri=&term=Serra%2C+Eduardo+Gon%C3%A7alves&index=.GW&aspect=subtab11&x=19&y=11>.
- Ogun. Fonte: Information Nigeria. Council Vice – Chairman Orders Thugs to Manhandle Ogun Civil Servants (documento online em:  
<http://www.informationng.com/2013/08/council-vice-chairman-orders-thugs-to-manhandle-ogun-civil-servants.html>, Acedido em 2014-03-31).
- Percentagem de empregados na população total. Documento online em: <http://d-nb.info/959241612/34>, Acedido em 2014-03-03.
- Percentagem do PIB per capita na Zona Económica Especial de Shenzhen. Documento online em: <http://myweb.rollins.edu/tlairson/asiabus/sezshenzhen.html>, acessado em 2014-02-03.
- Wei, X. (2000, Dezembro). Acquisition of technology capability through special economic zones (SEZs): The case of Shenzhen SEZ. Entrada em  
<http://myweb.rollins.edu/tlairson/asiabus/sezshenzhen.html>.
- World Trade Organization. Who we are. (documento online em  
[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/who\\_we\\_are\\_e.htm](http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm). Acedido em 2013-12-02).
- Zâmbia. (2003). Em Infopédia. Acedido março 14, 2014, de  
[http://www.infopedia.pt/\\$zambia](http://www.infopedia.pt/$zambia).
- Zona Económica Especial de Hainan. Fonte: Tour Round China. Map of Hainan (documento online em: <http://www.tourroundchina.com/map/hainan.htm>, Acedido em 2014-02-26).
- Zona Económica Especial de Shantou. Fonte: Weather Forecast. Shantou Location Map (documento online em: <http://www.weather-forecast.com/locations/Shantou>, Acedido em 2014-03-03).
- Zona Económica Especial de Shenzhen. Fonte: Nature Jobs. Enter the dragon. (documento online em: <http://www.nature.com/naturejobs/science/articles/10.1038/nj7161-502a>, Acedido em 2014-02-04).
- Transformem a China num país socialista próspero, rico e fortemente industrializado sob a liderança do Partido Comunista e do Presidente Mao, 1954. Fonte: Chinese Posters. The



Mao Cult. (documento online em: <http://chinese posters.net/themes/mao-cult.php>, Acedido em 2013-11-30).

- Teo, S. (2008). Chinese On The Go. (From Closed – Door to Powerhouse. Retirado a 30 de novembro de 2013, a partir de <http://www.chineseonthego.com/culture/prc.html>
- Zona Económica Especial de Xiamen. Fonte: Journeys of Self – Discovery. 21: China> Xiamen> Jinjiang. (documento online em: <http://travel.nuraina.com/china-xiamen-jinjiang/>, Acedido em 2014-02-09).
- Zona Económica Especial de Zhuhai. Fonte: Hong Kong – Zhuhai. Map of Zhuhai (documento online em: <http://www.nushkba.org/Events/Seattle15Jul08C.htm>, Acedido em 2014-03-02).
- Zonas Económicas Especiais Chinesas estabelecidas em 1979. Fonte: BBC News. (2006). Quick guide: China's economic reform. (documento online em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/5237748.stm>, Acedido em 2013-10-18).

## Anexos



Ano Letivo 2013/2014

### Entrevista “As Zonas Económicas Especiais Chinesas em África”

**A -**

Para efeitos de apresentação, agradecia que falasse um pouco de si, da sua formação académica, da sua experiência profissional e dos projetos em que esteve e/ou está envolvido.

**B -**

1 – Foram criadas, a partir de 1979, Zonas Económicas Especiais na China para a criação de novas multinacionais com benefícios especiais. Na sua opinião, quais foram as consequências para a economia chinesa da implementação destas zonas especiais criadas especialmente para multinacionais estrangeiras?

2 – Qual a sua posição em relação à política de *Soft Power* iniciada pela China em África?

3 – Como é do conhecimento geral, a China está a investir milhares de milhões de dólares e milhares de recursos humanos numa ajuda a África. Como considera este investimento?

4 – Como considera a presença chinesa em África em termos de benefícios e/ou problemas trazidos pela mesma?

5 – Sendo do conhecimento público que muita da população africana está contra a presença chinesa em África, quais as medidas que considera serem necessárias tomar, por parte do Governo Central Chinês, para suavizar a situação e criar bem-estar económico e social nas localidades em que se encontra a população chinesa?

6 – Tendo em conta a atual presença dos chineses em África, como perspetiva o futuro do Continente Africano e a continuidade da China como seu principal parceiro comercial?

Obrigada pela colaboração!